

1 ATA DA 294ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS-MG, REALIZADA EM
2 22 DE MARÇO de 2024

3 Aos 22 de Março de 2024, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de
4 Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo
5 Horizonte/MG, realizou-se a ducentésima nonagésima quarta0 plenária
6 ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais,
7 coordenada pelo presidente Nelson Fernando Maure Carvalho, em que
8 estavam presentes os **seguintes conselheiros/as titulares:** Alexandre
9 Soares Moreno Filho, representante da SEAPA, Luiz Carlos de Castro
10 Fernandes, representante da ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA MELHOR
11 IDADE – ARMI, Flavio Christian De Assis Miranda, representante do CMAS de
12 Ipatinga, Laís Alexandre da Silva, representando o CMAS de Ipatinga, Rosalice
13 Tassar, representando o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da
14 Sociedade de São Vicente de Paulo, Cleuza Maria de Oliveira representando
15 a Secretaria Estadual de Educação, Simone Maria da Penha de Oliveira
16 representando o Coletivo Flores de Resistência, Mayra de Queiroz Camilo,
17 representando a APAE de Belo Horizonte, Nelson Fernando Maure Carvalho
18 representando a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, Solimar
19 Assis, representando a SEPLAG, Cristiane Aguiar Vieira, representante da
20 SES, Isac dos Santos Lopes representando a Comissão das Comunidades
21 Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Grazielle Vieira Cachapuz Machado
22 representando o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais – PSIND, João
23 Paulo Freire Jardim representando a Secretaria de Desenvolvimento Social –
24 SEDESE, Letícia Fernandes Godinho representando o Conselho Municipal de
25 Assistência Social - CMAS de Coronel Fabriciano; **conselheiros/as**
26 **suplentes:** Altair Rabelo representando a Associação Berg Vingren de
27 Assistência Social, Roberta Kelly dos Reis Chaves representando o Conselho
28 Municipal de Assistência Social – CMAS Guanhães, Ernane Gonçalves Maciel,
29 representante do CMAS de Montes Claros, Ester Rodrigues e Érica Pereira
30 Alves Beltrame Espeschit representando a SEDESE; Rosilaine Rita dos
31 Santos, representante do COGEMAS, Matheus Borges Gonçalves,
32 representante do Organizações representantes de Usuárias e Usuários da
33 Assistência Social Movimento LGBTQIA+ de Cláudio/MG, Carla Valéria Soares
34 Vita, representante da União das Associações de Pirapora; Fernanda Regina

35 da Silva, representante do CMAS de Campanha. **Estavam presentes como**
36 **convidados:** Roberta K. Figueiredo (SEDESE), Thamires C. de Jesus Jorge
37 (SEDESE), Ana Carolina Grossi (SEDESE), Marcela Rodrigues (SEDESE),
38 Mariana Franco (Subsecretária de Assistência Social), Cristiano de Andrade
39 (SEDESE), Letícia Moreira (SEDESE), Itamar de Carvalho (SEDESE),
40 Gabriele Sabrina da Silva (SEDESE), Letícia Dufloth (SES), Fábio Feitosa
41 (Fórum Mineiro de ILPI), Cassirlene Vieira (COGEMAS) e Rosilene de Fátima
42 (SEDESE). Adelmira, da Secretaria Executiva: Bom dia. Adelmira, da
43 Secretaria Executiva. Nós vamos fazer a chamada da 294ª plenária ordinária
44 do CEAS, no dia 22/03/2024. Nós vamos fazer a chamada, começando pela
45 sociedade civil. Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues,
46 ele justificou a ausência por estar de férias. Pelo Conselho Metropolitano de
47 Belo Horizonte, Rosalice Tassar de Almeida. Rosalice: Presente. **Adelmira, da**
48 **Secretaria Executiva:** Pelo Lar dos Idosos, Justino Rocha, Patrícia Coelho
49 Sanches Gomes. Justificou a ausência por motivo de saúde. Associação
50 Recreativa da Melhor Idade, Luiz Carlos de Castro Fernandes. Luiz Carlos de
51 Castro Fernandes: Presente. Adelmira, da Secretaria Executiva: CMAS de
52 Ipatinga, Laís Alexandra da Silva. Laís Alexandra: Presente. Adelmira, da
53 Secretaria Executiva: CMAS de Campanha, Fernanda Regina da Silva.
54 Fernanda Regina: Presente. Adelmira, da Secretaria Executiva: Coletivo Flores
55 de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. Simone Maria: Presente.
56 Adelmira, da Secretaria Executiva: Comissão das Comunidades Quilombolas
57 do Alto e Médio Rio Doce, Isaac dos Santos Lopes. Está presente? O Isaac
58 ainda não chegou. Sindicatos dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND,
59 Graziela Vieira Cachapus Machado. Graziela Vieira: Presente. Adelmira, da
60 Secretaria Executiva: Apae de Belo Horizonte, Maíra de Queiroz Camilo. Maíra
61 de Queiroz: Presente. Adelmira, da Secretaria Executiva: Agora, nós vamos
62 fazer a chamada dos representantes governamentais. Pela Sedese, Nelson
63 Fernando Malta Carvalho. Nelson Fernando: Presente. Adelmira, da Secretaria
64 Executiva: Pela Seapa, Alexandre Soares Moreno Filho. Alexandre Soares:
65 Presente. Adelmira, da Secretaria Executiva: Obrigada. O Alexandre Soares
66 foi nomeado dia 20 de março. Então, ele está tomando... Pela Secretaria
67 Estadual de Educação, Cleusa Maria de Oliveira. Cleusa Maria: Presente.
68 Adelmira, da Secretaria Executiva: Pela Sedese, João Paulo Freire Jardim.

69 Ainda não chegou? Pelo CMAS de Ipatinga, Flávio Christian de Assis Miranda.
70 Flávio Christian: Presente. Adelmira, da Secretaria Executiva: Pelo CMAS de
71 Coronel Fabriciano, Letícia Fernandes Godinho. Letícia Fernandes: Presente.
72 Adelmira, da Secretaria Executiva: Pelo Cogemas, a gente ainda está
73 aguardando a nomeação. Já foi indicado um substituto titular. Pela Secretaria
74 Estadual de Saúde...Rosilaine Rita: Eu estou aqui pelo Cogemas. Rosilaine.
75 Adelmira, da Secretaria Executiva: Ok, Rosilaine Rita dos Santos. Em condição
76 de titularidade. Pela Secretaria Estadual de Saúde, a Cristiana Aguiar Vieira. A
77 Cristiana Aguiar Vieira está ausente. Pela Secretaria Estadual de Fazenda, já
78 foi indicado, mas ainda não tem a publicação. Pela Seplag, Solimar de Assis?
79 Solimar de Assis: Solimar, Seplag. Presente. Adelmira, da Secretaria
80 Executiva: Agora nós vamos fazer a chamada dos suplentes. Pela sociedade
81 civil, Sindicato dos Empregados e Instruções Beneficentes, Religiosas e
82 Filantrópicas [...]. Rosalice: Espera aí só um minutinho, por favor. O pessoal
83 aqui de trás. Gente, poderia só abaixar o tom um pouquinho, porque está
84 atrapalhando e ninguém está ouvindo a Mira falar. Obrigada, viu, gente. É só
85 enquanto faz a chamada aqui. Obrigada. Adelmira, da Secretaria Executiva:
86 Pelo Sintibref, Sandra Regina Ferreira Barbosa.Sandra Regina Ferreira
87 Barbosa: Presente.Adelmira, da Secretaria Executiva: Pela Associação [...] de
88 Assistência Social, Altair Rabelo.Altair Rabelo: Presente.Adelmira, da
89 Secretaria Executiva: Pelo Abrigo de São Vicente de Paula de [...], Anália
90 Romero de Paula. Ela justificou a ausência por motivo de saúde. Pelo CMAS
91 de Guanhões, Roberta Kelly dos Reis Chaves.Roberta Kelly: Presente.
92 Adelmira, da Secretaria Executiva: Pelo CMAS de Montalvânia, Telma
93 Rodrigues de Carvalho. A Telma está ausente? Ela justificou? Pelo Fórum
94 Municipal de Luta Pelos Direitos dos Usuários do SUAS de Uberaba,
95 Wellington Donizete Marcos de Lima Leon. Ele também justificou por motivo
96 de saúde da filha. Pelo Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Matheus Borges de
97 Gonçalves. Matheus Borges: Presente. Adelmira, da Secretaria Executiva:
98 Pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, CREES. Foi
99 informado que precisa substituir o seu representante, mas a gente não recebeu
100 o retorno. Pela União da Associação de Pirapora, Carla Valéria Soares. Carla
101 Valéria: Presente. Adelmira, da Secretaria Executiva: Agora, os
102 governamentais. Pela Sedese, Ester Rodrigues. Ester Rodrigues: Presente.

103 Adelmira, da Secretaria Executiva: Pela Seapa, Ana Carla Ribeiro Silva. Não
104 chegou ainda. Pela Secretaria Estadual de Educação, Michelle Andrade
105 Henriques. Também está ausente. De férias? Então, ela justificou por estar de
106 férias. Pela Sedese, Érica Pereira Alves Beltrano. Interlocutor Não Identificado:
107 A Érica justificou a ausência no período da manhã. Adelmira, da Secretaria
108 Executiva: CMAS Campanha, Joelma Dias Ramos. Justificou ausência. Pelo
109 CMAS Montes Claros, Ernane Maciel Fagundes. Ernane Maciel: Presente. Eu
110 só peço para consertar. Meu nome é Ernane Gonçalves Maciel. Adelmira, da
111 Secretaria Executiva: Desculpa, Ernane. Está presente. Pelo Cogemas,
112 Rosilaine Rita dos Santos, em condição de titularidade, a gente já informou.
113 Está faltando a indicação, não é, e a nomeação do representante da Secretaria
114 Estadual de Saúde e da Secretaria Estadual de Fazenda, que também já foi
115 indicado. Está nomeado? Pela Seplag, Thomaz Pereira de Sá Carvalho.
116 Cristiane: Bom dia a todos. Primeiramente, peço desculpas pelo atraso. É de
117 ordem pessoal. Cristiane, da Secretaria de Saúde, presente. Adelmira, da
118 Secretaria Executiva: Pelos titulares, nós temos 14 presentes, mais um em
119 condição de titularidade. É o resultado da chamada. Obrigada. Nelson,
120 SEDESE: Bom dia, pessoal. Acho que a gente pode dar início aos nossos
121 trabalhos. Primeiro, registrar a presença do João Paulo, que acabou de chegar.
122 A Letícia, que será nomeada pelo Conselho, pela Secretaria de Saúde,
123 também está aqui presente, está participando como convidada, porque a
124 nomeação dela ainda não saiu. E antes de a gente iniciar, a gente precisa dar
125 posse aos conselheiros Alexandre e Ernane, que não haviam tomado posse
126 ainda. Alexandre e Ernane, que ainda não haviam tomado posse. Estão
127 devidamente empossados no Conselho. Depois, eu vou pedir para a Secretaria
128 Executiva passar o termo de posse para a assinatura dos conselheiros. Ernane
129 e Alexandre, se vocês quiserem se apresentar. Alexandre Soares:
130 Primeiramente, bom dia a todos. Meu nome é Alexandre Soares [...] Filho. Eu
131 sou representante da Seapa/MG, Secretaria de Agricultura. Já estou na
132 Secretaria há 14 anos, e espero poder contribuir com vocês nesse Conselho.
133 Ernane Gonçalves: Bom dia. Meu nome é Ernane Gonçalves Maciel. Sou de
134 Montes Claros. Estou como representante do CMAS e hoje estou atuando no
135 CREAS de Montes Claros, como coordenador. Já estive na gerência de gestão
136 do SUAS, como referência técnica da alta complexidade, e o hoje estou aqui

137 para somar junto ao CEAS. Muito obrigado. Bom trabalho para todos. Nelson,
138 SEDESE: Obrigado. Sejam bem-vindos. Então, seguindo com a nossa pauta.
139 Primeiro tem os informes. Os informes da Sedese foram encaminhados no
140 grupo. Tem uma apresentação que foi encaminhada no grupo, então todos os
141 conselheiros já estão com acesso aos nossos informes. Além disso, a
142 Secretaria Executiva tem um informe para fazer, e depois vou passar a palavra
143 para Grazielle, que tem dois informes também. Ana Carolina, secretaria
144 sxecutiva: Nós vamos apresentar a nossa nova técnica, Juliana Milhorato. Se
145 apresente, Ju. Juliana Milhorato: Pessoal, bom dia. Meu nome é Juliana, e eu
146 sou psicóloga. Então, estou há duas semanas com a equipe da Secretaria, e
147 estou à disposição para o que vocês precisarem, está bom? Obrigada. Nelson,
148 SEDESE: Bem-vinda, Juliana. Então, agora, Grazielle. **Grazielle, PSIND:** O
149 primeiro informe é dizer para vocês que essa é a minha última plenária. E eu
150 gostaria de agradecer imensamente a todos vocês. À equipe da Sedese, ao
151 CEAS. Foram dois anos e três meses de muito aprendizado. Aprendizado,
152 mesmo. A gente vai reforçar, e vai dizer para os trabalhadores da importância
153 de participar do controle social, porque isso faz com que a gente tenha outra
154 consciência sobre o lugar que a gente ocupa na política de assistência. A gente
155 já tinha essa consciência, mas estando aqui no CEAS, a gente reconhece o
156 tanto que o trabalho do controle social é importante e necessário, e o quanto a
157 gente cresce e aprende com ele. A colega que vai me substituir, ela já vem
158 acompanhando o CEAS desde agosto. É a Jennifer, Presidenta do Sindicato.
159 Ela estaria com a gente hoje, mas ela teve que atender uma demanda
160 específica de alguns trabalhadores que tinha que fazer alguns
161 encaminhamentos. Mas ela já vai encaminhar para Secretaria Executiva, via e-
162 mail do CEAS, esse comunicado. Então, a gente espera que na próxima
163 plenária, vai dar tempo de ela estar empossada. E eu já agradeço muito. E já
164 informo ao João Paulo que daqui a seis meses, eu já começo a perturbar ele
165 de novo. Eu vou tomar o espaço para te agradecer pessoalmente, porque eu
166 cheguei na Vigilância como um ano e pouco, e boa parte das coisas que eu
167 aprendi, foram com o João Paulo. E eu tenho muito a agradecer mesmo, viu,
168 João Paulo, pelo suporte. O outro informe é que vai chegar para o CEAS, Ana
169 Carolina, um convite para os trabalhadores, para participar do seminário do dia
170 16 de abril. O seminário para tratar da resolução 06. Ontem, na reunião do

171 FET, foi comunicado que esse informe chegaria. E a gente já indica o nome da
172 Roberta para representar a gente nesse seminário em 16 de abril. Vai
173 acontecer no Rio de Janeiro. Nelson, SEDESE: A Sandra também tem um
174 informe do CNAS. Sandra: Bom dia a todos. Sandra, do SINTIBREF. Então,
175 gente. Do CNAS, vocês estão acompanhando, mas não vou falar muito, mas
176 apenas dois pontos. Da resolução 06, que vocês estão acompanhando, que a
177 gente está, nesse momento, discutindo a caracterização, o aprimoramento da
178 resolução, conforme também fizeram os usuários. E aconteceu a nossa
179 reunião. Foi uma participação maravilhosa de todos os fóruns estaduais do
180 Brasil que estão em pleno funcionamento, se colocando. Nós estamos com a
181 assessoria de dois professores. Inclusive a Eleonora Schettino, aqui de Minas
182 Gerais. E, na próxima reunião, em abril, que vai ser no Rio de Janeiro, que é
183 ampliada, descentralizada, vai ter um seminário para a gente fechar a questão,
184 no sentido que já discutimos. Teve dissensos, estamos caminhando para os
185 consensos, mas a gente vai ter uma resolução que não vai restringir, não vai
186 excluir, e a gente quer que, muito antes, pelo contrário, que amplia e reconheça
187 os coletivos de trabalhadores da assistência social. Então, esse é um ponto. E
188 tem uma resolução, em destaque que foi aprovada no último pleno, que foi o
189 trato da questão das denúncias. A gente estava discutindo isso aqui também
190 no CEAS, saiu a resolução e eu passei para a Comissão de Política, que a
191 gente estava discutindo a questão de denúncias, e até falando como isso tem
192 tomado muito tempo da Comissão de Política, e a gente está pensando no
193 planejamento, em propor algumas coisas diferentes, mas essa resolução, que
194 saiu do CNAS dá diretrizes e trato de como vão ser tratada as denúncias que
195 estão chegando, inclusive lá no Conselho Nacional. De assédio, denúncias
196 sobre conselhos e variadas. E vocês também acompanharam que estamos em
197 pleno processo eleitoral para o próximo mandato, da sociedade civil.
198 Entidades, trabalhadores e usuários. Candidatando e já fazendo as
199 articulações para a composição do novo mandato. É só isso. Tem muito
200 assunto, mas esses três, e queria deixar registrado. Obrigado. **Nelson,**
201 **SEDESE:** Antes de a gente ir para o próximo ponto, só agradecer, Grazi, pelos
202 dois anos, quase três de Conselho. Agradecer a tua participação aqui, e para
203 além daqui, porque eu acho que é isso: o Conselho reverbera nas nossas
204 ações que são para além desse momento aqui. E parabenizar por esse período

205 de atuação. Que você seja muito feliz na sua licença maternidade, e a gente
206 vai se encontrando por aí. Obrigado, viu? Então o próximo ponto, gente, é a
207 aprovação das atas 292 e 293. A gente não havia aprovado a ata 292, porque
208 tinham algumas inconsistências que a gente havia encontrado no momento da
209 correção, e encaminhamos na última plenária, para fazer uma correção desses
210 pontos. E essa semana, a Secretaria Executiva encaminhou as duas atas por
211 e-mail, de todos os conselheiros. Então a gente, como início dos nossos
212 trabalhos, é fazer a aprovação das duas atas. A Ana Carolina quer trazer um
213 informe. **Ana Carolina: Ana Carolina, Secretaria Executiva.** Foi deliberada,
214 na última pauta, o envio da súmula, para vocês acompanharem as questões,
215 os pontos de pauta e os encaminhamentos. E a gente vai mandar também,
216 essa semana, para vocês terem esse controle. Início da semana, na próxima
217 semana. **Nelson, SEDESE:** Então a gente pode ir para a votação da aprovação
218 das duas atas? Todo mundo fez a leitura, conseguiu pelo menos olhar, pela
219 sua fala, que acho que a gente fez esse combinado no último, de cada um
220 tentar olhar aquelas suas falas para trazer algum ponto específico, caso tenha
221 observado. Podemos ir para votação? Podemos fazer em bloco as duas, já
222 pela aprovação? Alguma reprovação? Reprovação? Abstenções. Então,
223 aprovado por unanimidade. Todos os presentes, em condição de titularidade.
224 Sandra. Então agora a gente pode ir para a nossa proposta de pauta, hoje. O
225 primeiro ponto é a prestação de contas do Fundo Estadual de Assistência
226 Social, referente ao quarto trimestre de 2023. Depois, o relatório de gestão
227 anual do SUAS 2023. Relatório do CEAS 2022/2023. Apresentação do
228 planejamento das ações das comissões de política, apoio, monitoramento,
229 orçamento e normas. O informe da Comissão Eleitoral e a aprovação da
230 resolução a respeito da vacância da vaga de entidades na sociedade civil. A
231 capacitação de barragens e o sorteio de relator. O projeto de Comissão de
232 Apoio sobre as reuniões descentralizadas, a apresentação do projeto da
233 Comissão de Apoio sobre as reuniões descentralizadas. E a apresentação da
234 Secretaria Executiva, do modelo de relatórios de participação dos conselheiros
235 em eventos e seminários. Além desses pontos que estão constando aqui, a
236 gente também tem a inclusão de um informe com relação à participação na
237 audiência pública do FEM. Então, pedir para a Secretária Executiva também
238 incluir esse ponto como um ponto da pauta. Rosa. **Rosalice: Rosalice,**

239 **Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paula.** Eu queria
240 uma inversão de pauta. Colocar a capacitação do prazo de barragem após o
241 relatório de gestão anual. Porque se os conselheiros deixarem para o final, e
242 na hora do sorteio, pode ser prejudicado se tiver algum conselheiro que que
243 sair da plenária. **Nelson, SEDESE:** Bom, por mim, eu aprovo a alteração da
244 pauta. A gente tem alguma objeção com relação à alteração? Alguma outra
245 proposta? Então, só pedir para corrigir, Secretaria Executiva. O informe PSIND
246 já foi feito, e a gente pode substituir a ordem e incluir a capacitação das
247 barragens e o sorteio do relator logo após o relatório de gestão anual do SUAS
248 2023. **Matheus, Movimento LGBTQIA+:** Eu gostaria de incluir na
249 pauta uma solicitação, porque eu estou tendo problemas com a minha
250 liberação, no meu espaço de trabalho, para vir para as reuniões. Eu gostaria
251 que a Sedese ou a Secretaria Executiva. Também estou aprendendo, queria
252 saber a orientação, conseguisse providenciar um documento, explicando que
253 eu estou no CEAS, da importância desse trabalho, que é uma coisa de
254 relevância e interesse público. E eu queria que esse ponto fosse incluído, para
255 que eu consiga apresentar esse documento e ele seja incluído no boletim de
256 frequência do meu trabalho, para que eu consiga o abono dessas ausências,
257 dos dias que eu preciso vir na plenária. **Nelson, SEDESE:** A gente pode
258 providenciar, enquanto mesa diretora, a gente se organiza para encaminhar
259 um documento para o seu órgão de trabalho, solicitando essa sua presença no
260 conselho. **Matheus:** Ok. Obrigado. **Rosalice:** Só para contribuir com a
261 Secretária Executiva. **Rosalice, Conselho Metropolitano.** Essa solicitação
262 que o Vinícius fez, ele já é recorrente aqui no CEAS. Então já existe um ofício,
263 padrão, dentro do CEAS, falando da importância do Conselho Estadual para a
264 entidade que ele não representa, porque ele trabalha em um lugar onde ele
265 não está representando aqui. Então, a entidade tem que entender qual é a
266 função, o papel do Conselho Estadual. E já tem um ofício padrão, que a gente
267 encaminha para todos os conselheiros, para as entidades dos conselheiros,
268 tá? **Nelson, SEDESE:** Então a gente pode seguir para a aprovação da pauta,
269 gente? Ficando ali como primeiro e segundo ponto, a prestação de contas do
270 FEAS, quarto trimestre, o relatório de gestão anual. E, na sequência, a
271 capacitação de barragens e o sorteio de relator. E depois a gente segue
272 conforme a leitura feita anteriormente. Podemos votar? Pela aprovação?

273 Reprovação? Abstenções? Então, pauta aprovada. Então, o nosso primeiro
274 ponto de pauta é a prestação de contas do FEAS, referente ao quarto trimestre
275 de 2023. Vou passar a palavra para Grazi, que é a coordenadora da Comissão,
276 e já convidar a Roberta também. **Graziele: Graziele, PSIND:** Só verificar com
277 os conselheiros como a gente pode fazer a nossa metodologia de
278 apresentação das contas. A Comissão se reuniu ontem, e tem um parecer
279 sobre as contas, e a gente queria saber se vocês desejam que a Roberta
280 apresente as contas. A gente até combinou 10 minutos, não é, Roberta? Que
281 ela apresentasse em 10 minutos, da mesma forma, dinamicamente, como ela
282 fez da outra vez, brilhantemente. Então, pode ser dessa forma? Ela apresenta,
283 a gente apresenta o nosso parecer, tirar as dúvidas dos conselheiros e depois
284 a gente apresenta os pareceres. Pode ser? Então, dez minutos, Roberta.
285 **Roberta, Sedese.** Bom dia a todos. Eu vou apresentar aqui o relatório
286 trimestral de execução financeiro, referente ao quarto trimestre de 2023. Então,
287 nós vamos fazer aqui a aprovação das contas, referente aos meses de outubro,
288 novembro e dezembro. Primeiro, a gente vai apresentar as ações que estão
289 vinculadas a FEAS, e depois, de modo subsequente, as ações que estão
290 vinculadas à Sedese. A Ação 1059, a ação da Aproximação SUAS. A
291 metafísica pactuada no PPAG era o acompanhamento de 73 municípios que
292 já tinham recebido recursos no ano de 2022, estão recebendo apoio técnico.
293 Eles receberam apoio técnico em 2023, só que no final de 2023, nós
294 conseguimos, nós pactuamos na CIB e aprovamos no CEAS também, os
295 parâmetros para uma nova rodada e já conseguimos recursos financeiros para
296 fazer repasse financeiro para 25 novos municípios contemplados no programa
297 Aproximação SUAS. Então, a execução da despesa nesse último trimestre foi
298 referente ao pagamento, via fundo a fundo, para esses 25 municípios conforme
299 pactuação na CIB e aprovação no CEAS. Próxima ação. A ação 4129 é a ação
300 de capacitação, apoio técnico e também gestão do SUAS. A meta física
301 pactuada eram 15 mil apoios técnico, capacitações, e a meta física executava
302 no trimestre foi de R\$ 7.353, com a meta física acumulada, no ano, de R\$
303 29.380. Contempla as capacitações e apoios técnicos presenciais e também a
304 distância. Houveram, no ano passado, os últimos cursos da Pólis Civitas, que
305 era a instituição de ensino superior contratada. Então, que tem uma
306 abrangência grande, que consegue abranger muitos participantes. Então, esse

307 número está bem alto, porque contempla tanta incapacidade à distância como
308 presenciais. As despesas realizadas no trimestre, têm o pagamento desse
309 instituto Pólis Civitas. Também estagiários, MGS, despesas conjuntamente de
310 viagens da gestão. Despesas com correios, telégrafos e passagens aéreas
311 relacionadas à gestão. E também compra computadores para a gestão, que eu
312 acho que a gente já tinha apresentado essa despesa em outro contexto. Mas
313 estava empenhado anteriormente, e agora foi paga. Na ação 4130, que é a da
314 proteção social especial de média complexidade, essa ação abarca o
315 cofinanciamento fundo a fundo da proteção social especial de média
316 complexidade, que tem o cofinanciamento de CREAS municipais, de
317 referências técnicas dos municípios abrangidos pelos CREAS regionais, do
318 estado, e um centro dia de referência. Além do cofinanciamento, também tem
319 a despesa direta de execução da proteção social especial, especialmente com
320 o custeio dos CREAS regionais, os quatro CREAS que são subsidiados pelo
321 estado. Então, as despesas são referentes ao custeio dos CREAS também a
322 esses pagamentos fundo a fundo. A meta física pactuada são esses municípios
323 abrangidos pelos CREAS regionais, mais os 32 CREAS municipais
324 cofinanciados e um centro dia de referência. Pode passar. A proteção social
325 especial de alta complexidade contempla, nessa ação, as despesas referentes
326 aos pagamentos de termos de colaboração para a manutenção de vagas de
327 acolhimento para pessoas com deficiência, casa lar e acolhimento PCD dos
328 egressos da antiga Febem, e o pagamento referentes às parcelas do
329 cofinanciamento estadual de residências inclusivas. Então, neste trimestre,
330 houve o custeio dessas despesas, tal como planejado, e destaca-se que, no
331 quarto trimestre, nós tivemos a renovação de 25 parcerias de Casa Lar. Então,
332 foi um trabalho grande, feito pela equipe do Sedese, junto com as entidades
333 também, para promover essas renovações. Teve reajuste dos valores. E as
334 despesas estão relacionadas ao cofinanciamento dessas residências
335 inclusivas e o pagamento dessas parcerias. Próximo. 4132. Piso mineiro de
336 assistência social. Despesas realizadas referentes ao pagamento referente às
337 parcelas do piso mineiro de assistência social fixo. Pagamos, dentro do
338 exercício de 2023, as 12 parcelas referente ao ano. Então, no mês de
339 dezembro, nós pagamos as parcelas, e sempre paga no mês subsequente,
340 nós já adiantamos a parcela que a gente normalmente pagaria em janeiro, que

341 é referente ao mês de dezembro. Nós pagamos dentro do mês de dezembro.
342 E pagamos para todos os municípios em situação de irregularidade. Houve
343 uma demanda na prestação de contas dos três primeiros trimestres, que a
344 gente colocasse um anexo com a sugestão da Comissão de Orçamento, que
345 fosse incluído um anexo, uma aba com anexo sobre a situação de
346 irregularidade dos municípios em relação à ação 4132, ao piso fixo. É
347 regularidade no quê, gente? No CAGEC, onde a gente tem a comprovação do
348 artigo 30 da LOAS, que é do conselho de efetivo funcionamento. O recurso é
349 alocado no fundo, e plano municipal de assistência social. Então, isso é muito
350 importante, que o município esteja com o CAGEC em dia, a gente paga quando
351 o município está com o CAGEC. Com as prestações de contas também, sem
352 dever nenhuma entrega de prestação de contas, sem nenhuma pendência com
353 as prestações de contas, e com planos de serviço devidamente autorizados.
354 Então a gente incluiu esse anexo, gente. Então está bem claro agora, com
355 todas as informações, município a município, em relação ao período, à última
356 informação que a gente tinha em dezembro. Foi incluído conforme solicitação
357 desse Conselho. Ação 4133. Apoio ao conteúdo social de gestão
358 descentralizada dos SUAS. Essa é a ação orçamentária que acoberta as
359 despesas com o Conselho Estadual de Assistência Social, e acho que nesse
360 trimestre, a gente destaca o pagamento da Conferência Estadual de
361 Assistência Social. Eles têm um montante, uma execução alta, especialmente
362 em decorrência das despesas com a Conferência Estadual. Temos também
363 serviço de transporte, passageiro para Conferência Nacional, e as despesas
364 rotineiras para manutenção das plenárias deste Conselho também, e outras
365 atividades relacionadas ao controle social. Pode passar. Essas ações são
366 janelas orçamentárias, nas quais não houve execução de despesas no
367 trimestre. E essas agora, gente, a gente vai trazer aqui as duas razões que
368 estão vinculados à Sedese, não estão vinculados à unidade orçamentária do
369 FEAS. Não estavam vinculadas até 2023 a unidade orçamentária do FEAS,
370 que é a ação em que a gente custeia, faz o pagamento das despesas com o
371 pessoal de servidores alocados à subsecretarias de assistência social, que é
372 a 2081. Então houve os pagamentos, efetivamente, dos nossos salários, das
373 despesas com o pessoal da Subsecretaria de Assistência Social, das equipes
374 técnicas que prestem suporte à assistência social no estado. Pode passar, por

375 favor. E na 4226, é uma ação que também não estava vinculada ao FEAS até
376 2023. Agora, em 2024, com o novo PPAG, essa ação de emendas
377 parlamentares foi incluída dentro da unidade orçamentária do Fundo Estadual
378 de Assistência Social, e são despesas realizadas no semestre referente a
379 emendas parlamentares impositivas, conforme indicações dos parlamentares,
380 e a gente também teve empenho para a execução do convênio. Foi executado
381 esse convênio, que era um convênio federal, para a aquisição de cinco carros
382 da proteção social básica para atendimento a entidades da rede
383 socioassistencial. É isso, pessoal. Muito obrigada. **Graziele, PSIND**. Obrigada,
384 Roberta. Você foi super competente de novo no seu tempo. E Nelson, me
385 desculpa, presidente, mas a tempo, a gente esqueceu de colocar no informe.
386 Eu não sei se está na pauta, desculpa minha falta de memória, mas sobre o
387 veto do Governador. Então, em algum momento, a gente precisa incluir. Acho
388 que não agora, porque senão vai confundir. Só porque eu lembrei da fala da
389 Roberta. Pela pauta, ótimo, porque fala sobre orçamento. Mas, bem. Primeiro,
390 novamente, eu vou insistir como eu venho insistindo em toda a prestação de
391 contas, da importância de todos os conselheiros serem capacitados para poder
392 compreender as ferramentas de gestão. Isso é um ponto. Na penúltima reunião
393 presencial da Comissão, a gente até fez esses apontamentos. Então, a
394 sugestão é que a gente tenha capacitações por ferramenta. Então, esse
395 relatório. Por exemplo, o relatório de gestão. É claro que a gente que está lá
396 na Comissão e a gente compreende um pouco mais. E eu faço uma ressalva.
397 A gente compreende um pouco mais também por causa da experiência. Se a
398 gente não sabe sobre financiamento, eu que sou leiga, que trabalho em CRAS,
399 trabalho em CREAs, trabalho na vigilância, se eu chego ali, não vou conseguir
400 ter a compreensão, por mais que os profissionais e a Secretaria Executiva
401 façam um esforço para que eu compreenda. Então, nisso, eu tive a sorte de ter
402 na comissão, na gestão passada, a Juanita, que compreende de gestão.
403 Prestou um serviço excelente, e ainda me dá suporte para a eu poder
404 compreender algumas coisas. Então, eu até já sugiro o nome da Juanita para
405 ela orientar a gente, porque, por exemplo, esse documento que a Roberta
406 colocou, ele precisa ser analisado à luz de outros instrumentos. Se a gente não
407 sabe disso e chega aqui para poder ver esse instrumento seco, a gente não
408 vai conseguir compreender mesmo. Não é um problema nosso. É porque é

409 falta de outras informações. Então, a sugestão da Comissão é que a gente
410 tenha capacitações de cada ferramenta de gestão, e eu já faço convite para a
411 Juanita. É claro que os representantes da próxima comissão vão referendar
412 nomes, e ainda também tem o próprio fundo nacional, pessoas do fundo
413 nacional que se dispõem a estar aqui com a gente. A Roberta também se
414 disponibilizou. Ela fez uma capacitação da gestão passada também,
415 principalmente para essas siglas que a gente teve dificuldade. O Mateus,
416 ontem, perguntou, muito curioso e muito interessado, perguntou diversas
417 siglas. E o cuidado que a gente tem, às vezes, de ter de falar em siglas. Então,
418 nós vamos apresentar o nosso planejamento e a gente solicita essas
419 capacitações para a gente dar conta, para todos os conselheiros darem conta,
420 inclusive de dizer: “Não, está ok, e eu referendo o que a Comissão está
421 trazendo”. Outro ponto que está na Comissão, e também interfere nessas
422 questões de conta, a gente solicitou à Roberta que ela pudesse indicar para a
423 gente uma data, um prazo. Por exemplo. Esse relatório já está em lei: 30 dias
424 depois do último exercício. Então, por exemplo. Hoje é dia 30. Se fechou hoje,
425 30 de março, a Roberta tem até último dia útil. Então, é último dia útil. Então,
426 hoje é 28 de março. A Roberta tem até o próximo dia 30 para apresentar o
427 relatório do trimestre. Então, essa data é por lei. Então, isso não falha, não;
428 isso tem seguido. Agora, outros instrumentos não têm chegado. A Sedese
429 sempre explica que a Seplag não mandou, outros órgãos não mandaram, mas
430 aí a gente precisa formalizar essa informação. Então, a gente colocou no
431 planejamento que a gente vai incluir essa data, e a Secretaria Executiva vai
432 ficar incumbida de lembrar que precisa desse documento até o prazo tal, que
433 a Roberta vai indicar. E não chegando, a gente vai fazer as tratativas que tem
434 que chegar. Então, dois pontos. Em relação a essa prestação do quarto
435 trimestre, excepcionalmente, a gente teve uma dificuldade na nossa reunião,
436 ontem, por questão de saúde da nossa técnica da Secretaria Executiva. Ela
437 está adoentada tem alguns dias, então a gente não teve o relatório técnico da
438 Secretaria Executiva. E é uma compreensão nossa, que foi uma
439 excepcionalidade, uma questão de saúde, mas a gente compreende também
440 que a apresentação, foi possível a gente fazer a partir dos dados, e a gente
441 encaminha para aprovação. E a gente encaminha para comprovação com a
442 seguinte... A gente não faz nenhuma recomendação, mas a gente faz uma

443 solicitação. A gente faz um encaminhamento. Se a Mira puder a colocar
444 Resolução 824, porque na Resolução 824, de 13 de dezembro, a gente faz
445 várias solicitações e vários encaminhamentos para a Sedese. Então, se
446 naquele momento a gente aprova o primeiro, segundo e terceiro trimestre com
447 essas recomendações, então a gente avalia que era possível aprovar, pedindo
448 essas orientações e essas ressalvas. Nem era ressalva, era recomendação.
449 Então, é possível aprovar também, mas a gente precisa dessa resposta dessas
450 ressalvas. Então a gente encaminha para a aprovação, contudo, a gente faz o
451 encaminhamento; não uma ressalva, mas um encaminhamento para que essa
452 ideia se responda o que teve de resultado da Resolução 824. A Roberta já
453 apresentou para a gente, na Comissão, que muitas daquelas recomendações
454 foram atendidas, porém a gente precisa de uma resposta formal. Então, a
455 gente encaminha dessa forma. **Grazielle: Desculpa, Nelson. Grazielle,**
456 **PSIND.** Recomenda-se. E a gente faz cada recomendação em cada ação. Só
457 que algumas recomendações não foram cumpridas, mas a gente não sabe qual
458 é a tentativa ainda, então alterar o valor da meta física. Essa foi, não é,
459 Roberta? Foi na hora, foi de imediato. É. Ação 4129. Priorizar, nos próximos
460 anos, as capacitações por modalidades presenciais, priorizar ações
461 orçamentárias da 43, investimento da educação permanente na sua locação
462 de saldos e recursos programados em 2024. Teve uma reprogramação, a
463 gente até aprovou essa reprogramação e o recurso para a educação
464 permanente. A Sedese vai enviar aos CEAS relatórios de avaliações das novas
465 capacitações de EAD, que estão sendo elaboradas para apresentação do IEP.
466 Alocar recursos orçamentários, que foi isso que eu acabei de falar na ação
467 4535. Na ação 4130, retornar ao grupo de trabalho de GT do CEAS para
468 acompanhamento do CREAS regionais, municipais e cofinanciados. Isso
469 também é uma tarefa nossa. É uma recomendação, inclusive, para o CEAS. A
470 Sedese realiza avaliação estudo de viabilidade sobre a ampliação de
471 consórcios para a oferta de serviços da proteção social especial de média
472 complexidade para os municípios de pequeno porte. A Sedese realiza
473 avaliação dos CREAS municipais, cofinanciados e reordenados, descrevendo
474 o processo de implementação de serviços dos últimos anos. Na ação 4132,
475 inclui o anexo do modelo de prestação de contas trimestral no CEAS, contando
476 a lista de municípios, que também foi acatado com impedimentos para repasse,

477 detalhadamente, das irregularidades para que o CEAS atue junto aos CMAS
478 desses municípios. Porque se um município está irregular, ele não vai receber
479 recurso, então a gente precisa acompanhar, inclusive por causa do contrato
480 social. É isso que a gente faz. Mas isso já está lá também. Promover a
481 atualização do valor do piso mineiro da assistência social fixa, conforme a
482 previsão da Resolução CEAS 755/2022. Isso, os conselheiros precisam ficar
483 muito atentos a essa questão, porque nessa resolução, a gente altera o
484 indicador, a base de cálculo. A gente altera a base de cálculo. Só que a Sedese
485 não alterou a base de cálculo porque não tem orçamento. Porém, a gente
486 precisa, politicamente, lutar para que isso aconteça, inclusive com a derrubada
487 do veto. Criar estratégias para acompanhamento frequente dos municípios em
488 situação de irregularidade para o recebimento integral do piso mineiro a ser
489 executado no CEAS. Na ação 4133, realizar acompanhamento efetivo das
490 ações do plano estratégico de controle social no próximo exercício. Na ação
491 2081, acompanhar o retorno do governo sobre a possibilidade de alocação das
492 despesas de pessoal. Já foi enviado algumas consultas, mas eu acho que não
493 teve retorno. Na ação 4226, alterar o valor da metafísica, que também já foi
494 feito. Execução das emendas parlamentares relativas à assistência social na
495 unidade orçamentária FEAS, que também já foi colocado, mas a gente precisa.
496 Reforçando, a gente precisa que isso seja formalizado, que essa informação
497 seja formalizada ao Conselho. Então, a gente repete essas recomendações,
498 porém a gente não sabe do retorno dessas recomendações, então a gente
499 caminha com esse pedido, para que a Sedese responda isso para nós. **Nelson,**
500 **Sedese:** Eu não sei se mais alguém tem alguma consideração. Não sei se
501 algum outro... Sandra. Sandra, SINTIBREF. Parabenizar a apresentação.
502 Ficou muito melhor. No meu entendimento das tabelas, a gente, lá no Nacional,
503 a gente pôs outra coluna com a porcentagem, que dava visibilidade dessa
504 questão da execução, e eu vi que a maioria foi execução de mais de 90%, só
505 a última tabela que parece que foi 40%, 50%. De cabeça, eu olhando,
506 rapidamente, isso mostra também uma boa gestão do fundo. A gente tem que
507 validar quando as coisas estão acontecendo. Que a nossa questão, e também
508 lá em Brasília, com o Arimatéia, que eu acompanho a Comissão de
509 Financiamento, sempre validando o trabalho da equipe técnica, que está
510 realizando e executando, porque não estava assim há tempos não muito lidos.

511 Então, a gente valida, e a nossa questão, que vai ser lincado, que a Grazielle
512 falou, é a questão de não ter recursos para melhorar, para ampliar, para
513 planejar melhor os nossos serviços. Mas eu vejo que pela apresentação, na
514 execução, a gente vê que a execução foi de mais de 90% em maioria. Isso é
515 uma boa gestão. O ponto indicativo de que a Comissão colocou, que também
516 acontece no Nacional, estão falando muitas irregularidades dos municípios que
517 impedem o repasse. Aí fica essa fala de que veio o repasse, que não estavam
518 fazendo o repasse, mas quando vai olhar a fundo, a Comissão Nacional do
519 Fundo está verificando isso, é a questão dos municípios. Alguma
520 irregularidade, alguma inconsistência que precisa de apoio técnico, e o Fundo
521 Nacional colocou, no último pleno, que está com esse projeto neste ano, e dar
522 um apoio técnico aos fundos estaduais. E é uma coisa mais detalhada, mas é
523 importante falar que a função 08, que é o que fica alocado todas as ações da
524 assistência social, vai ser reavaliada. Foi aprovado no CNAS, porque nessa
525 função, e não é o caso agora, mas eu acho que é importante, a gente quer ver
526 realmente o que é da assistência social que está nessa função. Porque tem um
527 tanto de coisa na função 08 e que não se aplica às nossas ações e recursos.
528 Então, cada vez mais, onde a gente pode incidir para buscar fortalecer a nossa
529 identidade e deixar bem claro que, de fato, que dinheiro é esse que está vindo
530 para a assistência social, a gente vai fazer, porque a gente ainda não
531 conseguiu sair do pires na mão. Estamos na luta do fundo da erradicação da
532 miséria. Mas é fazer essa fala, de compreensão, que a gente entende que está
533 tendo uma boa gestão na questão de execução. E a gente tem o problema do
534 orçamento na assistência, porque a gente ainda não conseguiu uma
535 vinculação e nem aprovação da PEC. Obrigado. **Nelson, Sedese:** Eu não sei
536 se mais alguém quer se manifestar. Alguém da Comissão, que estava presente
537 na apresentação ontem? Mais para além das manifestações. Eu acho que a
538 gente pode encaminhar com dois encaminhamentos. Talvez a gente resgatar
539 essas recomendações, para a gente não se perder em cada uma delas. E a
540 gente busca essa informação com a Sedese e com a Secretaria Executiva,
541 porque acho que tinham algumas recomendações que eram para o CEAS,
542 então a gente pode tirar como encaminhamento, encaminhar uma solicitação
543 para a Sedese, a respeito das solicitações que foram feitas nessa Resolução.
544 E para a Secretaria Executiva também organizar os encaminhamentos que

545 foram tidos para o CEAS. E para além disso, a gente entender. Acho que a
546 Grazi já trouxe, que pela Comissão, vocês caminharam pela aprovação da
547 prestação de contas, e entender se a gente também já pode caminhar para a
548 leitura da Resolução e aprovação da prestação de contas. Eu vou pedir para a
549 Mira, se ela quiser registrar os encaminhamentos, só para a gente não se
550 perder com eles. Solicitar à Sedese às recomendações da Resolução
551 824/2023, e para a Secretaria Executiva, as ações que foram direcionadas ao
552 CEAS. Mira, se puder reproduzir a Resolução, para a gente fazer a leitura. E
553 na sequência, a gente caminha para a votação. **João Paulo, Sedese:** Vou
554 proceder à leitura da Resolução. Resolução CEAS Minas Gerais. Dispõe sobre
555 a aprovação do relatório trimestral de execução físico-financeira do Fundo
556 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, FEAS/MG, referente ao quarto
557 trimestre de 2023. O Conselho, no uso das suas atribuições, resolve: Artigo
558 primeiro. Aprovar o relatório trimestral de execução físico-financeira do Fundo
559 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, FEAS/MG, referente ao quarto
560 trimestre de 2023, instruído no processo SEI 1480.01.0003854/2023-90.
561 Parágrafo único. Considerando a aprovação dos relatórios trimestrais de
562 execução físico-financeira do FEAS, referentes ao primeiro, segundo e terceiro
563 trimestres de 2023, através da resolução CEAS/MG, número 824, de
564 13/12/2023, ficam aprovadas as contas anuais do FEAS referente ao exercício
565 financeiro de 2023. Artigo segundo. Esta resolução entra em vigor na data de
566 sua publicação. Belo Horizonte, 22 de março de 2024. Só para registro. Vai ser
567 anexado o quadro apresentado pela Roberta, na resolução. **Roberta,**
568 **SEDESE:** Será anexado abaixo, consolidado da prestação de contas. Tem
569 uma aba na prestação de contas, em que a gente traz as informações
570 consolidadas, e que a gente faz a publicação em conjunto com esse texto
571 descritivo para ficar documentado. **Nelson, Sedese:** A gente tem algum
572 destaque, alguma observação de resolução? Então a gente pode caminhar
573 para a aprovação? Pela aprovação? **Isaac, Comissão de Quilombola do Rio**
574 **Doce.** Essa votação não é nominal? **Adelmira, Secretaria Executiva:** É.
575 Porque é prestação de contas, eu acho que é nominal. **João Paulo, Sedese:**
576 Só para esclarecer. Não é votação nominal. Na plenária passada, a gente falou
577 sobre isso. É votação qualificada. A gente precisa de quórum qualificado para
578 votação. Então, o que a gente fez na última, e eu sugiro que a gente mantenha

579 essa lógica, essa prática, é a gente averiguar o quórum. Tendo o quórum
580 qualificado, que possamos aprovar. Por unanimidade, tendo quórum
581 qualificado, automaticamente vai estar aprovado. **Adelmira, secretaria**
582 **Executiva.** Pelo menos a gente contar os votos, porque a gente tem quórum
583 qualificado. 15 titulares e um em condição titularidade, então são 16. É só a
584 gente registrar o número de votos. **João Paulo, Sedese.** Pois é. É exatamente
585 isso que a gente fez. A gente anotou. Na anterior, a gente fazia a votação,
586 contava quantos votos de aprovação e colocava lá na súmula o número de
587 votos, justamente para comprovar o quórum qualificado. **Nelson, SEDESE:**
588 Então todos concordam de a gente permanecer nessa lógica, como foi feito na
589 última reunião. Sandra, SINTIBREF. Eu comentei aqui que essas matérias de
590 financiamento, é qualificado e nominal. Acontece em âmbito nacional, mas a
591 gente tem que ver o que está no regimento. **Nelson, SEDESE:** Gente, é porque
592 no nosso regimento, ele não menciona nominalmente. Mas se for uma questão,
593 eu acho que é melhor a gente fazer nominal, porque senão a gente vai ficar
594 nessa discussão e pode dar mais trabalho. Então, Mira, vai chamando um por
595 um, e a gente faz nominal. **Adelmira, Secretaria Executiva:** Então, vamos
596 proceder à votação da prestação de contas do quarto trimestre de 2023.
597 Conselho Metropolitano de Belo Horizonte, Rosalice Tassar. **Rosalice:** Pela
598 aprovação. **Adelmira:** Associação Recreativa Melhor Idade, Luiz Carlos de
599 Castro Fernandes. **Luiz Carlos:** Aprovo. **Adelmira:** CMAS de Ipatinga, Laís
600 Alexandra da Silva. **Laís:** Aprovado. **Adelmira:** CMAS de Campanha,
601 Fernanda Regina da Silva. **Fernanda:** Aprovado. **Adelmira:** Coletivo Flores de
602 Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. **Simone:** Aprovado.
603 **Adelmira:** Comissão de Comunidades Quilombola do Alto e Médio Rio Doce,
604 Isaac dos Santos Lopes. **Isaac:** Voto pela aprovação. **Adelmira:** Sindicatos
605 dos Psicólogos de Minas Gerais, Grazielle Vieira Cachapus. **Grazielle:**
606 Aprovado. **Adelmira:** APAE de Belo Horizonte, Maíra de Queiroz Camilo.
607 **Maíra:** Aprovado. **Adelmira:** Pela Sedese, Nelson Fernando Maurem
608 Carvalho. **Nelson:** Aprovado. **Adelmira:** Pela Seapa, Alexandre Soares
609 Moreno Filho. **Alexandre:** Aprovado. **Adelmira:** Pela Secretaria Estadual de
610 Educação, Cleusa Maria de Oliveira. **Cleusa:** Aprovado. É Cleusa Maria.
611 **Adelmira:** Pela Sedese, João Paulo Freire Jardim. **João Paulo:** Pela
612 aprovação. **Adelmira:** Pela CMAS de Ipatinga, Flávio Cristian de Assis

613 Miranda. **Flávio:** Aprovado. **Adelmira:** Pelo CMAS de Coronel Fabriciano,
614 Letícia Fernandes Godinho. **Letícia:** Pela aprovação. **Adelmira:** Pela
615 Secretaria Estadual de Saúde, Cristiana Aguiar Vieira. **Cristiana:** Pela
616 aprovação. **Adelmira:** Pela Seplag, Solimar Assis. **Solimar:** Pela aprovação.
617 **Adelmira:** Pelo Cogemas, em condição de titularidade, Rosilaine Rita dos
618 Santos. **Rosilaine:** Pela aprovação. **Adelmira:** Então, nós tivemos 17 votos.
619 Alguém faltou? A Sandra. Na condição de titularidade. Pelo SINTIBREF,
620 Sandra Regine Ferreira Barbosa. **Sandra:** Pela aprovação. **Adelmira:** Então,
621 nós tivemos 18 votos pela aprovação. **Nelson, SEDESE:** Então, prestação de
622 contas do quarto trimestre, aprovada por unanimidade. O nosso próximo ponto
623 de pauta é o relatório anual do SUAS, relativo ao ano de 2023. O relatório foi
624 encaminhado para todos os conselheiros, e ontem, no período da tarde, a
625 gente fez uma reunião de comissões conjuntas. A gente teve a presença da
626 Gabriele, Superintendência de Vigilância, e da Rose, Diretora de gestão do
627 SUAS, com a apresentação do relatório. A Secretaria Executiva preparou uma
628 análise, também iniciou a apresentação, mas considerando o tempo, a gente
629 optou pelo envio dessa apresentação para todos os conselheiros. E a gente
630 encaminhou ontem, enquanto comissão conjunta, pela aprovação do relatório.
631 Então, eu deixo aberto se a gente tem alguma colocação, ou se a gente já pode
632 caminhar. Se ficou com alguma dúvida, se alguém tem alguma questão que
633 queira trazer agora, ou se a gente já pode caminhar para a votação da
634 aprovação do relatório. Então eu vou pedir para a Secretaria Executiva abrir a
635 Resolução para a gente fazer a leitura. E na sequência, a gente caminha para
636 a votação. **João Paulo, SEDESE:** Resolução CEAS. Aprova o relatório de
637 gestão anual do Sistema Único de Assistência Social, SUAS de Minas Gerais,
638 relativo ao ano de 2023. O Conselho Estadual de Assistência Social, no uso
639 das suas atribuições, resolve: Artigo primeiro. Aprovar o relatório de gestão
640 anual do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, referente ao ano de
641 2023, apresentado pela Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de
642 Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais. Artigo segundo. Esta
643 resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 22 de
644 março de 2024. **Nelson, Sedese:** Então a gente pode ir para a votação? Pela
645 aprovação? Reprovação? Abstencões? Então, aprovado por unanimidade.
646 Seguindo a nossa pauta. O próximo ponto é a capacitação de barragens e o

647 sorteio do relator. Então, vou passar a fala para a Rosa. o trajeto? Vai aumentar
648 o trajeto dele? Ele vai ter de sair de casa às seis horas da manhã para pegar
649 o ônibus e ir para a escola uma hora da tarde? Como é que vai ser esse trajeto?
650 Isso tudo, a gente fala. E o idoso? Qual é a assistência médica que dá acesso
651 para ele? Qual é a equipe da saúde da família que o atende? Vai continuar
652 atendendo? O idoso. A gente pede que eles se mantenham no território e na
653 mesma qualidade. Se é rural, continua na área rural, enfim. Mas o idoso, se
654 ele não produz, não trabalha na área rural, se ele quiser ir para a área urbana,
655 ótimo. Ele vai ter de conseguir uma casa próximo de familiares, próximo do
656 posto de saúde. É isso. É garantir esse direito. Melhorar a qualidade desse
657 idoso. Já teve caso de visitas da equipe do posto de atendimento social, que a
658 gente vai falar sobre isso, que descobriu pessoas que não eram cadastradas
659 na área da assistência social da prefeitura. Por quê? O território rural era tão
660 grande, do município, que a equipe da assistência social não conseguia chegar
661 lá. E a equipe do posto encontrou e informou. E descobriu que tinha um idoso
662 isolado. O trouxeram para mais próximo da área urbana. Então tem esse
663 cuidado da política de assistência social dentro desse posto. **Graziele, PSIND:**
664 Esse cuidado, esse olhar, é individual, é para cada família. **Rosalice,**
665 **CMSSVP:** Exatamente. Tem um diagnóstico, que está até ali. Muda. O
666 diagnóstico é a base do plano de assistência social. O primeiro momento que
667 a gente tem é o diagnóstico. **Rosa, Conselho Metropolitano de Belo**
668 **Horizonte, da Sociedade São Vicente de Paula:** É um assunto, gente que eu
669 queria um pouquinho da atenção de vocês, porque envolve todo o Conselho.
670 Envolve mais os conselheiros titulares. Então, é um tema que é muito
671 importante para o Conselho Estadual, é um tema que consta na nossa
672 Constituição Mineira. É uma atribuição do Conselho, e até que eu saiba, só o
673 estado de Minas tem essa preocupação com a população atingida por
674 barragem. Foi atribuída à Comissão de Normas, na última plenária, que nós
675 fizéssemos essa capacitação para vocês, porque todos vocês vão se tornar,
676 em alguma hora, conselheiros relatores de processos de barragem. Então, as
677 meninas entregaram aí, o Denílson está entregando o resumo daquilo que a
678 gente vai conversar hoje com vocês, que é um texto orientador, realmente, mas
679 esse processo, vocês vão aprender, como eu falei ontem, com a Comissão de
680 Normas e com o pessoal da sociedade civil, é um processo que a gente

681 aprende ao fazer. Não adianta a gente tentar em uma hora ou duas, esgotar
682 todo esse assunto, porque é durante o processo que a gente aprende. Então,
683 como eu falei, essa atribuição do CEAS surge na nossa Constituição do estado,
684 de 89, no artigo 194, no parágrafo único, quando fala da assistência social na
685 nossa Constituição, é colocada em parágrafo único, colocando que o estado
686 proverá plano de assistência social às populações de áreas inundadas por
687 reservatório. Então, já em 89, já havia uma preocupação. Essa preocupação
688 surge com o movimento de atingidos por barragem, com as primeiras
689 barragens que tinham no estado de Minas Gerais já nesse período. E não tinha
690 muito o que garantia direitos à população, a não ser na área ambiental. Então,
691 a área social ficava por conta da área ambiental. E em 98, só em 98 que se
692 cria a lei 12.812, que ela regulamenta esse artigo. A lei 12.812 regulamenta
693 este parágrafo único do artigo 194, e coloca que o estado prestará assistência
694 social à população de áreas inundadas por reservatório, destinados a
695 aproveitamento econômico de recursos hídricos, nos termos dessa lei, sem
696 prejuízo da assistência social, assegurada pela legislação em vigor. Gente,
697 antes de eu dar continuidade, a gente podia combinar o seguinte. Na medida
698 que a gente for falando, se vocês quiserem me interromper para a gente fazer
699 um diálogo, em vez de ser fala e vocês escutam, mas se vocês puderem ir já
700 tirando as dúvidas, a gente trazendo algumas experiências. O Altair, ontem,
701 trouxe várias experiências para nós, que é interessante. É um diálogo que a
702 Comissão de Normas está propondo para vocês. Essa lei de barragem traz
703 que o estado prestará assistência. Ainda a assistência será prestada àqueles
704 que habitam em imóvel rural ou urbano, desapropriado. Ou seja, a população
705 que é atingida pela barragem, é garantida por essa lei. E o que é esse recurso
706 hídrico com fins econômicos? É quando a água do rio é usada para
707 comercialização de algo, que é as usinas geração de energia, irrigação, que é
708 para abastecimento de água, tipo a Copasa, Cemig. Então, esses
709 empreendimentos têm que garantir um plano de assistência social para a
710 população a ser atingida por essas barragens. O CEAS entra em qual momento
711 nesse processo? O estado de Minas Gerais, hoje, a maioria dos
712 empreendimentos são privados, eles não são públicos. Hoje, no CEAS, nós
713 temos apenas um empreendimento que é público, que é o projeto agrícola
714 Jequitaiá. Ele é uma parceria do Governo Federal com o governo de Minas. Que

715 eu que eu saiba, só esse processo ainda é privado. Ainda é público. Porque
716 esse leilão já está sendo discutido há mais de cinco anos. Então já há uma
717 discussão de ele se tornar privado. E quando o CEAS entra nesse processo?
718 Na área ambiental, todo empreendimento é um leilão, de ver quais os
719 empreendimentos que querem desenvolver, implantar uma usina hidrelétrica.
720 Há um grande estudo no estado de Minas Gerais, com todos os rios, todas as
721 cachoeiras, falando quais têm possibilidade ou não de gerar energia ou
722 abastecimento de água. O empreendedor, durante a licença prévia, ele ganha
723 o direito de pesquisar. Ele vê a viabilidade e entra com o processo de licença
724 de instalação junto à Copan. E um dos requisitos para ele ter a licença de
725 instalação, que é para começar a negociação, estudos, pesquisas, as
726 negociações, é na licença de instalação. O CEAS entra nesse momento. Um
727 dos requisitos para ele ter a licença de instalação é no CEAS, com o plano de
728 assistência social. Se o CEAS avalia o plano, o que vai ser garantido para
729 aquela pela população? A gente emite uma isenção, ele apresenta no Copan
730 ou no órgão ambiental, ele já tem, dentro vários requisitos, esse já é requisito
731 cumprido, que é o plano de assistência social. Durante o processo de
732 implantação do plano de assistência social, o Conselho Estadual vai
733 monitorando, acompanhando, corrigindo rumos. E chega o momento da
734 licença de operação. O empreendedor só consegue gerar a energia,
735 operacionalizar ou comercializar a água, fazer a ligação, quando tem o plano
736 de assistência social, comprovando a implantação. E a gente comprova, até
737 então, com qualidade. Qual a qualidade aquela população está sendo
738 garantida, os seus direitos? Ontem me perguntaram assim: “Mas quando a
739 gente vai aprender?”. Todo mundo aqui está na política de assistência social.
740 Acho que é um tema que a gente pode fazer uma capacitação sobre os direitos
741 socioassistenciais. Quais os direitos socioassistenciais que todo cidadão tem?
742 Tem que ser garantido. E a gente visa é isso, dentro do plano de assistência
743 social no momento. No momento da licença de operação, tudo o que a gente
744 foi avaliando durante o processo de implantação, foram garantidos os direitos
745 dessa população? Foram garantidos com qual qualidade? Eles tiveram o
746 patamar de vida garantido no mesmo patamar ou melhorou? Ou piorou? Se
747 piorou, não foi implantado com a qualidade que a gente exige. E passando
748 desse processo, eu trouxe aqui o que é essa barragem? Como eu falei, a

749 barragem, açude, represa, é uma barreira artificial, feita em cursos de água
750 para a retenção de grandes quantidades de água. E essa barragem que gera
751 energia. No nosso caso, essa barragem é destinada ao aproveitamento
752 econômico de recursos hídricos. A água é usada para gerar energia, e essa
753 água é usada com esse fim econômico, de gerar energia, e o empreendedor
754 receber os recursos dele, o que ele investiu. A Copasa, que é o meio de
755 abastecimento de água, a maioria no estado de Minas Gerais é abastecido pela
756 Copasa. Quando a Copasa vai fazer uma barragem para abastecimento de
757 água, ela tem que apresentar esse plano. Ou um empreendimento de irrigação.
758 Tem que ter a barragem e a comercialização. Eu estou achando que ninguém
759 ainda questionou se a barragem é de mineradora. Ninguém vai perguntar? Se
760 é barra de mineradora, tudo bem. **Alexandre, SEAPA:** Tem barragens que tem
761 legislação específica. Então, não entram nessa parte. Algumas que são
762 legislações específicas. **Rosalice, CMSSVP:** Um exemplo de barragem com
763 legislação específica que o CEAS não está monitorando? **Alexandre, SEAPA:**
764 Não. Estou falando o seguinte. Que tem barragens que, por exemplo, eu já
765 tinha lido essa situação, barragem de hidrelétricas, barragens de mineração,
766 eles entram uma legislação não dessas barragens. **Rosalice, CMSSVP:** Tá.
767 Então, as barragens de mineradoras, sim, elas entram em uma legislação. As
768 hidrelétricas, não. Elas estão utilizadas como recurso econômico hídrico, que
769 é a lei de barragem 12.812. São as nossas barragens, essas que a gente
770 contou. Agora, barragens de mineradora, há um tempo, o Conselho Estadual
771 fez um parecer técnico. Nós reunimos com a Fetaemg. Nós tentamos mostrar
772 para o Copan que as barragens de mineradoras, utilizam do recurso hídrico.
773 Porque eles lavam o minério na água. Mas eles acreditam que não, porque é
774 só um meio, não é um fim. Mas, tudo bem. Vem aí a política estadual de
775 barragem, que aí a gente acredita que também está acoplado as barragens
776 de mineradoras. Então, é uma política estadual. É uma política estadual, que
777 foi um movimento dos atingidos por barragem, um movimento de anos. Então
778 houve um ganho em relação a isso. A sociedade civil organizada conseguiu
779 levar isso para a Assembleia. A gente não sabe em que ponto está essa
780 regulamentação da política estadual, mas isso vai ser um ganho para o estado
781 de Minas Gerais. **Graziele: Grazielle, PSIND.** Eu, como moradora de uma
782 cidade mineradora, nós temos 29 barragens. Então, isso é fantástico. Só para

783 vocês terem ideia do prejuízo que é a Vale em Itabira, fazendo um
784 contrassenso do que ela oferta para Itabira. Agora ela não vai mais fazer essa
785 barragem igual era em Mariana e Brumadinho, ela faz um rejeito seco e vai
786 fazendo montanhas de rejeito. Aí tem o pico do Cauê, um pico antigo, que tem
787 poema do Drummond. Então ela vai encher o pico com esse rejeito. Então
788 imagina quando bate o vento? Quem é de cidade mineradora, todos são
789 atingidos. Então, se a gente conseguir evoluir para isso, é fantástico, porque o
790 prejuízo que tem para o município é enorme. E não tem esse retorno da Vale
791 para o município, apesar de Itabira ter bom recurso, mas não tem retorno que
792 deveria ter. **Rosalice, CMSSVP:** Qual o estilo de barragens que nós
793 acompanhamos? O próximo. As barragens de usos múltiplos, que são para
794 irrigação, abastecimento de água, geração de energia, que a mesma barragem
795 consegue acoplar todas essas ações. A barragem para geração de energia,
796 que nós temos três tipos dela, que vai pela área ambiental, é dividida pela
797 potência de geração de energia e pelo tamanho dela. E nós temos a CGH, que
798 é a Central Geradora Hidrelétrica, que é uma usina. Ela é muito pequena.
799 Geralmente, pelo menos as que eu conheço, elas foram reaproveitadas de
800 antigamente. Quem é do interior sabe. Muitos fazendeiros ricos tinham
801 pequenas barragens nos seus territórios, que geravam energia para dentro da
802 sua propriedade. Essas barragens que ficaram abandonadas, tem
803 empreendedores que estão comprando, atualizando, modificando e
804 modernizando o equipamento de energia deles. Eles compram três CGHs,
805 constrói, tem um custo muito pequeno e gera a mesma quantidade de energia
806 que uma PCH, que é uma pequena central hidrelétrica. E com um custo menor,
807 e com um retorno financeiro maior. Tem a PCH, que é Pequena Central
808 Hidrelétrica. As usinas que gerem superior a 3 megawatts, até 30 megawatts,
809 nós temos várias. Nós tivemos um projeto aqui, em 2005, 2004, sei lá, na época
810 tinha chamado Minas PCH. Teve um “boom” de PCHs no estado de Minas
811 Gerais. Ou seja, o CEAS acompanhava umas 20 PCHs ao mesmo tempo. Por
812 quê? Elas também têm um curso menor, elas têm um lago, mas é menor. E as
813 grandes usinas hidrelétricas. Para vocês terem ideia. As usinas hidrelétricas,
814 que são as de grande potência, que gera 30 megawatts. Por exemplo. Três
815 Marias, Candonga. São usinas que inundam várias terras, elas relocam várias
816 famílias. Candonga, por exemplo. Ela inundou uma comunidade rural todinha,

817 com mais de 60 famílias. Ela inundou. Ela reassentou essas famílias em outro
818 território. São usinas de grande potencial hidrelétrico e de grande impacto
819 ambiental. Hoje em dia, são poucas que constroem. Eles preferem mais PCH
820 e CGH por causa do custo. O impacto ambiental e social é menor. **Luiz Carlos,**
821 **ARMI:** Eu queria saber como a gente tem acesso ao relatório de barragem. Por
822 exemplo. Na minha cidade tem a Santa Clara, Serra dos Aimorés, e lá eu não
823 tenho nenhuma informação de que o CEAS, ou a própria usina, nada sobre
824 isso. Eu sei que na cidade de Carlos Chagas, no passado, eu vi você falando
825 que esteve lá e acompanhou, monitorou, mas eu queria saber sobre Santa
826 Clara. Depois, se você puder me passar, Serra dos Aimorés. A usina de
827 energia que, inclusive, agora parece que só tem três ou quatro funcionários
828 que trabalham lá, e a gente e a gente não sabe dos benefícios que chega na
829 nossa comunidade, referente a essa usina hidrelétrica. **Rosalice, CMSSVP:**
830 Luizão, as barragens que a gente acompanha são aquelas aprovadas a partir
831 que chegaram aqui, a partir de 1998. Se não tiver muito enganada, pelo
832 histórico que eu já fiz aqui, das barragens, a primeira que chegou aqui foi em
833 2000. Então, todos os empreendimentos que foram anteriores a isso, não
834 passavam pela avaliação do CEAS. Foi a partir de 98, pelo movimento, que viu
835 tanta coisa acontecendo, sem a garantia dos direitos, que foi publicada essa
836 lei. Mas a gente pode fazer uma pesquisa do ano que começou a
837 implementação da lei, quando ela recebeu a primeira licença dela, que é a
838 licença prévia, para a gente pesquisar se ela passou pelo CEAS, está bom?
839 Mas eu não lembro desse nome. **Luiz, ARMI:** A última pergunta. Aquelas que
840 não passaram pelo CEAS, não vão passar mais? **Rosalice, CMSSVP:** As
841 anteriores a 98, não. A lei só regula a partir de 1998. Infelizmente. Eu soube
842 de histórico de pessoal de Três Marias, que até hoje morreu e não foi
843 indenizado. Foi exatamente por causa disso. O que que era o histórico de
844 barragem? As indenizações eram o único meio. Hoje, não. A gente garante
845 direitos. A indenização é o último momento, é o último caso. É quando o
846 atingido não quer mesmo. Mas nossa prioridade é reassentamento, garantia
847 de direitos, qualidade de vida. Manter aquilo que ele tinha anteriormente. E o
848 CEAS, para regular esse trabalho dele, ele criou duas resoluções: a Resolução
849 498, que dispõe sobre o plano de assistência social. É um passo a passo para
850 o empreendedor. O que tem que ter no plano, quais são as garantias de direitos

851 que ele tem que ele tem que apresentar, como é feito o diagnóstico. Nesse
852 plano, tem que estar descrito todas as famílias, todas as pessoas que
853 trabalham ou moram naquela propriedade, tanto rural quanto urbana. Quais os
854 programas e projetos que ele vai propor dentro desse plano? É um guia, é um
855 guia do que ele tem que fazer para a garantia desse direito. E a gente analisa
856 à luz, sim, dos direitos assistenciais, à luz dessa Resolução. E lá tem, sim. Tem
857 até modelos. Tem um quadro modelo do que a gente exige dentro do
858 diagnóstico, tem o quadro modelo dos impactos sociais, porque todo mundo
859 imagina que os impactos são 100% negativos. Tem áreas com impacto um
860 impacto positivo, e esse impacto positivo que a gente reafirma dentro do
861 território. A gente busca o impacto positivo. Por quê? Quando o empreendedor
862 chega com o empreendimento, ele chega para ganhar dinheiro. Não existe o
863 empreendedor falar: “Eu estou vendo, porque tem que gerar energia, porque
864 todo mundo está...”. Não. É para ganhar dinheiro e ganha muito dinheiro. E a
865 área social, o que a população vai ganhar com isso? Então, a gente analisa
866 também o impacto positivo que aquele empreendimento vai causar naquela
867 comunidade. Tem comunidades que o nível de desemprego é tão grande, tão
868 grande, que quando chega empreendedor, ele gera emprego. Ele gera
869 melhoria nas estradas, ele gera melhoria nas residências, que são impactadas,
870 ele gera melhoria nas produções. Temos muitos casos que a gente sabe.
871 Quando a gente fala em propriedade, proprietário rural, a gente imagina
872 aqueles grandes agricultores, com mil cabeças de gados. Não. São pequenos
873 agricultores. Em sua maioria, são pequenos agricultores que não têm nem a
874 terra regulamentada. Chega o empreendedor e ele tem que dar, no
875 reassentamento, no mínimo, um módulo rural. Se o proprietário tinha meio
876 hectare no território, um módulo rural é de cinco hectares, o atingido tem direito
877 a cinco hectares com casa, terra para produzir. Então, isso tudo, a gente
878 acompanha, e tem que ter essa garantia. E o CEAS fez a resolução que fala
879 sobre o plano, que é interessante vocês verem. A Polly, na segunda-feira, vai
880 mandar um link para vocês com a lei de barragem, com as duas resoluções.
881 Tudo isso que a gente está falando, está nessas resoluções. O CEAS, em
882 2019, publica a Resolução 681. O que é essa resolução? Ela fala como é o
883 procedimento, como é o fluxo. O empreendimento chega aqui, o plano de
884 assistência social chega aqui, e vai descrevendo todo o passo a passo. O

885 passo do empreendedor, quando chega aqui, como o técnico tem que lidar com
886 esse plano de assistência social, a atuação do técnico do CEAS, na área de
887 abrangência, como que é vocês os relatores? Isso tudo vem descrevendo em
888 todas as resoluções. Para quê? Para não ter dúvida de como é o procedimento.
889 Chega essa gestão aqui e é de um jeito; a outra gestão chega e fala: “Vamos
890 acabar com esse plano de assistência social. vamos fazer uma coisa mais
891 sucinta. Vamos fazer uma indenização e está bom para o empreendedor.” Não.
892 A gente regulou isso, colocamos descrito. O que é o plano de assistência social
893 no artigo seguro da Resolução 498? Ela, como eu falei, é um plano que define,
894 que vai dar os rumos de como vai ser essa garantia de direitos lá no território.
895 E quem são os atingidos. A gente descreve na resolução quem são os
896 atingidos, porque havia uma grande dúvida: quem são os verdadeiros
897 atingidos? Atingidos são todos aqueles que tiverem suas terras em processo
898 de indenização, aqueles que tiveram impactos no comércio, no trabalho, em
899 sua moradia. Um morador de cessão. Todo mundo sabe o que é um morador
900 de cessão na zona rural? O morador de cessão é aquele que mora por
901 empréstimo. É a pessoa que trabalhou na fazenda a vida toda, e o dono da
902 vida deixou ele ficar lá. Mesmo depois de aposentado, deixou ele morar lá.
903 Uma pessoa que não tinha onde morar, o proprietário cede uma casa para ele.
904 Ele não tem direito à terra, ele não paga aluguel, não tem nada registrado no
905 nome dele. Esse morador de cessão, sim, ele tem o direito à moradia, e se ele
906 tem o direito à moradia, ele entra no processo de negociação, mesmo não
907 sendo proprietário daquela terra. Então, o trabalhador que não mora, ele tem,
908 sim, o direito à reinserção no mercado de trabalho, indenização. E todo mundo
909 pode falar assim: “Ah, mas sem os direitos trabalhistas, que é problema do
910 proprietário da terra e do patrão dele”. Não. O problema é do empreendedor.
911 Se o empreendimento não tiver chegado lá naquele território, tentado implantar
912 aquela usina, a pessoa poderia aposentar ali, trabalhando naquela
913 propriedade. Mas como chegou o impacto na vida dele, o empreendedor tem
914 que trabalhar a reinserção dele no mercado de trabalho. Ou no caso se for
915 morador, já conseguir outra casa, reassentar em outra casa, em outro território.
916 Sempre próximo daquele ambiente. A família, que tem criança em época de
917 escola, em período escolar. A família vai ser reassentada. Nós temos que
918 avaliar isso, viu, gente? “Ah, é da política de educação”, mas é um impacto

919 social. A criança e ao adolescente, tem como ele continuar na mesma escola?
920 Não tem. E onde ele vai morar, ele vai ter acesso à escola? Tem um ônibus
921 rural que vai levá-lo na escola? Qual é, Eles têm que apresentar. Rede
922 socioassistencial do município. Eles têm que apresentar tudo o que tem no
923 município. Aí vem o diagnóstico de cada família, de cada trabalhador, de cada
924 propriedade. Em uma propriedade, 20. Quem são os moradores, quem é o
925 proprietário? O proprietário mora ali, qual é a família dele? Tem trabalhador,
926 tem moradores de cessão, tem crianças e adolescentes, tem idoso? Eles têm
927 que mostrar isso tudo nesse diagnóstico. Ele nos dá essa base. Tem
928 quilombola, tem família ribeirinha, tem pescadores, tem pessoas que vivem
929 daquele peixe, que vivem do trabalho da beira do rio? Tem alguma associação
930 lá? Então, eles têm que apresentar isso tudo no diagnóstico, para a gente. E
931 todos os projetos que são apresentados dentro do PAS, é baseado nesse
932 diagnóstico. E quando o técnico chega lá, porque o técnico tem que ir lá antes
933 de qualquer coisa, ele faz essa análise documental e depois vai para a visita
934 técnica. Ele vai verificar isso tudo. Tudo que o empreendedor apresentou como
935 diagnóstico, ele vai, mesmo que seja um local, porque é um cuidado que o
936 CEAS sempre teve, tecnicamente. É não entrar no território sem ter ninguém
937 do município, porque é uma questão de respeito ao controle social local. A
938 gente reúne primeiro com o Conselho Municipal e fala: “Olha, vai acontecer
939 isso”. E feito esse plano, antes de protocolar no CEAS, ele criou, em 2019, a
940 audiência pública. Porque a gente sabe que a área ambiental faz audiência
941 pública. É obrigatório o empreendedor apresentar uma audiência pública. Mas
942 aí são engenheiros, advogados, pessoas técnicas que vão apresentar: “Olha,
943 a barragem vai ter também o tal, vai usar material tal, vai ser tantas áreas”. A
944 gente não queria isso, porque o atingido saía sem entender e saía mais
945 desconhecido de tudo. Ele saía calado em voltava mudo. E estressado. E com
946 toda a razão. E o que o CEAS fez? Vai ter uma audiência pública para o plano
947 de assistência social. E essa audiência pública tem que ser registrada em ata,
948 e com a equipe social. Tem que ter assistente social e psicólogo falando a
949 linguagem do atingido. Uma linguagem que vai desde aquela pessoa que tem
950 doutorado, até àquela pessoa que é analfabeta. Então, a gente tem que criar.
951 A gente criou essa audiência pública. E quando o técnico vai lá, ele conversa
952 com as pessoas. Ele conversa com o atingido e fala: “Você foi na audiência

953 pública?”, “Ah, eu fui”, “O que eles falaram lá?”. Já teve entredimento que eles
954 fizeram, apresentar uma lista imensa de gente que participou. Coisa que eu
955 falei: “Gente, bombou. Ficou ótima essa audiência”. Quando a gente chegou
956 lá, não tinha atingido. Tinha o pessoal da Secretaria, tinha gente do Conselho,
957 tinha vereador. Mas encheu o espaço. Tinha comerciante local, empresas
958 locais. Tudo do local. Ótimo, eles participaram, mas o atingido não participou.
959 Quando eu fui descobrir por que o atingido não participou, qual era a barreira,
960 eles falaram assim: “Nós disponibilizamos até ônibus”. Eles fizeram uma
961 audiência pública em um hotel, em uma Serra, em um lugar fora da realidade
962 do trabalhador rural, fora da realidade deles. Eles se sentiram inibidos de
963 participar de um lugar que foi assim com coquetel e tudo o mais. Tem que ter
964 hospitalidade, ótimo, mas vamos dar acessibilidade ao trabalhador. Vamos
965 colocara a audiência pública em lugar onde ele se sinta à vontade, onde o
966 trabalhador vai levantar a mão, o agricultor vai levantar a mão e fazer as suas
967 perguntas. E a gente fez outra audiência, pedimos outra audiência pública. Eles
968 fizeram, e o CEAS esteve presente. O CEAS pode estar presente em todas as
969 audiências públicas. Se o conselheiro relator que foi sorteado, tivesse a
970 disponibilidade, é ótimo participar. E o CEAS foi. Na época, até foi o Rodrigo,
971 que era o antigo presidente. Nós fomos para a audiência pública para ver o
972 nível de fala dos técnicos. Vieram todos da assistência social. Vieram
973 psicólogos, pedagogos. E aí, sim, foi uma coisa mais didática; aí, sim, eles
974 entenderem quais os direitos deles que estavam sendo garantidos. E por que
975 tem que se garantir? A Lei de Barragem também traz que para o empreendedor
976 apresentar esse plano de assistência social, ele tem que pagar uma taxa de
977 expediente, que é no valor de seis mil ufemgs. O valor da ufemg, a cada ano,
978 ela multiplica. Este ano, são R\$ 5,97. Então cada plano de assistência social
979 novo, que chegar no CEAS, o CEAS recebe, em um fundo, para uso exclusivo
980 dos CEAS, para as despesas de controle e monitoramento e avaliação do
981 CEAS. Está na Lei 15.012. Para acompanhamento. Esse valor, que dá hoje,
982 acho que R\$ 31.678 por cada plano de assistência social. Não o relatório final,
983 mas plano de assistência social, o CEAS recebe R\$ 31.678. Para quê? Para
984 as despesas do CEAS em relação às barragens. Isso foi um ganho para o
985 CEAS, porque todas as despesas do CEAS de hospedagem, de diária, tudo
986 referente à barragem, é pago por esse valor. O CEAS já teve uma época em

987 que tinha tanto empreendimento novo que chegava aqui, nessa época que eu
988 falei do “boom” das PCHs, o CEAS já teve carro próprio, picape, todo um
989 equipamento diferenciado para esse trabalho de barragem. Exatamente por
990 causa dessa taxa. No ano passado, pelo que a gente pesquisou, não chegou
991 nenhum plano novo. O último que chegou foi em 2022, que já está sendo
992 acompanhado pelo CEAS. No ano passado não teve. E o empreendedor, além
993 do plano, como a gente monitora? Através dos relatórios. Ou pode ser
994 bimestral, trimestral, semestral, de acordo com o empreendimento e de acordo
995 com a avaliação do relator. E o técnico vai avaliando e vai fazendo o passo a
996 passo do que está acontecendo dentro do empreendimento, o que está
997 acontecendo com aquela família. Então, é o monitoramento individual de cada
998 família. E o que tem que ter nesse plano? Ele tem que ter projeto de
999 comunicação, porque ele tem que ser divulgado dentro do território, o que está
1000 acontecendo para todo mundo. Tudo o que o CEAS recebe, o Conselho
1001 Municipal passa a receber também. Tem que ter um projeto de inclusão
1002 produtiva e geração de renda, tanto para o trabalhador, tanto para a área rural,
1003 quanto para urbana, se houver, no diagnóstico, essa necessidade para o
1004 diagnóstico, porque o diagnóstico guia tudo. A concessão de assistência
1005 técnica. Quando há um reassentamento, a terra já tem que estar no ponto de
1006 produzir. Não pode ser uma terra cheia de mato e o proprietário chega lá e vai
1007 começar do zero. Não. Tem que ter uma assistência técnica. Eles contratam
1008 uma empresa para dar assistência técnica a cada propriedade. A segurança
1009 alimentar. Eles ganham uma cesta básica? Não. A segurança alimentar que a
1010 gente exige é aquela de acordo com a alimentação deles. Até que eles voltem
1011 a produzir. Lógico que tem arroz e feijão, mas tem que ter a verdura, os
1012 legumes. Já que eles ainda não estão produzindo naquela terra, eles têm que
1013 ter acesso a esse tipo de alimentação, que já era de cultura deles. E outros,
1014 conforme a demanda do local. A geração de renda. Nós já tivemos
1015 empreendimento que havia uma proposta de que agricultores fariam boneca
1016 de palha. Não tinha nada a ver. E eles falaram que aquilo era de acordo com
1017 o interesse deles. Não era. Eles nem sabiam por que eles tinham que fazer
1018 boneca de palha. Então tem que ser de acordo, conversado com a
1019 comunidade, ver o que a comunidade tem interesse. Já teve empreendimentos
1020 que fizeram associação de pescadores, criaram dentro do rio as gaiolas.

1021 Psicultura. Eles fizeram dentro dos rios, porque só tinham pescadores lá. Era
1022 uma comunidade de pescadores. Então, eles fizeram uma associação de
1023 pescadores. Eles fomentam essa organização. E a mão de obra, por exemplo.
1024 Ela tem que ser prioritária, local, para a gente gerar renda. A não ser que seja
1025 mão de obra especializada, que é engenheiro, pessoas que já acompanham a
1026 construtora, mas pedreiro, servente de pedreiro, o pessoal das cantinas, então
1027 tudo tem que ser contratado lá na hora. Tem um entendimento, que eu não
1028 lembro o nome do município, que foi muito interessante, porque os homens,
1029 ninguém se candidatava a trabalhar na obra. Não havia gente, tanto que eles
1030 podem até buscar o cadastro lá do município, da mão de obra disponível. A
1031 gente até sugere entrar em parceria com o município, porque o município, às
1032 vezes, já até tem o cadastro, igual aqui em Belo Horizonte, que tem o Sine.
1033 Tem os cadastros das pessoas que estão com a mão de obra disponível. E a
1034 gente pede que eles evitem a contratação de pessoas que já tinham anos que
1035 estavam trabalhando na propriedade e larga para esse trabalho. Esse trabalho
1036 é temporário. A gente sabe que, em uma construção, às vezes eles vão
1037 contratar servente de pedreiro para um ano. Daqui um ano, eles vão ser
1038 mandados embora. Então, orientar isso, as pessoas. Então, nesse município,
1039 não havia, e eles estavam querendo trazer de outro município a mão de obra.
1040 Eles abrem para a comunidade em geral. As mulheres começaram a se
1041 candidatar a ser capacitadas para trabalhar na obra. A obra foi 50% de mão de
1042 obra feminina. Foi a coisa mais interessante. E tiveram mulheres que se
1043 capacitaram tanto que o empreendedor começou a levá-la para outras obras.
1044 Sabe? Então isso é legal. É mostrar que há uma potencialidade na região que
1045 o empreendimento tem que aproveitar. Não adianta trazer, que já tem várias
1046 pessoas capacitadas e não precisa de ninguém. Precisa, sim. Tem que
1047 capacitar. Existe o curso de capacitação anterior. Eles até costumam contratar
1048 o SENAI para dar esses cursos. Quando tem, por exemplo, comunidades
1049 tradicionais. Tem as ações que são específicas para as comunidades
1050 tradicionais. A gente pede para contratar antropólogos para fazer esse trabalho
1051 de reassentamento das comunidades tradicionais. E isso tudo é acompanhado
1052 por uma equipe específica para isso. A gente não permite parceria com as
1053 prefeituras, não permite que os atingidos sejam atendidos pelo CRAS local,
1054 para não sobrecarregar a política pública. Por que, gente? Se acontece um

1055 impacto, se o empreendimento é em Lima Duarte, que é um município colado
1056 em Juiz de Fora. Se gente de Juiz de Fora ir para Lima Duarte, que é um
1057 município muito pequeno, a responsabilidade é de quem? É sério. De quem é
1058 a responsabilidade. É uma análise que a gente está fazendo. É do
1059 empreendedor. Não é do município. O município não tem que ser
1060 responsabilizado por aquela pessoa que saiu de Juiz de Fora para procurar
1061 emprego em Lima Duarte. O empreendedor volta com ele para a sua cidade
1062 de origem; o empreendedor tem que fazer esse encaminhamento. E quem é o
1063 responsável por isso, por esse plano, para esse plano, para implementar o
1064 plano e acompanhar as ações do plano? É uma equipe chamada equipe
1065 técnica do posto de atendimento social. O posto de atendimento social é a
1066 equipe de referência, que acompanha todo o processo de reassentamento,
1067 todo o processo de negociação. O diagnóstico é feito por essa equipe do posto
1068 de atendimento social. Basicamente, ela é composta por um assistente social,
1069 um psicólogo e o apoio administrativo. Essa equipe, se foi em mais de um
1070 município, tem que ter mais de um posto. Se forem três municípios, são três
1071 postos de atendimento social, com equipe distinta. Essa equipe que faz as
1072 visitas às propriedades, aos atingidos, ela é a referência dentro desse posto de
1073 atendimento social. Todos os programas e projetos têm que estar à disposição
1074 para consulta pública da comunidade. É essa equipe. Quando eu disse lá em
1075 cima, falei que no diagnóstico tem que ter a rede socioassistencial do
1076 município. Essa equipe do posto, se verificar alguma necessidade de uma
1077 parceria com o município, beleza, pode fazer. Ele não pode assumir as ações
1078 do município, mas ele pode entrar em parceria. “Ah, o município realiza, dentro
1079 do CRAS, uma oficina que não chega até a zona geral”. Então, a equipe do
1080 posto fala: “Essa opção, a gente viu que seria muito interessante na
1081 comunidade XY”, em parceria com todas as despesas pagas pelo
1082 empreendedor, leva para essa comunidade que vai ser atingida. Então, tudo
1083 isso é uma parceria que é feita. Ele não ocupa as ações, ele não faz as ações
1084 da gestão, mas ele pode andar em parceria. **Grazielle, PSIND:** Grazielle, CRP.
1085 Estou lembrando aqui, você falou e estou lembrando de um relatório
1086 apresentado aqui no CEAS, que a gente identificou que a equipe que estava
1087 no posto de atendimento era insuficiente para atender aquela população. E eu
1088 lembro que um dos encaminhamentos que a gente fez era a contratação de

1089 outros profissionais, inclusive precisava de uma assessoria jurídica. O quão
1090 importante é esse relatório, essa avaliação e esse acompanhando CEAS.
1091 **Rosalice, Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula:** É.
1092 E esse posto fica em uma área de fácil acesso à comunidade. O posto é
1093 proibido ficar dentro da área de construção do canteiro de obras, porque é
1094 muito constrangedor o atingido querer ir lá saber dos direitos dele, tirar uma
1095 dúvida, e ter que passar por aquela segurança toda para entrar no canteiro de
1096 obras. Foi proibido. E também é questão de segurança dele. Então, esse
1097 oposto tem que ficar em um lugar de fácil acesso, próximo à comunidade que
1098 vai ser atingida. A equipe do posto tem que estar o tempo todo disponível para
1099 atendimento. E quando vai fazer visita, tem que ter escala de visita, para que
1100 o atingido saiba. “Não vai ter ninguém lá”, “Hoje vai ter alguém”. Então, eles
1101 têm que estar sempre em comunicação com a equipe de comunicação
1102 também. Então, é muito um trabalho de equipe. Com a equipe de comunicação,
1103 com a equipe de negociação. Tanto que a gente pede que a equipe de
1104 negociação seja acompanhada pela equipe do posto. Por quê? Para que a
1105 equipe do posto comece a explicar ao atingido o que é aquilo, porque o pessoal
1106 de negociação são meio queixo duro. Eles são pessoas que eu já tive contato.
1107 E a equipe do posto tem que fazer essa mediação. “Olha, é isso. Você quer
1108 isso?”. Me perguntaram assim: “Ah, Rosa, mas a equipe do posto é contratada
1109 pelo empreendedor”. É, mas a assistente social tem um código de ética. A
1110 gente tem garantia de direitos, esse é o papel. Qual é papel? Nós
1111 descrevemos. “Olha, você tem que cumprir isso”. E nós monitoramos o trabalho
1112 da equipe do posto. E quando não está legal, a gente tenta, a gente senta com
1113 eles aqui no CEAS, vocês vão ver muitas reuniões. A gente tem essa situação,
1114 a gente conversa com eles. Não corrige, a gente orienta a substituição. É isso.
1115 Porque a gente tem que garantir lá na ponta, qual é a qualidade de serviço lá
1116 na ponta? O que a gente quer melhorar a qualidade de vida dessas pessoas?
1117 **É. Fernanda, CMAS CAMPANHA:** Muito menos nessa equipe de assistência
1118 social. . **Altair Rabello, ABVAS:** Meu nome é Altair Rabello, representante da
1119 Associação ABVAS. Observando, e estou aqui como aprendiz, a primeira vez
1120 no Conselho, e quando fala dessa barragem Jequitaí, de Francisco Dumont.
1121 Eu conheço um pouco, porque eu sou de lá. E muitos relatos que estão falando
1122 aí, eu sei a realidade. De fatos que acontecem. Eu só gostaria de tirar uma

1123 dúvida: o relator faz o acompanhamento de tudo isso que está sendo falado?
1124 O que acontece...Agora que Francisco Dumont passou de 5 mil habitantes.
1125 Uma cidadezinha, pequenininha, no Norte de Minas. E falando junto da equipe
1126 ali, conversando, o nosso pessoal, de Francisco Dumont, que tem acima de 60
1127 anos, são todos semianalfabetos. Produtor rural. Sitiantes. Donos. Porque
1128 quando você vê um novo, você chega num sítio desses, que você vê um rapaz
1129 novo, menos de 40/50 anos, ele não é proprietário, ele é herdeiro. O
1130 proprietário, o dono, se estiver vivo, ele está acima de 60/70 anos e é
1131 semianalfabeto. Então, é o seguinte: que a gente tem que ter muito cuidado e
1132 acompanhar, porque muitos dos direitos são descumpridos. A gente sabe que
1133 são descumpridos. E, às vezes, é onde entra Politicagem. Aquela pessoa que
1134 tem o poder da oratória, um poder político, e que acaba convencendo e
1135 fazendo as manobras. Vivi fatos que acontecem. Por exemplo: além de alguns
1136 direitos não garantidos, as empresas que chegam na nossa cidade para esse
1137 fim, da barragem Jequitaí, são todas desacreditadas, ninguém acredita.
1138 Morador de Francisco Dumont, quase ninguém acredita. Por quê? Quase todos
1139 que acreditaram, foram lesados, foram prejudicados. Trabalharam e não
1140 receberam. Prestadores de serviços que, por exemplo, pegou sua economia,
1141 comprou um caminhão caçamba para prestar serviço, ficou sem receber. Fez
1142 as economias, comprou um caminhão pipa para prestar serviço, ficou sem
1143 receber. Eu falo isso de fato, de realidade, que algum desses proprietários
1144 eram meus irmãos. Então, quer dizer, é esse apoio, esse ponto de apoio que
1145 tinha essa responsabilidade de fazer. E, às vezes, a gente não sabe, porque
1146 muitas dessas informações não chegam. Barragem Jequitaí. Então, assim,
1147 vamos esquecer esse passado, mas daqui para frente, a gente acompanhar
1148 quem for o relator, estar sempre atento. E o que precisar de mim nessa
1149 questão, eu estou junto, porque lá, eu conheço, eu sou de lá. Obrigado pela
1150 oportunidade. **Rosalice, Conselho Metropolitano da Sociedade São**
1151 **Vicente de Paula:** Aqui, gente, só explicar sobre Jequitaí. Como eu falei, é o
1152 único empreendimento público que nós ainda temos no CEAS. Ele é de 2003,
1153 se não me engano. É da Codevasp, Brasília, que fez uma parceria com o
1154 governo de Minas para essas ações aqui em Minas Gerais. E o que aconteceu?
1155 Primeiro, a parceira foi com a Rural Minas. A Rural Minas foi extinta no governo
1156 Pimentel. Passou para a Seapa. Da Seapa, acho que passou para o IDENE.

1157 Não sei se ainda está, mas a última notícia que eu tive é que estava com o
1158 IDENE. E teve um momento que cortou recurso porque não prestou conta. E
1159 teve problema de questões de mudança de governo. Então, quando é
1160 empreendimento público, ele depende de orçamento público, depende desses
1161 outros trâmites. Mas é um empreendimento que geralmente o Conselho ia duas
1162 ou três vezes ao ano, por causa dessa questão dessa paralisação. Nós temos
1163 pessoas lá, que tanto que um dos assuntos que, hoje, a Comissão de Normas
1164 traz, é a recomposição do GT de acompanhamento Jequitaiá, porque é um caso
1165 que tem um ano que chegou uma denúncia, que nós descobrimos, e não foi
1166 feito um encaminhamento. Aqui, na plenária, foi sugerida a criação de um
1167 grupo que eram de três pessoas, só que esse grupo não foi regulamentado em
1168 resolução. Então a gente vai tentar regularizar a situação. Vamos marcar uma
1169 visita para ir em Jequitaiá, ver que situação que está lá, marcar reunião com o
1170 empreendedor para a gente afinar essas informações em relação ao jeito que
1171 está aí, e trazer isso para a plenária. E como é o processo dentro do CEAS? O
1172 empreendedor chegou, com o plano de assistência social, ou com o relatório
1173 final. Porque assim, tem o PAS, a gente monitora com relatórios bimestrais,
1174 semestrais, ou trimestrais, e depois vem o relatório final. Ou seja, tudo que ele
1175 propôs no plano de socioassistencial, foi cumprido? E com qual qualidade? E
1176 ele apresenta um relatório final. E o CEAS avalia tudo de novo. E quando chega
1177 um desses dois documentos, a Secretaria Executiva analisa em um prazo de
1178 60 dias. Analisa documentalmente, faz a visita, realiza reuniões com conselhos
1179 municipais, ou com os conselhos municipais, quando é mais de um município.
1180 Conversa com o empreendedor, chama empreendedor para essa reunião,
1181 avalia junto com o Conselho Municipal se aquele plano, eles têm
1182 conhecimento, têm a clareza de tudo que vai acontecer no município, se não
1183 tem, um técnico do CEAS que faz essa capacitação com eles. E 60 dias depois,
1184 ele já tem um parecer. Se tudo que ele falou lá no plano assistencial, está
1185 cumprindo o que a Resolução 681 dispõe. Feito isso, ele chega aqui na
1186 plenária com o relatório dele, com o plano dele, e a plenária entrega para o
1187 Conselheiro relator. É isso que nós vamos fazer hoje. Nós vamos fazer um
1188 sorteio de 01 a 20. Todos os conselheiros titulares são obrigados a pegar uma
1189 relatoria. Nós vamos fazer uma relação sequencial, seguindo a ordem do
1190 sorteio. Porque à medida que forem chegando empreendimentos, já vai ser na

1191 plenária e já entrega para aquele relator. Suponhamos, número um. Nelson,
1192 suponhamos que no sorteio vai ter uma combuca. A Polly já fez para a gente.
1193 Está de 01 a 20. Suponhamos que o Nelson chega lá e está PCH, Coquinhos.
1194 A plenária diz: "Nelson, chegou a PCH. Você tem um prazo para analisar se
1195 ele quiser fazer a visita, eu sugiro que todos os conselheiros vão e chamem o
1196 técnico que a visitou anteriormente para acompanhar, porque aí você vai ter
1197 um olhar daquilo que ela escreveu, daquela que ela analisou. **Mayra, APAE**
1198 **Belo Horizonte:** Desse tempo de que o relator, vamos supor a Maíra, o relator
1199 vai para eu ter esse tempo de estudar, quanto tempo, mais ou menos? Eu não
1200 sei se vai estar isso. **Rosalice, Conselho Metropolitano da Sociedade São**
1201 **Vicente de Paula:** 30 dias. **Mayra, APAE Belo Horizonte:** 30 dias? Que aí
1202 você vai ter, às vezes, para visitar. **Rosalice, Conselho Metropolitano da**
1203 **Sociedade São Vicente de Paula:** De uma plenária para outra. Isso. Você tem
1204 de uma plenária para outra. **Mayra, APAE Belo Horizonte:** Então, 30 dias para
1205 ir visitar, fazer o relatório e apresentar na próxima plenária? **Rosalice,**
1206 **Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula:** É. 30 dias.
1207 Só que essa relatoria, a gente tem até, nessa resolução, o modelo de como é
1208 feito essa relatoria, tem todos os instrumentais. **Luiz, ARME:** Rosa, só uma
1209 dúvida. Caso esse empreendimento não consiga atender todas essas
1210 demandas, qual é a punição para ele? Até onde o nosso relatório afeta ou não
1211 afeta o empreendimento? **Rosalice, Conselho Metropolitano da Sociedade**
1212 **São Vicente de Paula:** Ah, afeta, viu, Luizão? Ele não é aprovado, ou seja, na
1213 ata vai constar que não foi aprovado, e não vai ser emitido a resolução de
1214 aprovação. Ou seja, ele não vai conseguir levar para o para o órgão ambiental,
1215 que aquele requisito foi cumprido. E não tendo aquele requisito, ele não
1216 consegue a licença de instalação ou quando é no final do processo, a licença
1217 de operação. **Simone, Coletivo Flores de Resistência:** Fiquei em dúvida aqui
1218 e perguntei para o Nelson. O técnico. Vamos supor. Fui sorteada. Vai chegar
1219 para mim qual vai ser? E o técnico? Como é que vocês fizeram esse
1220 levantamento de quem será o técnico? **Rosalice, Conselho Metropolitano da**
1221 **Sociedade São Vicente de Paula:** Não. Não existe levantamento. Na
1222 resolução fala sobre um técnico, que é o técnico com conhecimento na área
1223 da assistência social, que no caso é a Pollyana. Por que a Pollyana? Porque
1224 as sessões de barragens estão vinculadas à Comissão de Normas. Então,

1225 geralmente, é o técnico, com o conhecimento na política de assistência social.
1226 Porque, na resolução fala, é análise documental, técnico. Espera aí, deixa eu
1227 pegar a resolução que vai falar da inscrição do técnico. Sempre vai ser a
1228 Pollyana. Então não tem sorteio de técnicos. Para todo mundo. Então, a
1229 Pollyana vai ter o conhecimento dos processos. Não, é um técnico só. Como
1230 funciona aqui? O Conselheiro relator faz o relatório, e nesse relatório, deixando
1231 bem claro, o técnico emite um parecer, que se foi cumprido tudo o que a
1232 legislação fala, porque às vezes tem análise de técnicos que eles não emitem
1233 parecer, porque não é obrigatório. Nesse caso, o técnico tem que estar lá. Que
1234 ele cumpriu tudo e está de acordo com a legislação e que, legalmente, está
1235 aprovado. Só que o Conselheiro relator vai pegar a luz da margem sobre o
1236 técnico, e se ele quiser pegar o plano de assistência social ou relatório final, eu
1237 indico que faça. Faz a visita. Esse relatório técnico virá com toda a análise das
1238 entrevistas que ele fez, virá anexado os formulários das entrevistas que ele fez,
1239 a ata da reunião que ele fez com os conselhos municipais. Então, vem bem
1240 detalhado esse relatório. Feito isso, no processo, o relator faz a visita e também
1241 emite um parecer. Tem um formulário, tudo direitinho. Se nesse processo, ele
1242 quiser fazer uma diligência, o que pode ser? Se ele quiser fazer diligências por
1243 escrito, ou chamar o empreendedor aqui para uma conversa, ou chamar o
1244 Conselho Municipal para uma conversa aqui, pode. É do jeito que o
1245 Conselheiro quiser. Eu indico ir em in loco. A melhor diligência, o melhor olhar
1246 que vocês vão ter sobre o empreendimento, não é através do que está escrito,
1247 é através do que vocês vão ver e vão conversar lá. Então, feito isso, ele
1248 apresenta a plenária posterior do que ele recebeu. Em uma plenária, ele vai
1249 entregar em outra plenária. Dá mais ou menos 30 dias. Se um de vocês quiser
1250 pedir vistas a esse processo, tranquilo. Se três quiserem pedir vistas, também
1251 tranquilo. Cada um emite um parecer, cada um faz o processo, tem 30 dias, e
1252 vai ter o processo do relator e de quem pediu vistas. O que são essas vistas?
1253 É quando você tem dúvida em relação a alguma coisa, quando você não
1254 concorda. Já aconteceu isso aqui, do Conselheiro, o relator, o parecer técnico
1255 indicava algo, mas isso é há mais tempo, não sei se aconteceu nessa última
1256 gestão. O parecer técnico indicava que deveria ser corrigido vários aspectos.
1257 O Conselheiro relator aprova. E conselheiros pediram vistas. Por que o
1258 relatório técnico falava que tinha que ter correções, e o Conselheiro relator

1259 falou: “Aprova-se”? Então, tem isso. Às vezes já aconteceu de Conselheiro
1260 relator pedir vistas porque ele realmente não entendeu. Ele não conseguiu
1261 entender. Ele precisava de um tempo a mais. Como qualquer pauta que vou
1262 chegar nessa plenária, gente, qualquer um pode pedir vistas em qualquer
1263 coisa, porque se você não consegue entender, e para você se sentir
1264 confortável para votar, você pede vistas. Isso é normal, tá? Então, no processo
1265 de barragem, também é normal isso. 30 dias. Tudo são 30 dias. **Carla, UNAPI:**
1266 Bom dia a todos os colegas. É Carla, UNAPI. Ontem, nós conversamos sobre
1267 essa questão do projeto da hidrelétrica de Jequitaiá, que é um dos maiores
1268 desafios que eu penso que essa comissão vai encontrar. E a importância e a
1269 seriedade desse trabalho, comprometimento em relação a ele, até porque a
1270 região, eu também conversei com o Altair, que também é da região, e eu
1271 também sou lá da região, e a gente tem uma preocupação muito grande,
1272 principalmente por essa hidrelétrica, hidroagrícola. Ela também está ligada ao
1273 poder público. Então, os desafios são maiores ainda, e também temos
1274 conhecimento da situação que algumas famílias se encontram. E também a
1275 morosidade do próprio CEAS durante o recebimento da denúncia, o
1276 conhecimento das denúncias, até a gente chegar aqui, hoje. Que bom que nós
1277 chegamos aqui, hoje, mas nós estamos muito atrasados nesse processo.
1278 Temos um grande interesse de melhorar essa situação que se encontra lá, de
1279 garantir o direito daquelas famílias, que é o papel do CEAS, e o nome dos
1280 CEAS também, que está sendo cobrado ao longo desses meses, por ser uma
1281 atribuição do Conselho. Eu gostaria de dar uma sugestão, não sei totalmente
1282 a legalidade dela, mas é eu vejo assim. A experiência do relator, a vivência
1283 dele, também de conhecer aquela região, de ter também conhecimento da Lei
1284 de Barragens, também do plano de assistência social, daquele projeto da
1285 hidroagrícola de Jequitaiá, ela é muito importante para que a gente tenha uma
1286 celeridade na questão de conclusão e andamento deste trabalho que compete
1287 ao CEAS. Eu sei que a Rosa é uma pessoa que já tem muitas atribuições fora
1288 do CEAS, mas se houver uma possibilidade legal de não ter eleição, mas se
1289 puder fazer uma indicação com essa justificativa, de ela já ter conhecimento,
1290 já ter ido até a região, já conhecer o perfil daquelas famílias, já conhecer
1291 também o perfil dos empreendedores, os desafios que encontram naquela
1292 região, que em relação também a política de assistência social, eu gostaria da

1293 análise da plenária em relação à indicação do nome de Rosa para dar
1294 continuidade como relatora a esse processo. Eu sei que depende da plenária e
1295 depende dela também, mas a minha consciência, de colocar para a plenária,
1296 é devido que haja brevidade nas nações propostas daqui para frente, tá bom?
1297 Quero deixar essa sugestão, muito obrigado. **Rosalice, Conselho**
1298 **Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula:** Ela quer que eu assuma
1299 o processo de Jequitáí. Gente, a resolução é muito clara: tem que ter um
1300 sorteio. Não é plenária, é sorteio. Mas vai ser criada uma comissão, um grupo
1301 de trabalho, para fazer monitoramento do processo de Jequitáí, no qual a
1302 resolução vai aparecer. Se vocês quiserem, na sequência, a gente apresentar
1303 essa resolução, só para encerrar o assunto de Jequitáí. Vai ser eu, o Altair e a
1304 própria Carla. E o Conselheiro relator a ser sorteado. Até estava falando com
1305 o Nelson. Gente, primeiro processo que a gente vai ter que abrir. Vai ser uma
1306 sequência de 01 e 20. O número 01 já pega o processo de Jequitáí. Ele está
1307 pendente e precisa de um relator urgente. Então, o número 01 é Jequitáí, e o
1308 número 01 ainda vai ter a condição de ser acompanhado por um GT. Então,
1309 ele vai estar com essa vantagem. Não existe os outros empreendimentos não
1310 terem um grupo de trabalho, mas devido às denúncias, e já ter tido um grupo
1311 de trabalho no ano passado, e não foi instituído, nós que vamos criar esse GT
1312 com a inclusão do Conselheiro relator. Então, o Conselheiro relator não vai
1313 trabalhar sozinho, ele vai trabalhar com mais três conselheiros aqui. Mas por
1314 causa da resolução, que fala de um sorteio, eu não vou assumir essa condição.
1315 É o número 01. **Rosalice, CMSSVP:** Pode ser a número 01. Você pode ser a
1316 número 01. **Rosalice, Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente**
1317 **de Paula:** Não, eu não fui sorteada. Não sei. Tomara que não. Agora é sério.
1318 Não seria bom, porque nossa comissão seria composta por quatro pessoas.
1319 Quatro conselheiros, eles têm uma avaliação melhor do que um. **Simone,**
1320 **coletivo Flores de Resistência:** Tem que ter as quatro pessoas. Não
1321 necessariamente [...]. Tem o GT, então a matemática[...]. Mas aí você entra no
1322 sorteio, não entra? Mas como você vai entrar no sorteio, outra pessoa vai [...],
1323 para inteirar as quatro. Ou vai manter as três? **Rosalice, CMSSVP:** Gente, a
1324 Simone está falando que, supostamente, esse GT vai ser composto por quatro
1325 pessoas. Eu acho que sou a única titular desse GT, que sou eu, Altair e a Carla.
1326 Se eu for sorteada, que Deus vai abençoar que não, esse GT vai ser de três

1327 pessoas. Se eu não for sorteada, esse GT vai ser de quatro pessoas. Ok? Só
1328 para finalizar, para a gente acabar, é uma coisa importante. Nós fizemos um
1329 exercício, que é interessante vocês compreenderem. Todos vocês conhecem
1330 a política de assistência social. Nós temos os 10 direitos socioassistenciais. Há
1331 muitos anos, foi até um livro publicado, que eu nem sei onde está esse livro,
1332 mas que eu já li, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de
1333 âmbito internacional, esteve no Brasil, visitou e pesquisou as maiores
1334 barragens do Brasil. E ele relacionou vários direitos dos atingidos. E a gente
1335 fez um comparativo entre se o direito do atingido for violado, o direito
1336 socioassistencial é violado. Por que eu fiz esse exercício? Houve uma gestão
1337 que perguntou: “Mas por que plano assistência social para a população
1338 atingida por barragens está no CEAS?”. E a gente teve que fazer um histórico,
1339 porque é garantia de direitos, é uma população em situação de vulnerabilidade.
1340 Enfim. E eu mostrei o direito à informação, e está todo relacionado de um...
1341 Vocês podem ler depois, porque é interessante vocês fazerem esse exercício
1342 de leitura da linha 16. E tem direito, quando ele é violado, ele viola todos os
1343 direitos socioassistenciais. Então, a gente faz esse exercício. É interessante
1344 vocês lerem a resolução. A Polly ainda não pegou nenhum processo de
1345 barragem, mas ela está sendo capacitada para isso. Eu me coloquei à
1346 disposição, quando tiver o primeiro processo de barragem, sem ser Jequitaí,
1347 que é o diferencial, o outro processo de barragem normal, comum, se ela quiser
1348 que eu faça essa visita técnica com ela, para ir capacitando. Por quê? No ano
1349 passado não houve processo de barragem, e o técnico que estava anterior à
1350 Polly, não passou para ela a capacitação. A secretária executiva não teve a
1351 capacitação sobre esses processos. Então, eu me coloquei à disposição da
1352 Polly que na primeira visita que ela fizer, não sendo Jequitaí, eu posso ir com
1353 ela, fazer esse caminho com ela, para ela ser treinada. Polly, se você quiser
1354 assumir para fazer o tão querido e esperado sorteio para todos. Então eu
1355 agradeço vocês e estou à disposição para tirar as dúvidas que vocês tiverem.
1356 **Nelson, SEDESE:** Obrigado, Rosa. Eu acho que são muitas informações.
1357 Muito possivelmente, a hora que que a gente for executar as ações, as dúvidas
1358 vão surgir. Então acho que é isso. A gente vai trabalhando com essas dúvidas
1359 ao longo do processo também. E eu acho que como a gente tem que fazer o
1360 sorteio, eu acho que é melhor cada um tirar o seu número. Vai passando, e

1361 cada um tira o seu nome. **Rosalice, CMSSVP:** Deixa só eu combinar uma
1362 coisa com vocês: não gritem o número ainda, senão vai virar bagunça. Isso
1363 aqui tem que ser registrado em plenária, porque está na resolução. Na hora
1364 que você pega, as meninas vão passando o microfone e vão falando:
1365 “Rosalice, número 20”. E o titular que não está aqui, o suplente que está, vai
1366 pegar para o titular. Lembrando: o suplente não pega processo, só o titular. A
1367 Sandra, por exemplo. A Sandra vai sortear. Você é titular do Marcelo, não é?
1368 A Sandra vai pegar para o senhor Marcelo. O número que sobrar, é da Patrícia.
1369 Não, do José Justino. No caso, é o José Justino. Então, todos que estão com
1370 vacância, ou que não tem nome, já entra com o número sobrando. **João Paulo,**
1371 **Sedese:** Pessoal, só para organizar enquanto está terminando ali. Todo
1372 mundo tirou seu papelzinho, vai estar com o número. A Mira vai cantar o nome
1373 pela lista e a pessoa pega o microfone e fala seu número, ok? **Grazielle,**
1374 **PSIND:** Grazielle, PSIND. Tem algo errado. Não tinha uma conselheira
1375 faltando? Pois é. Eu peguei o último. Ah, não, desculpa. Está aqui, está
1376 escondido. **Adelmira, Secretaria Executiva:** Eu vou ler a lista, para identificar
1377 a ordem para os relatores do processo de barragem. Alexandre Soares Moreno
1378 Filho. **Alexandre Soares Moreno Filho:** Número 16. **Adelmira, Secretaria**
1379 **Executiva:** Cleusa Maria de Oliveira. **Cleusa Maria de Oliveira:** Número 1.
1380 **Adelmira, Secretaria Executiva:** Cristiane Aguiar Vieira. **Cristiane Aguiar**
1381 **Vieira:** Número 14. **Adelmira, secretaria executiva:** O Cogemas ainda está
1382 sem nome. Rosilaine, COGEMAS: número 18 **Adelmira, Secretaria**
1383 **Executiva:** Fernanda Regina da Silva. **Fernanda Regina da Silva:** número 10
1384 **Adelmira, Secretaria Executiva:** Flávio Cristian de Assis Miranda. **Flávio**
1385 **Cristian de Assis Miranda:** Número 6. **Adelmira, Secretaria Executiva:**
1386 Grazielle Vieira Cachapus Machado. **Grazielle Vieira Cachapus Machado:**
1387 Número 8. **Adelmira, Secretaria Executiva:** Isaac dos Santos Lopes. **Isaac**
1388 **dos Santos Lopes:** Número 13. **Adelmira, Secretaria Executiva:** João Paulo
1389 Freire Jardim. **João Paulo Freire Jardim:** Número 15. **Adelmira, Secretaria**
1390 **Executiva:** Laís Alexandra Silva. **Laís Alexandra Silva:** número 3. **Adelmira,**
1391 **Secretaria Executiva:** Letícia Fernandes Godinho. **Letícia Fernandes**
1392 **Godino:** Número 12. **Adelmira, Secretaria Executiva:** Luiz Carlos de Castro
1393 Fernandes. **Luiz Carlos de Castro Fernandes:** Número 7. **Adelmira,**
1394 **Secretaria Executiva:** Maíra de Queiroz Camilo. **Maíra de Queiroz Camilo:**

1395 Número 11. **Adelmira, Secretaria Executiva:** Marcelo Armando Rodrigues.
1396 **Sandra, em condição de titularidade,** número 4. **Adelmira, Secretaria**
1397 **Executiva:** Nelma da Silva, da Secretaria Estadual de Fazenda. Alguém pegou
1398 para ela? **João Paulo, Sedese:** Alguém que é suplente pegou de quem está
1399 como titular? Porque tem algumas suplências que são vinculadas, não é?
1400 Quem são os suplentes em situação de... **Adelmira, Secretaria Executiva:**
1401 Ainda na Secretaria Estadual de Fazenda, já foi indicado, mas não tem o nome,
1402 que eu acho que eles não estão. Nem o suplente. O próximo é Nelson
1403 Fernando Maure Carvalho, da Sedese. **Nelson, SEDESE:** Espera aí. Só um
1404 minuto, gente, que eu estou contando quantas pessoas estão aqui na mesa.
1405 Vamos lá. Um, dois... Depois da Letícia, quem está depois da Letícia? Não. Da
1406 Sandra para cá. Um dois... Dezoito. Com um que a Carol pegou, 19. Então,
1407 está faltando um número. Só para registrar. Considerando que está faltando
1408 um número, o número que faltar, a gente vai incluir na pessoa da Nelma, que
1409 é pela Fazenda. **Adelmira, Secretaria Executiva:** Nelson Fernando Maure.
1410 **Nelcio Fernando Maurio:** 5. **Adelmira, Secretaria Executiva:** Patrícia Coelho
1411 Chances Gomes, Lar dos Idosos. **Patrícia Coelho Chances Gomes:** 19.
1412 **Adelmira, Secretaria Executiva:** Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice:** 9.
1413 **Adelmira, Secretaria Executiva:** Simone Maria da Penha de Oliveira. **Simone**
1414 **Maria da Penha de Oliveira:** 17. **Adelmira, Secretaria Executiva:** Solimar
1415 Assis. **Solimar Assis:** 2. **Nelson, SEDESE:** O número que faltou é o 20. Então
1416 a Nelma, na Secretaria de Fazenda, número 20. **Rosalice, CMSSVP:** Nelson,
1417 para a gente encerrar essa questão de barragem hoje, será que a gente pode
1418 só apresentar a resolução que acompanha a comissão do Jequitáí? Que a
1419 gente já acrescenta a Conselheira número 01. **Nelson, Sedese:** Vamos só
1420 aprovar a primeira resolução com a ordem e, na sequência, a gente já...
1421 **Rosalice, CMSSVP:** Bom, a lista é sequencial. Ela é uma lista no Excel, que
1422 eu sugiro que seja no Excel, que tem todo o andar do processo, mas não existe
1423 resolução para isso, não. Não existe. **Nelson, Sedese:** Nelson, Sedese. Então,
1424 a Rosa está esclarecendo aqui para a gente, porque a Secretaria Executiva
1425 tinha produzido uma resolução com as indicações de 01 a 20. Então a gente
1426 não precisa dessa resolução. Considerando que a gente já tem o registro dos
1427 20 membros na ordem sorteada. **Rosalice, Conselho Metropolitano da**
1428 **Sociedade São Vicente de Paula:** E a Polly vai encaminhar essa lista assim

1429 que ela passar a limpo e tudo direitinho, vai passar a lista para vocês
1430 acompanharem o processo. Então, o processo número 01 que a plenária já
1431 sabe, barragem de Jequitaí. **Nelson, Sedese:** E a gente tem, então, a
1432 resolução que cria o grupo de trabalho para o monitoramento da barragem de
1433 Jequitaí. E vou pedir para a Mira reproduzir a resolução. **João Paulo, Sedese:**
1434 Mira, está lá embaixo, no ponto de pauta da Comissão de Normas. **Adelmira,**
1435 **Secretaria Executiva:** A minuta da resolução está na tela. É essa mesmo?
1436 **Nelson, Sedese:** Então, a gente pode fazer a leitura da resolução? Resolução
1437 CEAS, 22/03/2024. Cria o grupo de trabalho para o monitoramento e avaliação
1438 do projeto hidroagrícola Jequitaí. O Conselho Estadual de Assistência Social,
1439 CEAS, no uso de suas atribuições, resolve. Artigo primeiro. Criar o grupo de
1440 trabalho hidroagrícola Jequitaí, que terá como atribuição avaliar o processo de
1441 denúncia relacionada ao empreendimento e monitorar a execução das ações
1442 estabelecidas no plano de assistência social da população atingida por
1443 barragem, PAS barragem. Artigo segundo. O GT projeto hidroagrícola Jequitaí
1444 será composto por quatro membros deste colegiado, indicados e aprovados na
1445 294ª plenária ordinária. A saber. Um. Altair Rabello; 2, Carla Valéria Soares
1446 Vita; 3, Rosalice Tassar de Almeida; e 4, Cleusa Maria de Oliveira, Conselheira
1447 relatora. Artigo terceiro. O GT projeto hidroagrícola Jequitaí definirá sua
1448 agenda de trabalho. Artigo quarto. A Secretaria Executiva do CEAS subsidiará
1449 técnica e administrativamente a organização das atividades do grupo de
1450 trabalho. Artigo quinto. Esta resolução entra em vigor na data de sua
1451 publicação. Belo Horizonte, 22/03/2024. Então a gente pode caminhar pela
1452 aprovação da resolução? Pela aprovação? Reprovação? Abstenções? Então,
1453 aprovado por unanimidade. Agora são quinze para o meio-dia. Eu acho que a
1454 gente pode... Vocês acham que a gente adianta um ponto de pauta? **Rosalice,**
1455 **CMSSVP:** Gente, eu queria ver se a Comissão de Entidades podia apresentar.
1456 É só uma resolução, eu acho que é rápido. Eu não sei. A Comissão de
1457 Coordenação do processo eleitoral da vacância de entidades. É coisa bem
1458 rápida, se vocês permitirem. **Nelson, Sedese:** Sim. Todos de acordo, gente?
1459 Então, acho que a que a Comissão pode fazer a apresentação. **Mayra, APAE**
1460 **Belo Horizonte:** Você coloca, por favor, Mira? Ou a Polly. Não sei. uma das
1461 duas. Então, gente, nós reunimos as entidades, e a gente, com o apoio da
1462 Secretaria Executiva, já fizemos a resolução, a discussão. Eu vou coordenar

1463 esse processo. Foi o que a gente discutiu, e eu queria, a gente está com a
1464 resolução aqui, a gente discutiu que para facilitar esse processo, o processo
1465 ser virtual, e isso já consta na resolução. Então, vou ler a resolução, para a
1466 gente já votar aqui. Dispõe sobre o regulamento da resolução CEAS número
1467 tal, de 22/03/2024. Dispõe sobre o regulamento do processo eleitoral para
1468 suprimimento da vacância da quarta suplência de entidades na composição do
1469 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS, para o
1470 mandato 2023/2025. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas
1471 Gerais, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei
1472 Estadual 12262, de 23/07/1996, e considerando. O considerando, essa
1473 resolução seguiu bem o modelo do último processo eleitoral, então vou pular a
1474 leitura dos considerandos. Resolve: Das disposições preliminares. Artigo
1475 primeiro. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais,
1476 CEAS/MG, em instância deliberativa do Sistema Único de Assistência Social,
1477 tendo estrutura permanente e composição paritária de representantes e órgãos
1478 governamentais e de representação da sociedade civil, nos termos do inciso
1479 segundo e do parágrafo único do artigo 16 e tal. Artigo segundo. Mandato do
1480 Conselho da Conselheira do CEAS será de dois anos, permitindo uma única
1481 recondução por igual período, e vincula-se ao órgão governamental ou a
1482 representação das sociedade civil que houver indicado. Parágrafo único. É
1483 vedado ao Conselheiro e Conselheira do CEAS/MG, titular ou suplente, pleitear
1484 e exercer, em terceiro mandato, subsequente, independente da organização e
1485 segmento que representa. Artigo terceiro. Os conselheiros e as conselheiras
1486 de assistência social são agentes públicos não remunerados, com poder de
1487 decisão sobre os parâmetros das legislações vigentes aplicáveis para a
1488 aprovação de planos, orçamentos e suas execuções com recursos públicos,
1489 fiscalização e acompanhamento da política pública de assistência social, cuja
1490 principal atribuição é exercer o controle social da política de assistência social.
1491 Da vaga a ser preenchida. Artigo quarto. Será eleito, nos termos dessa
1492 resolução: um representante suplente de entidades e organizações da
1493 assistência social, de âmbito estadual, em razão da existência de vacância.
1494 Artigo quinto. São considerados entidades e organizações da assistência
1495 social, de âmbito estadual, aquelas que sejam articuladas nos municípios de
1496 estado de Minas Gerais e que estejam devidamente inscritas no Conselho de

1497 Assistência Social de seus municípios, sede, ou Conselho de Assistência
1498 Social do município, onde desenvolve suas atividades e possui um Cadastro
1499 Nacional de Entidades de Assistência Social, CNEAS, com status concluído.
1500 São entidades e organizações de assistência social. Precisa ler, gente? De
1501 atendimento, de assessoramento, de defesa. Vocês acham que precisa fazer?
1502 Não, né? Que é o que está na legislação. A representação das entidades e
1503 organizações de assistência social no CEAS ocorrerá por meio de seus
1504 representantes legais, diretoria ou por eles designados, comprovando o vínculo
1505 institucional. Das condições de habilitação. Artigo sexto. Poderão participar do
1506 processo eleitoral, exclusivamente, as entidades que cumpram os requisitos
1507 do artigo quinto desta. Parágrafo primeiro. As entidades que já possuem
1508 representação, poderão se candidatar há mais de dois mandatos, desde que
1509 substitua o representante que já tenha mandato por duas vezes, de modo a
1510 suprir a vacância e garantir a paridade entre governo e sociedade civil. Artigo
1511 sétimo. As inscrições deverão ser feitas por requerimento de habilitação, de
1512 preenchimento virtual, a partir do dia 08/04/2024, até às 23h59 do dia
1513 26/04/2024, horário de Brasília, devidamente preenchido no prazo
1514 estabelecido pelo anexo primeiro. Falou algo, João Paulo? Artigo primeiro. As
1515 inscrições recebidas após a data e horário especificado serão
1516 automaticamente desconsideradas. Parágrafo segundo. O modelo do
1517 requerimento de habilitação consta no anexo segundo dessa resolução,
1518 apenas para fins de conhecimento, e será disponibilizado para preenchimento
1519 online no site do Conselho Estadual de Assistência Social. Artigo oitavo. O
1520 requerimento de habilitação para as entidades ou organizações de assistência
1521 social, de âmbito estadual, deverá ser acompanhado dos seguintes
1522 documentos: cópia de inscrição do cadastro de pessoas jurídicas, CNPJ,
1523 designação do indicado ou indicada, indevidamente assinado pelo
1524 representante legal, anexo 3; cópia de documento oficial com foto do indicado
1525 ou indicada da entidade; declaração de funcionamento assinado pelo
1526 representante legal da entidade, anexo 4; comprovante de cadastramento do
1527 cadastro de entidades, o CNEAS, com status concluído; inscrição no Conselho
1528 de Assistência Social de seu município-sede nos conselhos de assistência
1529 social dos municípios onde desenvolve suas atividades; cópia do estatuto
1530 social ou ato constitutivo da entidade em que se verifique a atuação de ato

1531 estadual; cópia da ata de eleição da atual diretoria; cópia da ata ou termo de
1532 posse da atual diretoria. E esse destaque em vermelho foi o que a gente fez a
1533 discussão. Cópia do relatório de atividades dos dois últimos exercícios 2022,
1534 2023, que comprova a doação em âmbito estadual. E a gente ficou de trazer
1535 para cá se realmente... Foi até discutido. E as entidades que às vezes forem
1536 mais novas, como fica essa questão? Que foi uma dúvida que a gente teve,
1537 quando a gente estava debruçando sobre isso. "Ah, gente, queria trazer para
1538 a plenária, porque conseguiu, o último...". Sim, mas... Vocês acham que isso
1539 precisa constar, ou a gente poderia tirar? E se considerar essa entidade às
1540 vezes que for mais nova, que às vezes não tem ainda? **Rosalice, Conselho**
1541 **Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula:** A Comissão discutiu o
1542 seguinte. Nós, lá em cima, estamos pedindo o certificado de inscrição. Na Lei
1543 Orgânica da Assistência Social fala que a entidade, para ela atuar ou existir,
1544 tem que ter inscrição no Conselho Municipal. Tem a entidade, quem trabalha
1545 a entidade sabe disso. Nós, quando fazemos a inscrição no Conselho
1546 Municipal, a gente apresenta o relatório, plano de trabalho, um monte de coisa.
1547 O Conselho Municipal é um órgão legítimo, é um ente federado que tem a
1548 atribuição de fazer inscrição. Está na LOAS e está na resolução 14/2014, do
1549 CNAS. E nós, que vamos querer caracterizar uma entidade como a de
1550 assistência social de âmbito estadual, porque acredita-se que todas as
1551 entidades que estão aqui, elas atuam em âmbito estadual, por ser um conselho
1552 estadual. Então, para que a gente vai pedir um relatório de atividades, sendo
1553 que o Conselho Municipal já fez esse trabalho de análise do relatório dos
1554 últimos anos? E a entidade que começou suas atividades em 2023, como ela
1555 vai apresentar um relatório de 2022 de forma obrigatória? Então, eu acho que
1556 é legítimo a gente fortalecer o papel do Conselho Municipal nessa inscrição de
1557 entidades. **Grazielle, PSIND:** Eu vou solicitar que a gente pare essa discussão
1558 agora e volte depois do almoço. Por uma questão de minha necessidade, tá?
1559 Eu vou solicitar a compreensão dos conselheiros. E só para a gente pensar,
1560 porque eu concordo em parte com a Rosa, porque se o Conselho já aprovou a
1561 entidade, talvez o relatório já tivesse sido entregue. Então, eu não sei. Mas já
1562 foi entregue. Se ele aprovou, já foi entregue. Mas a minha questão é: eu não
1563 sei se para a frente, Maíra, vai falar sobre o que demonstra que ela é uma
1564 entidade de nível estadual. Eu não vi ali, não tem ali. Então, eu entendo que

1565 tem um momento que fala que é no município-sede e outros municípios que
1566 ela desenvolve. Nós vamos considerar mais um? Aí, ok. Não, é porque não
1567 fala mais um. É “e nos”? Na hora que ler, eu li de outra forma. **Mariana,**
1568 **Sedese:** Mariana, Sedese. Concordo de interromper a discussão, mas é só
1569 para não perder o ponto, porque eu tenho uma reunião depois do almoço,
1570 então pode ser que eu não esteja na hora que eu voltar. Dois pontos. Eu lembro
1571 dessa discussão, da importância do relatório de atividades. Isso foi muito
1572 discutido e muito questionado, inclusive por entidades que apresentaram
1573 relatório de atividades, tiveram relatório indeferido, mas o objetivo era
1574 exatamente verificar a atuação, de fato, da entidade, e a abrangência das
1575 atividades. Considero que é importante, e considero também que não é
1576 nenhum documento excepcional que a entidade não possa apresentar. Outro
1577 ponto que eu quero deixar só de alerta para depois do almoço, que eu dei uma
1578 lida no documento, não entendi, ou não está claro para mim como vai ser o
1579 cadastro de votantes de eleitores. Por quê? Eu vi. Só para lembrar que na
1580 eleição que a gente tem, de forma ordinária, os eleitores são os delegados da
1581 Conferência Estadual, e nessa, a gente tem que abrir o processo de
1582 cadastramento de eleitores. E tem que deixar isso de forma mais transparente,
1583 ampla, para ter uma participação. Eu achei que não está claro. No artigo nono
1584 e no artigo 17. É só um ponto de atenção, tá? **Nelson, Sedese:** Nelson,
1585 Sedese. Então, acho que a gente considera o que a Mariana trouxe, e o que a
1586 Grazi pontuou, e agora a gente para pro almoço. E a gente retoma a discussão
1587 às 13h. **Nelson, SEDESE:** Gente, vamos voltar. Quem puder tomar seus
1588 lugares, para a gente retomar a nossa plenária. Vamos tomar seus lugares,
1589 pedir silêncio, para a gente poder ter produtividade no nosso dia, na nossa
1590 tarde. A Maíra vai retomar a leitura da Resolução, mas ela vai retornar no artigo
1591 oitavo. **Mayra, APAE BH:** Porque como já foram feitas sugestões, a gente já
1592 conversou e já resolveu fazer a alteração. Então, lá no artigo oitavo, que fala
1593 da questão do requerimento da habilitação para as entidades e organizações
1594 de assistência social, de âmbito estadual, não mudou nada. Lá no item J, cópia
1595 do relatório de atividades, a gente trouxe como vermelho, mas, conversando,
1596 a gente está sugerindo manter a cópia do último ano. Não precisa ser dos dois
1597 últimos anos, mas do último ano, que é o exercício de 2023, que comprove a
1598 questão da atuação em âmbito estadual. Escutou, Grazi? É. E mantendo.

1599 Como a gente trouxe com aquela dúvida, em vez de ser dois relatórios, um
1600 relatório do último ano. Que o relatório comprove. Que ali estava dos dois
1601 últimos anos, a gente colocou do último ano. Não mudou, só tirou de um. Tá.
1602 Ok. Pode baixar, que aí já acabou. A Mariana fez a observação de que sentiu
1603 falta de algum comprovante, de que a pessoa que vai...Aí é no nono. Quem
1604 está rolando? É no nono. Vamos ler de novo. **Nelson, Sedese:** Ô, gente. Eu
1605 só vou pedir a atenção de todo mundo, porque a Maíra já fez a leitura do oitavo.
1606 Ela vai voltar no oitavo, mas para a gente poder ter atenção. Está
1607 desrespeitoso a gente ficar em conversa paralela. **Maíra, APAE BH:** Artigo
1608 oitavo. O requerimento de habilitação para as entidades ou organizações de
1609 assistência social, de âmbito estadual, deverá ser acompanhado dos seguintes
1610 documentos. Cópia de comprovante de inscrição, CNPJ, designação do
1611 indicado ou da indicada, devidamente assinado pelo representante legal, que
1612 é o anexo 3, cópia de documento oficial com foto do indicado ou da indicada
1613 da entidade, declaração de funcionamento, assinado pelo representante legal
1614 da entidade, que é o anexo 4, comprovante de cadastramento no cadastro
1615 nacional de entidades, que é o CNEAS, com status concluído. Inscrição no
1616 Conselho de Assistência Social de seu município-sede nos conselhos de
1617 assistência social dos municípios onde desenvolvem suas atividades, cópia do
1618 estatuto ou do ato constitutivo da entidade em que se verifique a atuação de
1619 âmbito estadual, cópia da ata de eleição da atual diretoria, cópia da ata ou
1620 termo de posse da atual diretoria, e cópia do relatório de atividades do último
1621 exercício 2023, que comprove a atuação em âmbito estadual. Parágrafo único:
1622 A representação de entidades de âmbito estadual poderá ser feita por meio de
1623 organização de fóruns que estejam articulados nos municípios do estado de
1624 Minas Gerais, que apresentará requerimento de habilitação, que deverá ser
1625 acompanhado dos seguintes documentos. É isso mesmo? Designação do
1626 indicado ou da indicada devidamente assinado pelo representante legal, anexo
1627 3, cópia de documento oficial com foto do indicado ou da indicada. Não, gente.
1628 Declaração de funcionamento, assinado pelo representante legal da entidade,
1629 cópia do estatuto social ou ato constitutivo da entidade em vigor, cópia da ata
1630 de eleição da atual diretoria e cópia da ata do termo de posse da atual diretoria.
1631 Grazi se inscreveu. **Grazielle, PSIND:** Não sei se é pertinente colocar fóruns
1632 regionais ou estaduais? Porque, dessa forma, pode, pode ser fórum municipal.

1633 Só coloca fóruns regionais ou estaduais. **Rosalice, CMSSVP:** Passou um
1634 pouco. Talvez a gente coloque “Cópia ou documento oficial com foto do
1635 indicado ou da indicação da entidade ou do fórum”, porque, aqui embaixo, a
1636 gente está falando só de fórum. Eu sei que a gente copiou isso da Resolução
1637 anterior. Mas é só mudar onde está escrito “entidade”, para não confundir com
1638 o caput do artigo. É, realmente. Quando a gente lê, a gente... Legal do fórum...
1639 O ato constitutivo. Aqui, olha. Letra C. Declaração. Isso. Letra C. Passou
1640 batido, da Comissão. E na letra D, também, “constitutivo do fórum”. Isso. Acho
1641 que embaixo também não tem entidade. **Maíra, APAE BH:** Artigo nono. O
1642 requerimento de habilitação para as entidades votantes deverá ser
1643 acompanhado dos seguintes documentos. Então, aí, a gente já acrescentou
1644 dois itens de acordo com a sugestão que foi dada, realmente, para a gente
1645 saber se aquela pessoa que vai votar, também representa a entidade.
1646 Preenchimento do nome completo no formulário, documento de identificação,
1647 RG, comprovante de cadastro pessoa física, CPF, comprovante de endereço,
1648 inscrição no Conselho de Assistência Social do seu município sede nos
1649 Conselho de Assistência Social dos municípios onde desenvolve suas
1650 atividades, comprovante de cadastramento no Conselho Nacional de
1651 Entidades de Assistência Social, com status concluído. A gente acrescentou
1652 esses dois itens para poder certificar que aquela pessoa é representante da
1653 entidade. **Graziele, PSIND:** Esse nome completo é da entidade ou do indicado
1654 pela entidade? Então, por exemplo. A entidade APAE vai ter um voto? Aí a
1655 gente precisa deixar mais explícito, porque a APAE tem um voto, que a APAE
1656 vai encaminhar um representante para esse representante exercer o voto, e
1657 tem que deixar mais explícito isso. **Maíra:** Realmente, é isso. A gente tem que
1658 deixar mais claro. Porque aí, na verdade, é o requerimento para quem votar,
1659 das pessoas. O CPF da pessoa, quem vai votar. Aí, eu não sei. E são quantos?
1660 Um por entidade? **Marcela, Sedese:** Gente, eu fiquei com uma dúvida. É
1661 porque aí não tem nada. Está falando que, “Olha, beleza. O nome completo da
1662 pessoa que vai votar, o documento de identidade da pessoa e o CPF da
1663 pessoa”. Não tem nada que comprove que essa pessoa foi indicada pela
1664 entidade, de fato. Porque, olha, eu mesma posso, sei lá, eu sei o nome de uma
1665 entidade, eu vou lá com o meu RG, CPF, comprovante de endereço, pego o
1666 comprovante de inscrição do Conselho, posso ir ao Conselho pedir a inscrição

1667 da entidade. **Maíra, APAE:** Sim, boa. Então, às vezes, um ofício... **Rosalice,**
1668 **CMSSVP:** Não, gente. Lá em cima não tem o formulário de indicação? A gente
1669 traz esse formulário aqui para baixo de novo. Sobe para o oitavo. “Cópia do
1670 comprovante de designação”. Olha lá. “Designação do indicado ou indicada
1671 devidamente assinado pelo representante legal. **Maíra, APAE:** Mas aí pode
1672 mudar o título. Designação do indicado votante. Isso aí é do indicado à eleição.
1673 **Rosalice, CMSSVP:** Isso. A gente copia e cola lá embaixo. **Mayra, APAE:** E
1674 a gente coloca outro número de anexo. É o 3, o 4. Vai ser o anexo cinco ou
1675 seis. É anexo cinco. **Graziele, PSIND:** A letra F. Acredito que não. Esse é
1676 substituído por esse documento. **Mayra, APAE:** Também acho. Pode tirar
1677 essa, então. **Graziele, PSIND:** A letra G que elas colocaram. “Designação do
1678 indicado ou indicada para votar, devidamente assinado”. Eu acho que a letra F
1679 não precisa porque já pediu à entidade a comprovação. **Isac, CCQAMRD:** Eu
1680 estou achando que não precisa, Grazi. Porque além das entidades que vão se
1681 inscrever para serem candidatas, vão ter entidades que vão se inscrever só
1682 para votar. E acho que também precisamos estabelecer, deixar explícito, se a
1683 entidade, na hora que se candidata, para se candidatar, ela fica
1684 automaticamente habilitada para votar também, está bom? **Maíra, APAE:** É.
1685 Aí vai ter de acrescentar um parágrafo único, falando que ela também pode
1686 votar. Quem candidata, também. Ela também pode se inscrever para ser.
1687 Pode, não é? Pode ser outro, mas pode. **Nelson, Sedese.** Espera aí, gente.
1688 Vamos falar todo mundo no microfone, porque, senão, a discussão não fica
1689 registrada. E para quem está acompanhando, não se perder. **Mayra, APAE:** O
1690 parágrafo único vai ser no artigo oitavo, não é? Ou nono? Espera aí. No oitavo,
1691 não é? **Rosalice, CMSSVP:** Gente, como já tem um parágrafo oitavo, a gente
1692 vai falar assim: “Paragrafo primeiro, é esse que já tem”. No parágrafo segundo,
1693 a gente vai colocar que a entidade também está habilitada a votar. Passou na
1694 oitava. Isso. Você transforma esse parágrafo único. Não, não. Espera aí. Antes
1695 desse. **Nelson, Sedese:** Espera aí, só um minuto. Antigo 17, parágrafo
1696 segundo. Artigo 17. A eleição se realizará de forma virtual, através de
1697 plataforma Google Forms, em 24/05/2024, com a participação da Comissão
1698 Eleitoral e de membros da Secretaria Executiva do CEAS, designados para
1699 esse fim. Os representantes, ou as representantes das organizações e
1700 conselhos habilitados, alcançam a condição de eleitores, garantindo-se o

1701 direito de voto. **Maíra, APAE:** É, vamos continuar. Não. O nono, a gente
1702 fechou, não? Comprovante de endereço, fechou esses dois últimos, esses três
1703 que foram sugeridos. Artigo décimo. A documentação necessária à habilitação
1704 é de responsabilidade exclusiva das entidades e deverá ser anexada no
1705 formulário de requerimento de habilitação, em formato PDF, garantindo-se a
1706 sua legibilidade, sob pena de não habilitação no processo eleitoral. Inciso
1707 primeiro. A comunicação eleitoral poderá requisitar a substituição de
1708 documentos se verificada a pouca legibilidade do documento anexado.
1709 Segundo. Em nenhuma hipótese será recebido o documento novo fora do
1710 prazo estabelecido nessa Resolução. Artigo décimo primeiro. A Comissão
1711 Eleitoral publicará, até o dia 10/05/2024, no sítio eletrônico do CEAS, a
1712 listagem das entidades habilitadas e inabilitadas. Aí foi outra questão que a
1713 gente discutiu, que às vezes até foi falado na reunião, que o site às vezes fica
1714 instável. Não sei. Além do sítio, a gente não deixaria? É. Encaminharia por e-
1715 mail, a Secretária Executiva encaminharia por e-mail. E em tudo que tiver no
1716 sítio eletrônico, será divulgado por e-mail e no sítio eletrônico. Se tiver essa
1717 instabilidade, a gente garante essa comunicação por e-mail. Pode indo lendo?
1718 Não, melhor esperar. Mas aí nós vamos informar habilitados e inabilitados.
1719 Então, uns inscritos. Nós vamos encaminhar a listagem das entidades
1720 habilitadas a inabilitadas e dados inscritos. Espera aí. A entidade que tem
1721 habilitação indeferida, terá o dia 13 de maio para apresentar recurso, a ser
1722 encaminhado para o e-mail com o assunto "Recurso habilitação processo
1723 eleitoral CEAS". 2024, em nome da entidade, dirigida à mesa diretora. Isso é
1724 outra coisa que a gente deixou de vermelho, porque estava assim: mesa
1725 diretora do CEAS. E como tem essa comissão, que foi composta por nós, a
1726 gente ficou na dúvida: tem que ir para a mesa diretora, ou não pode ser
1727 encaminhado para essa comissão? Porque vai ter a Resolução de quem vai
1728 compor essa comissão. **Nelson, Sedese:** Eu incluí, lá no início o "até", para
1729 não ser o dia 13, mas terá até o dia 13. E, na minha opinião, acho que é a
1730 Comissão que está estabelecida para o processo eleitoral. **Mayra, APAE:** A
1731 gente a gente também acha, mas como a gente estava seguindo o próximo, a
1732 gente achou melhor trazer para discutir aqui, mas com a essa sugestão, nossa,
1733 de que seria mais pertinente à Comissão. Agora vocês chamam Comissão de
1734 entidade ou Comissão Eleitoral. De processo. Vai ser composta por agente que

1735 é da entidade, mas é processo eleitoral. As entidades que tiverem sua
1736 habilitação indeferida por ausência de documentos, poderão apresentá-los na
1737 fase de recursos. A listagem final das entidades habilitadas será divulgada até
1738 o dia 20/05/2024, no sítio eletrônico, a qual não caberá recurso. Então também
1739 tem que acrescentar a questão do e-mail. No sítio eletrônico e e-mail às
1740 deferidas. Nesse caso, as habilitadas. Da campanha eleitoral. Às habilitadas,
1741 é garantido o direito à campanha eleitoral, com a finalidade de difundir sobre a
1742 atuação na política de assistência social e quais as suas estratégias de atuação
1743 no CEAS/MG. A campanha eleitoral, de responsabilidade das habilitadas,
1744 poderá ser feita por meio de e-mails, destinado aos votantes e enviado até um
1745 dia antes da eleição, e vídeos de até três minutos e mensagens de texto
1746 destinados aos votantes e suas redes sociais. Os vídeos de que tratam o inciso
1747 segundo, podem ser divulgados no sítio eletrônico do CEAS, mediante
1748 requerimento das habilitadas e enviado até cinco dias antes da eleição para o
1749 e-mail CEAS@social.mg.gov.br. Ficam vedadas quaisquer outras formas de
1750 campanha eleitoral, como o disparo em massa via aplicativos de mensagens,
1751 propaganda paga, campanha negativa e fake news. **Graziele, PSIND:** A gente
1752 até discutiu se precisava de detalhar tanta coisa, massa gente já fechou.
1753 **Rosalice, CMSSVP.** Eu acho que temos desnecessário fazer isso. Eu acho
1754 que desde o processo anterior, sabe? Nem tenho palavras. Eu achei que
1755 pareceu que a gente está entrando em um processo de eleição para vereador,
1756 governador. Eu não acho necessário essa proibição. Está muito proibição. Eu
1757 acho que a gente podia tirar, mesmo já fazendo parte do outro processo no
1758 qual nós fizemos parte, eu achei muito fechado isso aí. A pessoa pode fazer a
1759 campanha do que ela quiser. Por que não pode? Tudo bem, mas a pessoa vai
1760 fazer uma fake news disso? **Luiz carlos, ARMI:** O que não é proibido, é
1761 permitido. Então, eu acho que não prejudica deixar. A gente tem um processo
1762 mais tranquilo, com a certeza de que não vai haver isso. **Mayra, APAE:** Vamos
1763 deixar, então, porque aí a gente a gente se resguarda. **Isac, Comissão de**
1764 **Quilombolas do Rio Doce:** Eu também compreendo a visão da Rosa. Eu não
1765 sei se tudo ali, mas quando a gente coloca campanhas pagas, eu acho que
1766 fica bem difícil auferir isso. Agora, fake news, campanhas difamatórias, acho
1767 que é legal a gente manter a proibição, porque aí, por exemplo, uma entidade
1768 pode entrar, comunicar à comissão, essas coisas, e provar isso. Então acho

1769 que a gente manteria essas duas coisas. Agora, mensagens de aplicativo, eu
1770 não sei como é que vocês iriam verificar isso. **Mayra, APAE:** Na verdade, era
1771 que se chegasse denúncia disso, a gente teria que tratar essa denúncia.
1772 Podemos deixar, então, que a gente nos resguarda desses meios? Pode falar?
1773 **Nelson, Sedese:** A minha questão é com o envio de mensagens em
1774 aplicativos. Eu não sei se a gente tem controle do envio de mensagens e
1775 aplicativos, porque eu acho que o processo eleitoral, que aconteceu na
1776 Conferência, ele é diferente do que está acontecendo aqui. Então, como a
1777 gente vai controlar o envio de mensagens no aplicativo? Então, esse controle,
1778 eu acho que é um pouco difícil. Eu concordo em a gente manter a propaganda
1779 paga, a campanha negativa e fake news. Mas o envio de mensagem em
1780 aplicativo, a gente não tem controle sobre isso. Acho que é muito difícil a gente
1781 manter o controle dessas mensagens. **Grazielle, PSIND:** É igual ao Luizão
1782 disse. Eu acho que é pedagógico, então eu acho que não tem prejuízo de
1783 deixar. E eu acho que a Comissão Eleitoral não vai controlar isso, não tem
1784 como avaliar. Se uma entidade se sentir ferida, ou tiver denúncia, ela vai
1785 encaminhar a denúncia. Denúncias e provas sobre isso, e é uma avaliação da
1786 Comissão. Os interessados é quem vão verificar se está acontecendo ou não.
1787 **Letícia, CMAS Coronel Fabriciano:** Na verdade, a gente fala da Grazi, já me
1788 contemplou. Eu só ia dar exemplo das eleições do Conselho Tutelar. Que todas
1789 essas campanhas eram vedadas. Na prática, a Comissão Eleitoral não
1790 conseguia apurar nenhuma delas, porque todas deixam em dúvida a comissão,
1791 e ela não pode incriminar uma candidatura quando ela tem dívida. Mas vale o
1792 caráter pedagógico. **Mayra, APAE:** Nesse sentido, gente, vocês se sentem
1793 mais confortáveis de e a gente votar se a gente tira essa questão de campanha
1794 eleitoral, ou se mantém, ou podemos manter? Vamos manter. A violação do
1795 disposto no artigo 12º dessa Resolução é passível de impugnação da
1796 candidatura e da cassação da habilitação. Aplica-se, no que couber, o código
1797 eleitoral. Mas a gente também precisa se resguardar. Da eleição. A
1798 coordenação do processo eleitoral se dará pela Comissão Eleitoral, designada
1799 pela Resolução dos CEAS, de 2024. Aí, se já até quiser alterar o 24, e suas
1800 alterações a qual cabe. Coordenar o processo eleitoral de entidades para suprir
1801 a vacância na composição do CEAS/MG no mandato de 2023/2025, receber e
1802 julgar os requerimentos de habilitação e as eventuais impugnações, bem como

1803 realizar a análise e julgamento dos recursos. Ah, da questão da mesa diretora.
1804 Mas aqui, no 16, já está resolvido. Isso já está ok. Que isso agora vem para a
1805 Comissão de Eleição. Elaborar e encaminhar todos os... **Nelson, Sedese:** Eu
1806 só estou fazendo uma coerção, porque lá no artigo 14, vocês mencionam a
1807 violação do disposto no artigo 12 e, na verdade, é a violação disposta no artigo
1808 13. **Mayra, APAE:** Esse que estava de vermelho, você tirou? Ok. Aí é a
1809 Comissão Eleitoral. Elaborar e encaminhar todos os procedimentos para a
1810 realização da eleição, expedir orientações e zelar pelo cumprimento das
1811 normativas e pelo bom andamento dos trabalhos, fazer a apresentação do
1812 processo de escolha da plenária ordinária, a ser realizada em 22/03/2024. 294.
1813 Eu não sei falar, não. Me ensina. Acompanhar a apresentação dos candidatos,
1814 encaminhar para publicação no sítio eletrônico dos CEAS e para o Diário Oficial
1815 do Estado, todos os atos inerentes ao processo, bem como o resultado do
1816 processo eleitoral. Aí, eu acho que a gente também tem que encaminhar para
1817 publicar. Não. Esse não precisa, não. É só publicação mesmo. Parágrafo único.
1818 Os membros da Comissão Eleitoral estão impedidos de apresentar-se como
1819 representante de qualquer entidade e conselho habilitado. Artigo 17. A eleição
1820 se realizará de forma virtual, através da plataforma Google Forms, em
1821 24/05/2024, com a participação da Comissão Eleitoral e de membros das
1822 Secretaria Executiva do CEAS/MG designados para esse fim. O Ministério
1823 Público Estadual será convidado para acompanhar a eleição. Os
1824 representantes ou as representantes das organizações e conselhos
1825 habilitados, alcançam a condição de eleitores, garantindo-se o direito de voto.
1826 **Nelson, Sedese:** Só se no período em que será realizada a votação, se não
1827 precisa constar o horário. Das 08h às 18h, por exemplo. **Mayra, APAE:**
1828 Precisa. Eu acho que é bacana. A gente ainda não tinha pensado nisso, porque
1829 a gente colocou 24, mas não colocou o período. Porque, na verdade, se a
1830 gente for realizar, eu penso que é um período de uma reunião. Tipo das 14h
1831 às 17h, ou das 8h às 12h? das 8h às 12h? Pode ser, gente? Luizão, Altair,
1832 vocês concordam? **Nelson, SEDESE:** Todos de acordo, gente, com a
1833 alteração? **Mayra, APAE:** Ok. Boa, viu? É importante deixar. Onde que eu
1834 parei? Parágrafo único. A Comissão Eleitoral será auxiliada pela Secretaria
1835 Executiva do CEAS/MG. Artigo 19. Estará eleito aquela entidade que obtiver o
1836 maior número de votos. Verificado o empate, será considerado eleita a

1837 entidade que tiver a data de criação mais antiga, comprovada no período de
1838 habilitação através do registro do estatuto social e, permanecendo o empate,
1839 será considerada eleita a entidade cujo representante têm a maior idade. As
1840 não eleitas dentro da vaga a ser preenchida pela suplência, irá compor a lista
1841 de sucessão do CEAS/MG em caso de vacância, respeitada a ordem
1842 decrescente do número de votos válidos por segmento. Da nomeação e posse.
1843 Artigo 20. A nomeação do Conselheiro se dará por ato do Governador,
1844 publicado no Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais. Parágrafo único. A
1845 posse do representante da entidade eleita será precedida de curso de
1846 capacitação, cuja participação é obrigatória, que versará sobre o Código de
1847 Ética, o Regimento Interno e a organização administrativa do CEAS/MG. Artigo
1848 21. O representante eleito tomará posse na 297ª plenária ordinária, que
1849 ocorrerá em 21/06/2024. É 297ª? A gente contou lá, não é? Mas é isso mesmo.
1850 Aquele que por motivo de força maior não tomar posse no termos do caput,
1851 deverão fazê-lo na plenária subsequente. Caso haja impedimento por parte do
1852 representante eleito em compor o CEAS/MG, a entidade deverá comunicar
1853 oficialmente o CEAS/MG, indicando o representante substituto. Os casos
1854 omissos desse regulamento serão decididos pela Comissão Eleitoral e, na
1855 impossibilidade da mesa, pela mesa diretora do CEAS. Essa Resolução entra
1856 em vigor na data da sua publicação. **Isaac, Comissão do Rio Doce:** No artigo
1857 19, eu acho, no finzinho da frase, “número de voto por segmento”. Eu acho que
1858 “por segmento” não se aplica ali, porque é um segmento sócio que vai disputar.
1859 **Graziele, PSIND:** Volta no artigo quinto para mim, só para eu tirar uma dúvida.
1860 **Mayra, APAE:** Vamos só dar uma passadinha nos anexos, para vocês verem
1861 os anexos que estão lá. Mas vamos só passar. E depois tem a Resolução que
1862 nomeia a Comissão Eleitoral. Aí tem o calendário, que é um resumo dessas
1863 datas todas que a gente leu no decorrer da Resolução. Pode baixar. O anexo
1864 2, que é o requerimento de habilitação. O anexo 5, que a gente citou, acho que
1865 a gente vai ter que criar um similar a esse. O anexo 4. E o 5, que foi o que a
1866 gente colocou, a gente cria dentro desse modelo. Que o anexo 5 vai ser a
1867 habilitação para votar. Agora, só a Resolução, que é rapidinha, que vai compor
1868 a comissão eleitoral. **Nelson, Sedese:** Só que eu chamei a Marcela para uma
1869 questão de dúvida, inclusive do que foi dito antes do almoço. A Mariana trouxe
1870 dois pontos, só para a gente poder entender se a gente, na nossa discussão

1871 aqui, se esses pontos tinham sido contemplados. E um deles é no artigo nono.
1872 Porque a gente fala: “O requerimento de habilitação para entidades votantes
1873 deverá ser acompanhado dos seguintes documentos” e tem os documentos.
1874 Mas a questão é: quem são essas entidades votantes? Qualquer entidade no
1875 âmbito do estado de Minas Gerais? Com atuação municipal, estadual,
1876 regional? **Rosalice, CMSSVP:** O que compramos? Comprovante da inscrição
1877 no Conselho de assistência social do seu município-sede, e nos conselhos de
1878 assistência social dos municípios onde desenvolvem suas atividades.
1879 Comprovante de cadastro no cadastro nacional de entidade de assistência
1880 social. O que comprova uma entidade ser de âmbito estadual é a atuação em
1881 mais de um município. Conforme a LOAS, para atuar em mais de um município,
1882 ele tem que ter inscrição da sua unidade, do seu programa, o projeto. A gente
1883 tem que ter em mais de um município. Até vou descendo, porque a Resolução
1884 14 [...]. **Mayra, APAE:** Ele acrescentou em atuação estadual, acho que fica
1885 bom também. **Marcela, SEDESE:** A dúvida era essa mesmo. Era só porque
1886 não tem em lugar nenhum falando que só podem votar as entidades de âmbito
1887 estadual. Agora colocou “requerimento de habilitação”. Agora, não é? Mas, de
1888 toda forma, a dúvida é: vocês acham que não precisa de um artigo, falando:
1889 “Poderão votar as entidades que tenham atuação em âmbito estadual. Porque
1890 aí está falando do requerimento de habilitação. Beleza? Como é que se
1891 habilita? **Mayra, APAE:** Agora colocou “entidades com atuação em âmbito
1892 estadual”. **Marcela, SEDESE:** Pensando na Resolução, eu começo a ler a
1893 Resolução de cima para baixo. A minha dúvida, o tempo inteiro é: quem vota?
1894 A única hora que fala quem vota é nesse artigo. E nesse artigo está falando do
1895 requerimento de habilitação para votar. É óbvio que eu entendo que
1896 requerimento de habilitação para votar é obrigatório para quem vai votar, mas
1897 não tem um lugar falando “Podem votar as entidades com atuação em âmbito
1898 estadual”, entendeu? É só isso. **Mayra, APAE:** Mas isso, a gente colocaria
1899 para ficar... Se você ler sofrendo de baixo para cima, a gente colocaria onde?
1900 Em qual local? **Marcela, SEDESE:** Talvez antes dessa parte da habilitação,
1901 porque isso é um capítulo sobre habilitação, não é? Qual é o em cima desse?
1902 Qual é o anterior, qual é o artigo? **Mayra, APAE:** Das condições de habilitação.
1903 **Marcela, SEDESE:** Antes disso. **Mayra, APAE:** Da vaga a ser preenchida.
1904 **Marcela, SEDESE:** Antes disso. **Mayra, APAE:** Da discussão preliminar.

1905 **Marcela, SEDESE:** Antes disso. Eu colocaria aí um artigo, embaixo. Primeiro,
1906 segundo, terceiro. Tem quantos artigos aí? **Mayra, APAE:** Quem são
1907 entidades candidatas? Eu acho interessante. Só estou querendo entender a
1908 lógica. **Marcela, SEDESE:** Era só para dizer que podem votar, nesse processo
1909 eleitoral, todas as entidades de âmbito estadual ou podem votar também as de
1910 âmbito municipal. É isso. É para as pessoas saberem quem... **Mayra, APAE:**
1911 É. Eu acho que tudo que a gente puder colocar para ficar mais claro, é muito
1912 bem-vindo. É ótimo, que clareia. Artigo terceiro. Quarto? Ah, não vi o terceiro
1913 não. **Isaac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce:** Partindo da fala de
1914 Marcela, me veio uma dúvida, que é para vocês, da entidade, pensarem.
1915 Quando a gente pensa na eleição do segmento, a gente imagina, é claro, que
1916 vai ser diferente, porque não estamos na Conferência, mas na Conferência,
1917 todas as entidades que estão lá como delegadas, aí independente de ser
1918 entidade municipal ou estadual, elas voltam no Conselho. Isso, nos outros
1919 segmentos também. Aí, eu fico pensando se não valeria vocês abrirem para
1920 que mais entidades, sendo entidade socioassistencial, possam votar, ajudar.
1921 Só que para vocês avaliarem se é mais interessante ou não. **Rosa, CMSSVP:**
1922 Eu queria saber a opinião das demais entidades aqui, porque seria entidades
1923 de âmbito estadual, que a gente trabalha com ela. É uma vaga de suplência.
1924 Na Conferência Estadual, eu concordo. Todos que estão ali, que é
1925 caracterizado como entidade, tem que votar, todos os trabalhadores que estão
1926 ali tem que votar, todos os usuários estão ali, tem que votar, os conselhos
1927 municipais, têm que votar. Agora, aqui, é um processo diferenciado. É um
1928 processo que a gente tentou ser o mais simples possível para atrair interesse
1929 das entidades participar. Eu não sei como foi o histórico do ano passado para
1930 a candidatura de habilitação de entidades para concorrer ao CEAS. Tanto que
1931 não teve uma concorrência muito grande. Quem estava lá, venceu, quem não
1932 foi titular ou suplente, não sobrou ninguém. Então, eu acho que a gente tentou
1933 fazer da melhor forma, mais simples. Agora, se quiser abrir para todo mundo,
1934 aí eu queria saber um pouco das entidades. Altair, Luizão, o que vocês acham
1935 disso. **Grazielle, PSIND:** Só para problematizar. Porque os representantes das
1936 entidades no CEAS, eles representam todas as entidades, de nível estadual e
1937 também as entidades municipais. Então talvez caberia, sim, abrir todas as
1938 entidades para se habilitar como votante, pensando que vocês vão representar

1939 as entidades do estado. Então talvez caberia. Mas isso é um palpite que eu
1940 estou escutando a Rosa, escutei o Isaac, mas eu acho que é uma apreciação
1941 das entidades, mesmo, para fazer. E a gente respeita aquilo que vocês
1942 optarem. **Luiz Carlos, ARMI.** Eu acho que é isso aí. Ainda mais que tem os
1943 fóruns, não é? Dá para divulgar lá. Facilita bastante o trabalho. **Mayra, APAE:**
1944 Mas o qual, colocar o quê? **Luiz Carlos, ARMI:** Para habilitar as entidades
1945 para votar. Todas as entidades. Eu acho que para votar, deveria dar
1946 oportunidade para todos votarem. Quem quiser, quem se inscreveu para votar,
1947 não? **Nelson, Sedese.** Aí é o artigo décimo, que é a habilitação para entidades
1948 que vão votar. Então, o requerimento de habilitação para entidades votantes
1949 deverá ser acompanhado dos seguintes documentos. E a inscrição somente
1950 no conselho de assistência social do seu município. Então, ficaria. Artigo
1951 décimo. Requerimento de habilitação para entidades votantes, deverá ser
1952 acompanhado dos seguintes documentos. E um destaque no item E, que é a
1953 inscrição no conselho de assistência social de seu município. Gente, lá nas
1954 disposições preliminares, a gente tinha incluído o artigo quatro, que é “poderão
1955 votar nas eleições”. Alguém está fazendo alguma correção? Só para eu
1956 entender. Quem está corrigindo? Então, artigo quarto. Poderão votar nas
1957 eleições de que trata esta Resolução, as entidades e organizações definidas
1958 no inciso primeiro do artigo sexto, que se habilitem nos termos do artigo 10.
1959 Porque não vão votar somente entidades de atuação em âmbito estadual. Mas
1960 o artigo sexto fala em âmbito estadual. **Rosalice, CMSSVP:** Eu queria fazer
1961 uma pergunta para quem entende da área de informática. É porque eu
1962 realmente não entendo, gente. O Google Forms pode ter a 1000, 2000
1963 pessoas? Pode? Qual é o limite? O Google Forms, para eleição, porque a
1964 gente vai fazer no Meet. A eleição, a gente vai disponibilizar o link para eleição,
1965 e as entidades vão ser relacionadas às entidades, e não tem limite de votação
1966 no Google Forms. Ah, então tá. É isso que eu tinha dúvida também, se o
1967 processo não ia ser prejudicado com o número de acesso. **Mayra, APAE:**
1968 Agora, essa questão de quantas pessoas podem entrar no Google Meet, é que
1969 eu não sei. O Google Meet é onde a gente vai fazer a reunião virtual, é o espaço
1970 da reunião virtual. **Nelson, Sedese:** É porque a discussão é com relação ao
1971 Google Meet e uma reunião, mas em nenhum momento da Resolução, a gente
1972 mencionou reunião online. A gente está mencionando a votação pelo Google

1973 Forms. Não tem reunião online. Então, o Google Forms não tem esse limite.

1974 **Rosalice, CMSSVP:** Foi pensado o seguinte. A pessoa que for habilitada, ela

1975 vai ter acesso ao link desse Google Forms para votar. É só a pessoa que que

1976 foi habilitada é que vai ter acesso a isso. E é direito a um voto. Vai estar

1977 vinculado ao seu e-mail. Então, cada pessoa que habilitou, vai receber o link e

1978 ela vai votar. É um voto por entidade. **Érica, Sedese:** Só uma sugestão. Em

1979 vez de colocar Google Forms, que é o nome da empresa, colocar só “formulário

1980 eletrônico”. **João Paulo, Sedese:** Eu ia comentar sobre isso, porque a gente

1981 estaria aqui meio que fazendo uma propaganda de um aplicativo, e a gente

1982 não pode. Então, é formulário eletrônico, e a gente não fala qual. Inclusive a

1983 gente pode utilizar outros, porque tem vários. Microsoft tem, todos têm. A gente

1984 conhece mais o Forms. E outra coisa é com relação a limite. O limite é a

1985 planilha de respostas. Então, podem ficar tranquilos que tem bastante linha lá.

1986 Se eu não me engano, são 5 milhões de células, então dá para muita gente

1987 responder. Não, mas são 5 milhões de células, não são cinco milhões de

1988 linhas. Linhas e colunas. **Nelson, Sedese:** Só para a gente retomar. A gente

1989 fez as correções ali, onde tem o formulário Google, para corrigir para formulário

1990 eletrônico. Eu quero voltar lá no artigo quarto, só para que fique claro como a

1991 gente incluiu lá. Então, artigo quarto ficou. Poderão votar nas eleições que trata

1992 essa Resolução, as entidades e organizações de assistência social que se

1993 habilitem nos termos do artigo 10. E o artigo 10, a gente fez a alteração,

1994 mantendo o requerimento de habilitação para entidades votantes, e com a

1995 possibilidade de atuação municipal, não só em âmbito estadual. **Mayra, APAE:**

1996 Ótimo. Fechado, gente? Não, os anexos, já passaram, já falou que vai criar o

1997 cinco. No quadro, a gente vai ter de atualizar as datas. E tem que criar o anexo

1998 cinco, que é a habilitação de quem vai votar? Seguiu. **Nelson, Sedese:** Então,

1999 a gente fez a leitura. Vocês querem fazer a votação dessa Resolução ou fazer

2000 em bloco das duas? Da comissão e dessa. **Mayra, APAE:** Vamos fazer dessa

2001 de uma vez, porque aí é da Resolução, é rapidinha. Ah, tanto faz, mas vai ter

2002 de votar em duas resoluções, então... Ah, vamos votar nessa, e a gente vota

2003 na outra. **Nelson, Sedese:** Gente, está todo mundo atento? Vamos votar aqui

2004 ela aprovação da Resolução do processo eleitoral. Pela aprovação. Pela

2005 reprovação. Abstenções. Então, aprovada por unanimidade. **Mayra, APAE:**

2006 Agora, a Resolução que dispõe sobre a composição da Comissão do

2007 Coordenação do Processo Eleitoral do Conselho estadual de Assistência
2008 Social, CEAS. A minha está diferente aqui. “Altera a Resolução”. Esse “altera
2009 não precisa”? Mudou. Essa que você me entregou ontem. Não, olha só. Está
2010 “altera”. Antes, aqui tem. Está joia. É que a gente ia até começar a discutir, que
2011 gente achava que não era altera, era cria...Eu até circulei para trazer isso, mas
2012 ok, já não está. O Conselho Estadual de Assistência de Minas Gerais, no uso
2013 de suas atribuições conferidas pelo artigo 13 da Lei Estadual de 23/07/1996, e
2014 pelo artigo segundo e 42 do Regimento Interno, aprovado em Resolução
2015 número 358, de 10/05/2011. Considerando a deliberação da sua ducentésima
2016 nona quarta plenária ordinária, realizada em 22/03/2024, resolve: artigo
2017 primeiro. Alterar a composição da comissão. Está diferente. Dispõe sobre a
2018 composição da comissão de coordenação do processo eleitoral para
2019 suprimimento da vacância de entidades do conselho estadual de assistência
2020 social, CEAS, gestão 2023 2025, que contará com os seguintes componentes.
2021 Aí eu acho que a associação Berg Vingren de Assistência Social, Abrigo São
2022 Vicente de Paula de Coluna, Associação Recreativa da Melhor Idade, Armi,
2023 Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Belo Horizonte, APAE/BH,
2024 Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de
2025 Paula, lar dos idosos José Justino rocha, União das Associações de Pirapora.
2026 Essa resolução entra vigor na data de sua publicação. Volta lá rapidinho. Não
2027 tem que colocar, que “contará com os seguintes componentes”?
2028 Representantes. Porque como está o nome das instituições...É isso mesmo?
2029 Seguinte componentes, e pode ser o nome das entidades? Seguintes
2030 representantes, em vez de componentes. Que eu estou achando
2031 “componentes” mas pessoa. **Rosalice, Conselho Metropolitano da**
2032 **Sociedade São Vicente de Paula(CMSSVP)**. Nós estamos perguntando por
2033 que o nome e identidade e não da pessoa que representa. O que nós
2034 discutimos lá no grupo? Que nós vamos esperar a alteração, agora, do José
2035 Justino. A gente aprova hoje. Aí, no mês que vem, a gente teria que fazer a
2036 revogação, corrigindo, alterando a composição. Então, se a gente colocar
2037 “representante das entidades”. Eu, como representante do Conselho
2038 Metropolitano, eu estou como representante. Então, é só para não ter
2039 alteração. É. E coloca assim, olha: dos seguintes representante das
2040 entidades. É. Qual é o caso? Ela que está corrigindo. **Mayra, APAE:** Ok,

2041 gente? **Nelson:** Nelson, Sedese. Tem algum destaque, alguém com algum
2042 destaque na Resolução? **Mayra, APAE:** Ok, gente? Podemos? **Nelson,**
2043 **SEDESE:** Então, a gente pode encaminhar para a votação? Então, pela
2044 aprovação. Pela reprovação. Abstenções. Então, aprovada por unanimidade.
2045 É porque a gente fez uma alteração, viu, gente? Na nossa proposta de pauta,
2046 esse ponto que foi tratado agora, que iniciou antes do almoço, ele estava
2047 depois, mas como sugestão para a gente ocupar aquele espaço anterior ao
2048 almoço, a gente subiu esse ponto de pauta. Então, nosso próximo ponto de
2049 pauta é a apresentação do relatório CEAS 2023. É a apresentação do Relatório
2050 CEAS 2023. A Secretaria Executiva vai fazer uma apresentação e, na
2051 sequência, elas devem encaminhar. Tanto a apresentação quanto o relatório,
2052 por e-mail, de todos os conselheiros. **Ana Carolina, Secretária Executiva.** De
2053 acordo com a deliberação da plenária de janeiro, que foi solicitado o relatório
2054 do CEAS, a gente começa a nossa apresentação. O Conselho Estadual de
2055 Assistência Social, CEAS, foi restituído pela Lei Estadual 12.264, de 23/07/96,
2056 que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social. Cria o Conselho
2057 Estadual de Assistência Social, CEAS, e possui a missão de promover o
2058 controle da política pública de assistência social e contribuir para o seu
2059 permanente aprimoramento a partir das necessidades da população mineira.
2060 Composição da mesa diretora. No ano de 2023, o cargo de presidente foi
2061 ocupado pela sociedade civil, sendo a representante do movimento do Graal
2062 do Brasil, a senhora Arlete Alves de Almeida. Em consonância com a
2063 Resolução do CNS número 100, cujo artigo oito orienta que o secretário de
2064 assistência pessoal, por observância a princípio de moralidade e
2065 preferencialmente não deverá ocupar a presidência ou a vice-presidência. Pela
2066 primeira vez, a gestão da Subsecretaria de Assistência Social, a SUBAS,
2067 deixou de assumir o cargo de vice-presidente, não ocupando o cargo na mesa
2068 diretora. Sobre as comissões. As reuniões da mesa diretora ocorreram com
2069 participação ampliada, inclusão dos coordenadores das comissões temáticas.
2070 As comissões têm um papel importante na tomada de decisão no Conselho.
2071 Nesse sentido, reforça-se a importância de participação dos conselheiros da
2072 sociedade civil enquanto governamental. A Secretaria Executiva. O ano de
2073 2023 foi marcado pela alta rotatividade dos profissionais que compõem a
2074 equipe da Secretaria Executiva. Houve meses deste ano que a equipe ficou

2075 sem coordenação do cargo de secretária executivo, e a ausência de técnicos
2076 de nível superior, impactando o trabalho dos CEAS. A redução da equipe
2077 sobrecarregou a equipe da Secretaria executiva, especialmente no ano de
2078 organização das conferências. O processo de recomposição dos recursos
2079 humanos da secretaria executiva foi retomado no segundo semestre de 2023.
2080 Em 2023, a secretária a Secretaria executiva retomou a funcionar na casa de
2081 direitos humanos. As plenárias. As reuniões e plenárias foram divulgadas
2082 através de calendário anual, por meio do site do Conselho. Em 2023, foram
2083 realizadas 17 plenárias, 15 pré-conferências estaduais e uma conferência
2084 estadual de assistência social. Em sua maioria, de forma presencial. Entre as
2085 plenárias, 11 foram ordinárias e 07 extraordinárias. Foram publicadas 40
2086 resoluções do CEAS/MG. Lembrando que nós vamos encaminhar esse
2087 relatório e a apresentação por e-mail. Sobre a Conferência de Assistência
2088 Social em Minas Gerais. A realização de 819 conferências municipais,
2089 realização de 15 pré-conferências estaduais e uma conferência estadual, com
2090 participação de 854 delegados. A conferência de assistência social em Minas
2091 Gerais teve a realização de 819 conferências municipais, 15 pré-conferências
2092 e uma conferência estadual, com participação de 854 delegados. A 13ª
2093 Conferência Nacional de Assistência Social recebeu 120 delegados mineiros;
2094 destes, 31 representantes governamentais, 31 trabalhadores, 32
2095 representantes de entidades, 26 representantes de usuários e 11 delegados
2096 inatos, os conselheiros do CEAS. Sobre o processo eleitoral do CEAS
2097 2023/2025. O processo de escolha do mandato 2023/2025 do CEAS
2098 aconteceu durante o evento da 15ª Conferência Estadual de Assistência
2099 Social. Este processo é exclusivo para os representantes da sociedade civil,
2100 para os conselhos municipais de assistência social, representante dos usuários
2101 do SUAS, dos representantes de trabalhadores e trabalhadores do SUAS,
2102 representante das entidades não governamentais e ainda dos representantes
2103 não-governamentais e governamentais dos conselhos municipais de
2104 assistência social. Registrou a vacância de uma vaga para a representação de
2105 suplente para entidades e organizações da assistência social. Os novos
2106 conselheiros tomaram Posse em 15/12/2023, de forma presencial e virtual, na
2107 ducentésima nonagésima primeira plenária, que aconteceu na Casa de
2108 Direitos Humanos, na Avenida Amazonas, 558, Centro, onde funciona o

2109 Conselho Estadual de Assistência Social. Outras ações e resultados. Avaliação
2110 das ações realizadas no ano de 2022, com deliberações de aprovação do
2111 relatório já estão. 2022. Informe a orientação aos conselhos sobre execução
2112 do controle social do programa de fortalecimento emergencial do atendimento
2113 ao cadastro único do Sistema Único de Assistência Social, Pro CADSUAS.
2114 Análise e deliberação das prestações de contas trimestrais da gestão do SUAS
2115 estadual. Análise e deliberação das prestações de contas trimestrais da gestão
2116 do SUAS estadual. Indicação de conselheiros para a representação do CEAS
2117 no Núcleo Estadual de Educação Permanente, NEEP. Capacitações,
2118 orientações. Participação em quatro encontros do FONACEAS. Orientações
2119 aos conselhos municipais de assistência social sobre o controle social e sobre
2120 assuntos diversos, como inscrição de entidades nos conselhos municipais de
2121 assistência social, sobre a realização das conferências municipais e as pré-
2122 conferências, e a 15ª Estadual. **Graziele, PSIND:** Só para fazer um alerta para
2123 os conselheiros, fazer uns preciosismos em relação ao documento, e um alerta
2124 aos conselheiros. Nós temos 853 municípios em Minas; nós tivemos 819
2125 conferências. Então, a gente precisa pensar e dar alguma atuação e tentar
2126 identificar, porque esses demais municípios não fizeram suas conferências.
2127 Então, só um alerta para os conselheiros que aqui estão, que precisam
2128 trabalhar nessa situação. Em relação ao preciosismo, tem hora que fala da
2129 conferência. E coloca a conferência como um evento. E não é um evento. A
2130 conferência, acho que o nome evento diminui a importância que é a
2131 Conferência. E também colocar o nome da conferência, Simone Albuquerque.
2132 Eu acho que é importante. Ela teve o nome, teve um contexto para esse nome,
2133 então eu acho importante colocar. Quando citar a 15ª conferência, colocar o
2134 nome da Simone. E tem um errinho de data lá no processo eleitoral. Mas
2135 obrigada, viu, Carol e secretaria executiva? E aproveitando? Vou reforçar. Mas
2136 eu acho que a gente não recebeu, não tem recebido a planilha de
2137 acompanhamento de resoluções, denúncias, processos. É uma planilha que
2138 parou de ser atualizada em agosto de 2022. Estava ainda? Mas a última
2139 atualização que eu vi, era agosto de 2022. Eu acho que ela estava sendo
2140 encaminhada, mas não estava sendo atualizada. É uma planilha que facilitava
2141 muito. Tinha lá, “resoluções”, então a gente podia acompanhar aquelas
2142 resoluções, facilitava o nosso dia a dia. Denúncias. Como estavam o

2143 encaminhamento dessas denúncias? Era uma planilha que resumia os
2144 processos que acontecia em plenária. A última vez que eu vi uma atualização
2145 dela, foi em agosto de 2022. **Nelson, Sedese:** Mais alguém tem alguma
2146 inscrição? É só pedir para ir registrando os encaminhamentos. Acho que um
2147 desses encaminhamentos é a Secretaria Executiva retomar o preenchimento,
2148 verificar se foi preenchida ou não. Se não preenchida, fazer atualização e
2149 encaminhar isso periodicamente para os conselheiros. **Mayra, APAE:** Me deu
2150 só uma dúvida. Não sei nem se foi falado, e eu comi mosca aqui. Dessa
2151 questão que a Grazi fala. Destes municípios que não fizeram conferências,
2152 existe uma busca, existe alguma justificativa? Os municípios, que a Grazi fez
2153 a observação dos municípios que não fizeram conferência, dos 853. Tem uma
2154 busca, via gestão, e a gente sabe o motivo pelo qual eles não fizeram? **Ana**
2155 **Carolina, Secretária Executiva:** Maíra, a gente pode olhar nos arquivos da
2156 Secretaria Executiva sobre essa questão. **Luiz Carlos, Armi:** Eu acho que
2157 desde o controle lá na Comissão de Apoio, a gente pode até pesquisar, de
2158 repente, a situação lá, e nem tem conselho. Talvez de que o conselho ativo, ou
2159 Secretaria Executiva, enfim. Eu acho que a Comissão de Apoio pode fazer
2160 esse levantamento depois e identificar que cidade foi, para vai o que está
2161 acontecendo. **Graziele, PSIND:** Então eu faço o encaminhamento para
2162 Comissão de Apoio já fazer o levantamento desses municípios que não
2163 realizaram as conferências, e talvez fazer um convite para uma reunião online,
2164 juntar esses municípios, orientar, avaliar a situação. Eu estou encaminhado
2165 para a Comissão de Apoio. **Nelson, Sedese:** Tem mais algum destaque na
2166 apresentação? Mais algum encaminhamento para além dos três que já estão
2167 presentes? Na verdade, são dois encaminhamentos, porque o primeiro era
2168 uma discussão. Então são dois encaminhamentos. A Secretaria Executiva
2169 enviar a planilha. Não é planilha só de denúncias. Pedir só para corrigir ali. É
2170 uma planilha dos encaminhamentos da plenária. E o encaminhamento para a
2171 Comissão de Apoio, que é levantar, então, os municípios que não realizaram
2172 conferências, e pensar em estratégia para trabalhar com esses municípios. O
2173 próximo ponto de pauta é a apresentação do planejamento das comissões.
2174 Cadê a Erica? Para apresentar o planejamento da Comissão de Política. **Érica,**
2175 **Sedese:** O planejamento da Comissão de Políticas ainda está em fase de
2176 finalização. Nós não concluímos. Nós estávamos sem a técnica de referência.

2177 Então o acesso a algumas documentações também não possibilitou que a
2178 gente concluísse. Então nós reunimos ontem, a gente já deu alguns outros
2179 andamentos, mas a conclusão final dele ainda não está pronta. A gente se
2180 compromete a trazer na próxima reunião. Tudo bem, Presidente? **Nelson,**
2181 **SEDESE:** A próxima comissão, é a Comissão de Apoio. **Flávio, CMAS**
2182 **Ipatinga.** Comissão de Apoio. Nós vamos passar o planejamento das ações,
2183 referente ao ano de 2024 da comissão. Isso. Ali está o planejamento com as
2184 ações que vão ser desenvolvidas durante este ano. Inicia ali com a formação
2185 da Comissão de Apoio no mês de janeiro. Reunião de planejamento das
2186 atividades da comissão foi realizado em fevereiro. As reuniões mensais
2187 ordinárias da comissão durante todo o ano, é contínuo. Analisar o PEAS de
2188 2024/2027. A pauta comum foi realizada em fevereiro. Analisar o relatório anual
2189 de gestão da Política Estadual de Assistência Social, pauta comum e parecer
2190 da Comissão de Políticas, também foi realizado em fevereiro. Analisar e emitir
2191 a opinião sobre os relatórios de prestação de contas do quarto trimestre de
2192 2023, realizado agora em março. Analisar e emitir a opinião sobre os relatórios
2193 de prestação de contas trimestrais de 2024, também agora em março. Junho,
2194 depois setembro e dezembro. Pode passar. Analisar e emitir a opinião sobre
2195 elaboração e revisão no plano plurianual de ação governamental PPAG. É
2196 agora no mês de março. Monitorar a evolução do CMAS nos aspectos
2197 relacionados à organização e funcionamento através do Censo SUAS
2198 Conselho, contínuo. Apoiar o CMAS para que 100% discutam e aprovem a
2199 prestação de contas, recursos federais, estaduais e municipais da gestão da
2200 assistência social, contínuo também. Atuar na organização, execução dos
2201 encontros de Urcmas, fórum regionais de usuários, trabalhadores, entidades,
2202 realizando reuniões mensais, presenciais e virtuais, também vão ser contínuo.
2203 Atendimentos presenciais do CMAS, solicitantes procurando sempre um
2204 agrupamento de município. Está prevista para o mês de maio. Depois, julho e
2205 outubro. Isso. É maio, julho e novembro. Produzir vídeos de orientação sobre
2206 os assuntos específicos. Está previsto maio e junho. Outubro, atendimento
2207 virtual aos municípios, contínuo. Apuração de denúncias recebidas no
2208 Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS/MG, contínuo, e promover a
2209 divulgação de informação sobre os direitos sociais e fortalecimento de espaços
2210 de controle social, de janeiro a novembro. Ali, nós trouxemos alguns temas que

2211 vão ser trabalhados, como monitorar a evolução do CMAS nos aspectos
2212 relacionados à organização e funcionamento através do Censo SUAS-
2213 Conselho. Ação e levantamento de dados dos sistemas, como fazer reuniões,
2214 vídeos, e através de e-mails, prazo, ação continuada. Apoiar o CMAS para que
2215 100% discutam e aprovelem a prestação de contas, recursos federais, estaduais,
2216 municipais da gestão de assistência social. Verificar a necessidade conforme
2217 a demanda, será a nossa ação. Como fazer? Através do e-mail, vídeo e
2218 orientações, a ação continuada, com prazo de duração. Apoio CMAS para que
2219 100% discutam e aprovelem o plano de assistência social. Ação. Gravar vídeos,
2220 orientações por e-mail. Como fazer? Através de e-mail, vídeo e reuniões
2221 virtuais, prazo de duração, ação continuada. Atuar na organização e execução
2222 dos encontros de Urcmas, fórum regionais de usuários, trabalhadores e
2223 entidades, realizando reuniões mensais, presenciais e virtuais. Ação em
2224 cumprimento às deliberações da conferência, e considerando a Resolução 580
2225 do CEAS de 2016. A Comissão de Apoio, Secretaria Executiva, e
2226 representantes do CMAS em parceria com as regionais. Ação para os para os
2227 próximos quatro anos, que é uma sugestão. Realizar reunião mensal com o
2228 CMAS por regional. Apoiar para que alcance 100% a paridade na composição
2229 e estruturação da Secretaria Executiva. Vai ser feito, a ação, o levantamento
2230 de dados. Conselheiros e técnicos das Secretaria Executiva. Início em março,
2231 agora, e finalizando em maio. Atendimentos presenciais do CMAS com
2232 maiores fragilidades do estado, priorizar as regionais da Sedese. A ação
2233 apresentará análise à plenária. Vai ser feito pelos conselheiros, secretário
2234 executivo e convidados no mês de julho e novembro, a ação. Produzir vídeos
2235 de orientação sobre assuntos específicos, de acordo com a demanda, em uma
2236 ação continuada. Atendimento virtual aos municípios, conforme a demanda, e
2237 em atendimento à apuração de denúncias recebidas no CEAS por conselheiros
2238 e a secretaria executiva e convidados. É uma ação continuada também.
2239 Relatório anual da gestão 2023, conjunta com as demais comissões.
2240 Comissões conjuntas, é anual. Apuração das denúncias recebidas no
2241 Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS/MG, conforme a Resolução
2242 do CEAS, conforme demanda. E promover a divulgação de informação sobre
2243 os direitos sociais e fortalecimento de espaços de controle social. Deliberação
2244 de conferência, uma ação continuada. **João Paulo, SEDESE:** Flávio, só lá no

2245 cronograma, na análise das prestações de contas trimestrais, analisar e emitir,
2246 não seria março, junho, setembro e dezembro. É depois. Porque o trimestre
2247 termina em março. A Sedese tem até o último dia de abril para encaminhar o
2248 relatório. Então seriam maio, agosto e novembro, se eu não me engano. E
2249 sobra esse ajuste. **Graziele, PSIND:** Flávio, eu fiquei com uma dúvida. Com
2250 duas dúvidas. Vocês colocaram de apoiar as reuniões de Urcmas e fórum o
2251 ano todo. E eu não entendi, lá no “como”, como vocês pretendem fazer isso,
2252 porque é que eu entendi que são todas as reuniões. E o fórum estadual de
2253 trabalhadores, ele se reúne mensalmente. Ontem nós tivemos uma reunião,
2254 até mesmo para a gente poder pensar, junto à coordenação, como a gente
2255 pode auxiliar ou como seria essa relação, para a gente garantir que a gente
2256 esteja trabalhando conjuntamente. Aí eu não entendi o como fazer essa...
2257 **FLAVIO, CMAS Ipatinga:** Rola a página para mim, fazendo favor. Não, está
2258 em cima. Isso. **Graziele:** Grazielle, PSIND. Atuar nas organizações e execução.
2259 Aí embaixo. **Flávio, CMAS Ipatinga:** Isso. Atuar na execução, em
2260 cumprimento à deliberação da conferência, considerando a Resolução.
2261 Comissão de Apoio e Secretaria, em parceria com as regionais. A gente propôs
2262 isso, uma ação para os próximos quatro anos. E a gente ainda está analisando
2263 se vai ser feito através da demanda do convite para essa participação, essa
2264 parceria, ou se a gente vai entrar em contato para a gente estar acertando. Por
2265 isso que a gente colocou uma ação continuada. **Graziele:** Grazielle, PSIND.
2266 Tem algum trabalhador na Comissão de Apoio? Estou perguntando isso,
2267 porque o trabalhador que representa o CEAS, automaticamente compõe a
2268 coordenação. Então aí poderia ser, só sinalizando que poderia ser um link para
2269 poder aproximar. **Isaac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce:** A gente
2270 está discutindo, está amadurecendo ainda, Grazi, mas eu até estava
2271 cochichando com o Flávio que isso está muito relacionado à demanda. Você
2272 vê que tem gente o fórum de trabalhadores que está em um nível de
2273 organização um pouco mais à frente, e tem o dos usuários que estão um pouco
2274 mais atrás. Quando a gente vai para o Fórum Estadual é uma questão, vai para
2275 os regionais. Então, vão ter fóruns que estão atuando, que talvez possa querer
2276 a presença do CEAS, participando ou do Conselho Estadual, participar. Como
2277 vão ter fóruns que a demanda vai ser criar. Então, isso vai muito relacionado à
2278 forma que chega a demanda, por isso ficou contínuo ali. **Graziele, PSIND:** Eu

2279 já vou pedir para os colegas levarem essa questão para a próxima reunião
2280 plenária da coordenação, porque a gente pensa, coletivamente, como a gente
2281 faz isso. E só para poder sinalizar, o Fórum Estadual de Usuários fez contacto
2282 com o FET para também tentar essa aproximação e esse suporte. Então, eu
2283 acho que é algo que já dá para a gente pensar nos dois fóruns, pelo menos.
2284 De usuários e trabalhadores. Agora, a outra dúvida que eu tive é naquele
2285 quadro embaixo. Vocês colocaram “promover capacitação para a paridade da
2286 secretaria executiva”? Eu não entendi. Paridade na composição. Não entendi
2287 essa... **Flávio, CMAS Ipatinga:** É na composição do Conselho. Nós
2288 observamos que a maior fragilidade que nós temos hoje, no CMAS, dentro de
2289 Minas, é essa paridade. E até mesmo esse entendimento do que é governo e
2290 o que é sociedade civil. **Graziele, PSIND:** Então, fazer essa correção, essa
2291 sugestão de correção. E como a gente já deliberou um encaminhamento para
2292 acompanhar aqueles municípios que não realizaram conferência, então vocês
2293 já pensarem na inclusão dessa ação no planejamento de vocês. **Luiz Carlos,**
2294 **ARMI:** [...], essa é uma nova metodologia. Então, para a gente... Não? Como
2295 é, então? Sim. Mas eu não estou entendendo, me explica aqui. Tá. Para mim...
2296 **Rose, Sedese.** A paridade, hoje, prevista, inclusive, na Resolução 100, é 50%
2297 do governo, 50% sociedade civil. A sociedade civil tem que garantir a
2298 proporcionalidade. Ou seja, entre usuários, trabalhadores e entidades que
2299 tenha números iguais de representantes para garantir a proporcionalidade. Só
2300 que a gente sabe que isso também não é uma lei. Isso ainda é uma
2301 recomendação. O que a gente cobra é a paridade. 50% do governo e 50%
2302 sociedade civil. Eu esqueci o nome do Conselheiro. O outro. Flávio. A gente
2303 tem acompanhado bem essa questão do Conselho, inclusive desde 2005,
2304 desde a implantação dos conselhos, desde a NOB, habilitação na época de
2305 gestão, sempre cobrando essa paridade, eu não entendo que essa seja uma
2306 das maiores fragilidades dentro do Conselho, a questão da paridade. É pela
2307 experiência que eu tenho, pelo acompanhamento que a gente faz, lá na
2308 Sedese e municípios, eu acho que essa paridade não é o problema. A questão
2309 é a falta de representação de trabalhadores, a falta de representação de
2310 usuários. Eu acho que, às vezes, a gente tem municípios que é formado, esse
2311 Conselho é formado só por entidades, por exemplo. Ou então, eles têm uma
2312 dificuldade grande em saber que trabalhadores, são todos os trabalhadores.

2313 Então, para estar na sociedade civil, representando o trabalhador, ele só não
2314 pode ter cargo de confiança, não pode ter cargo comissionado, mas o
2315 trabalhador do CRAS pode ser trabalhador no segmento de sociedade civil.
2316 **Luiz Carlos, Armi:** Armie, Serra dos Aimorés. Então, voltando. Para nós, estou
2317 falando para quem está vivendo lá no interior, mais de 30 cidades no Vale do
2318 Mucuri, o nosso entendimento é 50% da sociedade civil, 50% do governo. O
2319 trabalhador entra junto com o governo, isso é um entendimento nosso, dos
2320 conselhos municipais. Então é por isso que há essa necessidade de
2321 esclarecer, deixar isso bem claro, mesmo porque, os municípios que recebem
2322 assessoria, pessoal que vai prestar assessoria nos conselhos municipais, vai
2323 com esse mesmo entendimento. Inclusive, pouquíssimos conselhos municipais
2324 que têm a participação do usuário. Normalmente é entidade, trabalhador e
2325 governo. Lembrando que trabalhador, normalmente, os que trabalham junto ao
2326 governo, por isso que eles estão elencados nos 50% do governo. E poucos
2327 municípios estão permitindo que os trabalhadores escolham quem é sua
2328 representatividade. Normalmente, é o prefeito, que quando faz o documento,
2329 já coloca os trabalhadores que vão compor aqueles 50%. **Graziele, PSIND:** A
2330 Simone perguntou se o digitador do cadastro único, a gente considera
2331 trabalhador. Luizão, a fragilidade que eu vejo, como a companheira falou, não
2332 é na paridade. 50% do governo, 50 sociedade civil. É na escolha da sociedade
2333 civil. Então, quem regulamenta, quem são os trabalhadores do SUAS, é a
2334 Resolução 06, que todo mundo está discutindo aqui. Os trabalhadores do Brasil
2335 inteiro estão discutindo. E essa Resolução define a seguinte questão.
2336 Trabalhadores do SUAS são todos aqueles que atuam na política de
2337 assistência social, de formação fundamental, média, superior da oferta pública
2338 e privada. Então, por exemplo. Um trabalhador de entidade, que trabalha na
2339 ILPI, ele pode representar trabalhador? Sim. Se ele não tiver em cargo de
2340 confiança, ele é trabalhador. E o que acontece muitas vezes, que é o que você
2341 falou, eu acho que a fragilidade está na escolha desse trabalhador, assim como
2342 também a fragilidade está na escolha do usuário, assim como também está na
2343 escolha das entidades. Eu, por exemplo, recebi, na conferência passada, do
2344 meu município, a usuária falou assim: “Quando eu estava no Conselho, eu não
2345 podia votar contra o Conselho, porque meu filho tinha um cargo na prefeitura”.
2346 Então, é isso. A gente precisa caminhar para o fortalecimento de Urcmas,

2347 fórum de trabalhadores, fórum de usuários, fórum de entidades, para que a os
2348 seus pares indiquem seus próprios representantes. Da mesma forma, como no
2349 meu município também, já teve trabalhador indicado pela gestão, e não só
2350 indicado, foi votado. Votado pelos trabalhadores, mas ele estava indicado pela
2351 gestão. Então, eu acho que o gargalo está aí. Acho que a gente precisa
2352 qualificar cada vez mais, que é o coletivo que define seu representante, e
2353 aquele representante tem que atender esse coletivo. Então, eu também faço
2354 convite, talvez de a gente fazer uma aproximação, inclusive para a gente poder
2355 ampliar esse fortalecimento, com o apoio do FET. **Nelson, Sedese:** Tem mais
2356 alguma contribuição, gente, ou a gente pode partir para a próxima comissão?
2357 A próxima comissão, é a Comissão de Monitoramento. **Laís, CMAS Ipatinga:**
2358 Relatório de ações 2023, fevereiro. A gente conseguiu analisar. Proposta de
2359 planejamento 2024, a gente também já conseguiu fazer. Elaborar metodologia
2360 de monitoramento e deliberações. A gente está construindo, está para março
2361 e abril. Monitorar as deliberações está para maio, agosto e novembro.
2362 Monitorar as deliberações das conferências. Analisar a 15ª Conferência
2363 Estadual e propor um modelo para a 16ª Conferência, junho, setembro e
2364 dezembro. Analisar o relatório da gestão. Abril. Acompanhar a execução do
2365 PEAS 2024. Pode ser contínuo. Passa, fazendo favor, só para ver se acabou.
2366 Analisar a revisão do PEAS 2025 no mês de setembro, analisar a revisão do
2367 PPAG 2025 no mês de agosto, e analisar a LOA 2025 no mês de novembro.
2368 **Nelson, Sedese:** Tem algum destaque, alguma observação? Eu tenho. É só
2369 porque eu acho que, depois, a Secretaria Executiva podia pegar as pautas que
2370 são comuns de todas as comissões, e passar para as técnicas. Cada técnica
2371 pega isso e inclui no planejamento. Porque, por exemplo, as faltas
2372 orçamentárias são comuns de todos. Então, vocês condensam todas essas
2373 informações, estando ou não nos planejamentos para poder incluir no
2374 planejamento. E, agora, a apresentação da Comissão de Normas. **Rosalice,**
2375 **Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula:** A Comissão
2376 de Normas foi com ações mais específicas dela. Ela não colocou em seu
2377 planejamento as ações comuns às outras comissões. Então, este ano, a gente
2378 vai é fazer uma força-tarefa, a gente fazer uma revisão em toda as legislações
2379 que dispõe sobre o funcionamento das ações do CEAS. A primeira ação que
2380 nós vamos fazer, eu vou tentar ler pelo outro lado, porque eu estou sem o papel

2381 e está muito claro para mim, a miopia. Bom, a primeira ação que nós já
2382 começamos, gente, é uma ação que nós já fizemos um ofício à Sedese, que é
2383 acompanhar a regulamentação da Lei 23.795, que dispõe sobre a Política
2384 Estadual de Atingidos por Barragem, que é a PEAB. Então, nós já
2385 encaminhamos um ofício à Sedese, solicitamos saber como que está a
2386 regulamentação disso. A nossa próxima ação, que já iniciou agora em março,
2387 é revisar as leis...Nós vamos fazer uma força-tarefa para realizar as leis e
2388 resoluções que regulam o funcionamento. Por exemplo, a Lei 12.262, que
2389 dispõe sobre a política estadual de assistência social, principalmente sobre a
2390 composição do CEAS. A gente vai ter uma discussão, que vai ampliar a
2391 composição do CEAS, que tem que ser revista. Nós vamos fazer uma leitura
2392 sobre 12.812, as resoluções do CEAS que falam sobre as barragens. Vamos
2393 iniciar, no mês que vem, o Regimento Interno, no que se dispõe ao Código de
2394 Ética, sobre a composição do Código de Ética. Nós tivemos, na última plenária,
2395 dificuldade de entendimento da composição da comissão de Código de Ética,
2396 e a gente já vai tentar trazer uma proposta na plenária do mês que vem. A
2397 gente já tentou uma reunião agendada sobre isso, que é um assunto de
2398 urgência. Enfim. Nós relacionamos algumas resoluções de Regimento Interno,
2399 porque o que estava sendo discutido na gestão passada, não foi aprovado, e
2400 a gente vai fazer uma leitura nessa proposta de Regimento Interno para voltar
2401 para deliberação aqui no CEAS, a revisão do Regimento Interno. Nós vamos
2402 buscar, este ano, regular o acesso à informação do CEAS, que é a Lei de
2403 Proteção de Dados, que todo órgão tem que ter regulamentado essa ação aqui
2404 dentro do órgão. Quais são os dados que a gente quer público, quais os dados
2405 que são sigilosos, o que é sigiloso, o que pode ser publicizado? E isso, o CEAS
2406 não tem. A gente vai fazer um estudo para ver se a gente faz uma
2407 regulamentação interna ou não, se a gente entra na mesma regulamentação
2408 que a Sedese, que já tem um grupo, fez um estudo sobre isso. E isso é uma
2409 pendência que já está desde 2022 aqui no CEAS, e não foi dado o
2410 encaminhamento. Então, essa é uma situação que a gente precisa. Porque nós
2411 temos dados aqui dentro, e não tem que ter acesso de pessoas, nomes,
2412 estudo, diagnóstico. Então, a gente tem que ver o que é, o que pode ou não
2413 pode ser, entrar nessa Lei de Proteção de Dados. A capacitação de barragens,
2414 que aconteceu hoje, e que nós já cumprimos, e o projeto hidroagrícola do

2415 Jequitai denúncias, que também já passou por essa plenária. Então, a
2416 Comissão de Normas, esse é o planejamento dela, nós vamos debruçar em
2417 todas as legislações do CEAS este ano. **Nelson, Sedese:** A gente tem alguma
2418 observação com relação ao planejamento da Comissão de Normas? Não?
2419 Então, não tendo nenhuma questão, e com exceção da Comissão de Política,
2420 todos as demais comissões apresentaram os planejamentos. E na pauta, a
2421 gente tem, na sequência, uma apresentação da Comissão de Apoio, que era
2422 com relação às reuniões descentralizadas, que a gente... **Grazielle, PSIN:** E
2423 o planejamento da Orçamento e Financiamento? Não. Por que vocês estão me
2424 excluindo? **Nelson, Sedese:** Eu vou pedir desculpa se eu pulei a tua comissão.
2425 Então, a apresentação, agora, da Comissão de Orçamento. **Grazielle:**
2426 Grazielle, PSIND. Vai nas atribuições comuns. Não, não é. Não é o documento,
2427 não. É porque nós já fizemos outras alterações. Eu posso apresentar, mas
2428 volta lá nas atribuições comuns, por favor. Na 2. O anterior, por favor. Gente,
2429 só para poder nos desculpar, mas, provavelmente, teve alguma dificuldade por
2430 causa da saúde da Stefany. Mas, o que acontece? Ali, na ação, a gente coloca
2431 algumas questões específicas, que é o como fazer. Então, vou dar uma
2432 sugestão. Não é essa a planilha que a gente aprovou, que a Comissão aprovou
2433 ontem, na nossa reunião. Vou dar o exemplo. A gente coloca nesse “como
2434 fazer”, quando a gente for avaliar as contas do trimestre, a gente colocaria que
2435 precisaria estar junto o PEAS, outros demonstrativos, que a gente faria dessa
2436 forma. E também, por exemplo, a gente prevê capacitações ao longo de cada
2437 prestação de contas daquelas ferramentas de gestão que a gente colocou. E
2438 também a gente incluiu, que eu estou ruim de memória, a questão que a
2439 Roberta ainda precisa nos colocar, que é quando que pode, uma data possível
2440 para ela enviar, por exemplo, a LOA, PPAG, os documentos de gestão. E
2441 provavelmente não foi atualizado no drive da Secretaria Executiva. Está só de
2442 amarelo, porque foram as alterações. Eu acho que eles não tiraram de
2443 amarelo, só por conta disso. Vai lá, por favor, nas atribuições comuns, um
2444 ponto. Não, não. Atribuições comuns. Tem o dois e tem o um. Isso. Obrigada.
2445 E a gente teve essa dificuldade, porque lá tem essa especificação, que é
2446 específica, das atribuições comuns a toda as políticas, que é aprovar e
2447 monitorar a avaliação da execução da política estadual. Então, a gente já
2448 propõe, no nosso calendário, a gente propõe uma data para realizar isso, para

2449 realizar essa atividade. Exercer o controle social da política de assistência. Vou
2450 só colocar as especificações, de amarelinho, que a gente alterou, para a gente
2451 alterar lá no nosso calendário. Eu coloquei para a gente apreciar e aprovar na
2452 plenária 293, colocar a Resolução, verificando os demonstrativos web e planos
2453 de educação do FEAS. Roberta, já tem a lei, que a colega falou. Esqueci o seu
2454 nome. A Ester falou. Que as contas do trimestre, já tem... Não precisa... A gente
2455 só tem que definir, que é 30 dias depois do final do trimestre. Último dia útil do
2456 mês subsequente ao término do trimestre. Então, colocar essa questão. E a
2457 gente incluiu a capacitação para todos os conselheiros sobre ferramentas de
2458 gestão no mês anterior à aprovação de contas. Então, a gente propõe que
2459 sempre que a gente tiver uma aprovação de contas, naquele mês, a gente faz
2460 uma capacitação sobre a ferramenta que envolve essa questão. E a gente
2461 colocou uma observação: para analisar as contas, é necessário avaliar em
2462 conjunto o PEAS, metas anuais, plano de aplicação do FEAS e outras
2463 deliberações pertinentes, para a gente não perder de vista que não é
2464 simplesmente aquela planilha que vem para a gente, que a gente precisa ficar
2465 atento. A gente não tem um prazo, porque, por exemplo, a gente tem uma
2466 denúncia que está lá na Comissão, que ela é desde o ano passado, e a gente
2467 não conseguiu dar segmento. E não tem prazo, não tem definido um prazo
2468 para a gente poder fazer esse encaminhamento dessa denúncia. Então, a
2469 gente precisa fazer esse encaminhamento. E também está mais próximo da
2470 CIB, indicar alguém da Comissão para trazer as discussões referentes ao
2471 orçamento, para dar ciência à comissão e anexar relatórios. Contribuições
2472 comuns. O dois, planilha 2. Aí não tem. Planilha 3. A Roberta vai trazer esses
2473 prazos para a gente. O plano de aplicação, ela vai trazer o prazo, e nisso, a
2474 gente vai fazer a capacitação sobre a reprogramação de saldo. A LOA, a
2475 mesma coisa. Definir o dado, e a Secretaria Executiva também cobrar. O que
2476 acontece? Porque a gente recebe algumas informações de forma tempestiva,
2477 que é o que a gente se queixa. Então, a Roberta vai sinalizar para a gente um
2478 prazo possível. A técnica que acompanha essa Comissão vai ficar atenta a
2479 esse prazo. E vai encaminhar para Roberta, se esse documento não chegou,
2480 vai encaminhar uma solicitação para a Roberta, e a Roberta vai responder:
2481 “Olha, a Seplag não mandou para a gente o documento, a gente não consegue
2482 mandar, porque a Sedese já responde isso para a gente, mas de maneira

2483 informal". Informal, não, porque é sempre em plenária, mas a gente precisa
2484 instrumentalizar isso. A LOA, mesma coisa; PPAG, mesma coisa. E sempre
2485 tentar fazer uma capacitação anterior a essa ferramenta. E atribuições comuns
2486 a todas as comissões. Não é comum, não. Essa é a comum, mesmo. A 5.
2487 Atribuição de normas, atribuição Comissão de Orçamento e Normas, comum.
2488 A 6 também não tem. Atribuições comuns e Comissão de Orçamento e Política,
2489 e o nosso calendário. Então, o nosso calendário, eu vou começar com ele
2490 agora em março, porque a gente já fez a avaliação dos SUAS Web. O
2491 planejamento, a gente começou a fazer no mês passado e terminou este mês.
2492 Reuniões das mensais, a gente tem o ano todo. Análise do PEAS, 2004 a 2007,
2493 foi realizada em fevereiro, a análise e emissão do plano de ação de recursos,
2494 também em fevereiro. Análise SUAS Web, na plenária passada, em fevereiro.
2495 Análise e emitir opinião sobre a programação de saldo, que também foi na
2496 plenária passada. Analisar e emitir parecer sobre o plano de aplicação de
2497 recursos em fevereiro. Analisar e emitir parecer sobre a prestação do quarto
2498 trimestre, agora em março. Analisar o relatório de gestão, que a gente também
2499 analisou agora em março. E para o mês de março, abril e maio, a gente tem
2500 análise do relatório de prestação de contas do primeiro trimestre. Então, a
2501 gente precisa incluir, que a gente não tem essa inclusão, das capacitações.
2502 Analisar e emitir opinião sobre a elaboração e revisão anual do plano
2503 plurianual, PPAG, que vai ser em agosto. Propor e defender emendas
2504 parlamentares lá na Assembleia, que vai ser em agosto também, e novembro.
2505 Analisar e emitir opinião sobre o relatório de prestação de contas do segundo
2506 trimestre. Do segundo trimestre, daria quanto? Agosto. Analisar e emitir a
2507 opinião do relatório do terceiro trimestre de novembro, analisar e emitir opinião
2508 das denúncias em face ao município de Orizânia. Abril. Acompanhar e avaliar
2509 a execução da política estadual, a PNAS da política nacional em junho e
2510 novembro. A gente precisa incluir o planejamento das capacitações, que a
2511 gente precisava de a Secretaria Executiva para a gente fechar, porque precisa
2512 dos convites também. A gente pensar em nomes, convites. E eu já sinalizo os
2513 nomes. A Roberta se colocou à disposição. O próprio Fundo Nacional, na
2514 Conferência, também se colocou à disposição, aquele rapaz que eu esqueci o
2515 nome dele. E eu também já indico a Juanita, porque eu acho que é mais prático,
2516 sabe? Uma capacitação bem prática. Ela tem essa expertise, e pelo menos me

2517 ajudou bastante. **Letícia, CMAS de Coronel Fabriciano.** Eu só acho, Grazi,
2518 que a gente tem que amarrar o prazo para receber os documentos. A gente
2519 não pode depender da Sedese, porque a própria Sedese já disse não ter
2520 gerência sobre o envio dos documentos, da LDO, principalmente. Então, eu
2521 acho que a gente não pode esperar que eles deem o prazo. Mesmo que não
2522 se cumpra, acho que é importante que a Comissão já defina. Não tem como
2523 analisar uma proposta orçamentária ou um plano estadual, vamos dizer assim,
2524 com uma semana, igual aconteceu na última reunião da Comissão. **João**
2525 **Paulo, Sedese:** É na linha do que a Letícia falou também. A Roberta me
2526 perguntou, e eu não soube responder, porque eu também tenho essa dúvida e
2527 eu queria trazer. Essa resposta, esse calendário, é um calendário fechado do
2528 ano, ou é uma resposta a cada demanda? “Olha, agora é processo de
2529 elaboração da LOA. O prazo para envio vai ser quando?”. Porque eu concordo
2530 com a Letícia, eu acho que talvez seria interessante talvez ter um calendário
2531 fixo, olhar quais são essas matérias que são enviadas, questões
2532 orçamentárias, porque tem coisa que é definida. Prestação de contas, LOA,
2533 LDO, PPA. Não sei se tem algum outro, mas define o calendário. Se não der
2534 para cumprir, vem a justificativa, que é muito melhor do que deixar aberto. E
2535 este mês, vai ser quando? Entende? Então, minha sugestão é: já ter o
2536 calendário. Não sei se é essa. Eu queria confirmar se é isso mesmo, ou se é
2537 tempo a tempo. **Grazielle, PSIND:** Eu não te escutei, tá, Nelson. Eu não quis
2538 ser muito ingerente, de falar assim: “O prazo é esse”, mas pensando nisso, que
2539 talvez a gente tivesse alguma dificuldade com a Sedese. Mas, ao mesmo
2540 tempo, eu também concordo muito com a Letícia. A gente coloca um prazo, e
2541 a Sedese responde se dá ou não para executar. E se dá para executar e não
2542 executar, ela responde formalmente porquê isso não está acontecendo. Então,
2543 eu concordo com a Letícia. E a minha sugestão, Letícia, porque eu não vou
2544 estar... Não, mas a gente pode fazer essa alteração no documento, ainda.
2545 Podemos combinar assim? E os demais conselheiros ficam tranquilos? E a
2546 gente deixa à disposição o calendário para vocês terem acesso? **Nelson,**
2547 **Sedese:** Grazi, o que eu entendi da tua fala é exatamente isso. Não é a Sedese
2548 estipular um prazo, mas a Sedese, na pessoa do FEAS, que trata com essas
2549 matérias orçamentárias, indicar com base no calendário do estado, dessas
2550 matérias. A SEDESE colocar qual vai ser o prazo para envio para o CEAS, mas

2551 é a Sedese indicar em quais meses essas matérias são tratadas. E a partir
2552 dessa indicação, a Comissão faz a indicação desse prazo para envio.
2553 **Grazielle, PSIND:** É para a gente evitar de questões assim. Porque, o que a
2554 gente tem muito, é: tem que entrar na pauta a LOA, porque a LOA tem até o
2555 dia 30 do mês tal para ser votado. Então tem que entrar na pauta. Se tem que
2556 entrar na pauta deste mês, ela deveria ter sido apresentada para a gente no
2557 mês anterior. É exatamente isso que o Nelson entendeu. Eu também concordo
2558 com a Letícia que a gente define uma data, e também coloque: “FEAS, essa
2559 data é possível?”, e a gente entra no meio termo. **Roberta, Sedese:** Eu
2560 concordo que a gente pode, a gente vai dar um indicativo de quais são os
2561 meses que a gente tem um retorno sobre isso. Por exemplo, a gente tem alguns
2562 prazos dentro do estado que a gente precisa, que a gente sabe que a gente
2563 não vai ter informação antes, ou não vai ter como passar algumas informações,
2564 antes, para o Conselho. Então não faz sentido também colocar um prazo que
2565 não seja compatível com realidade. Então eu acho que a Grazi, quando ela
2566 sugeriu de a gente indicar essas datas, foi mesmo para ter um indicativo dentro
2567 da lógica dos cronogramas do estado, e para rediscutir junto com a comissão
2568 também. Isso aí, eu já alinhei, eu vou alinhar internamente, inclusive com a
2569 SubPG, que é a nossa área meio da Sedese, para que a gente tenha prazos
2570 mais compatíveis com a realidade. Mas isso não é uma coisa que a gente
2571 demore para conseguir passar um cronograma geral, não. Ontem, na
2572 Comissão de Orçamento, eu estava explicando que pela própria natureza dos
2573 cronogramas do estado, a gente tem, de fato, dificuldades para passar com
2574 antecedência, porque é meio que uma escolha difícil que nós temos. Por
2575 exemplo, no caso da proposta de LOA, que eu acho que é o nosso ponto mais
2576 crítico, porque é um processo extremamente importante, é extremamente
2577 relevante a participação no Conselho nessa discussão, e só temos a
2578 informação dos nossos limites para a distribuição, porque tem um momento
2579 que o Comitê de Orçamentos e Finanças do estado delibera e define para cada
2580 Secretaria, para cada unidade orçamentária, qual vai ser o seu limite. “Olha,
2581 você vai ter 102, 105 milhões para você distribuir”. E eu não tenho nem como
2582 sugerir um número anterior a essa data, a essa definição desse limite do Cofin.
2583 E o Cofin faz isso já na primeira semana de agosto, sendo que o nosso prazo
2584 final para envio dos dados dentro do sistema é o final de agosto. É uma pauta

2585 que a gente nunca vai conseguir mandar para o CEAS com um mês de
2586 antecedência, a despeito da importância da participação do CEAS. Mas
2587 justamente pensando na importância de o CEAS participar, a gente também já
2588 tem que estar escalonado nos nossos cronogramas que essa vai ter que ser
2589 uma pauta priorizada naquele momento. Porque dentro do cronograma do
2590 estado, não tem como a gente passar um valor pra vocês com antecedência.
2591 Não sei se a Solimar quer acrescentar alguma coisa, mas é a realidade que a
2592 gente tem, hoje, dentro dos cronogramas do estado. Mas já é uma pauta que
2593 a gente tem que colocar, que em agosto a gente passa para vocês, e a gente
2594 tem que deliberar em agosto. **Solimar, Seplag:** Que a gente conversou, até
2595 confirmei aqui com a Grazi, que a Comissão de Orçamento, bem como todos
2596 os outros conselheiros, eles fazem análise de instrumentos específicos. Seja
2597 LOAS, seja o relatório trimestral, seja o plano de aplicação. É que eles têm
2598 periodicidades para serem aprovados, e que a gente tivesse capacitação
2599 próxima àquele prazo, porque, vamos supor, faz todas as capacitações no
2600 mês, faz agora em abril, aí eu vou precisar dessa capacitação lá em novembro,
2601 e a gente imaginou que perde. Então, a gente conversou muito para que essas
2602 capacitações ocorram próximo ao instrumento que vai ser analisado. **Grazielle,**
2603 **PSIND:** E nesse sentido que a Solimar está trazendo, não tem como a gente
2604 colocar no planejamento, porque a gente precisa da informação de quando
2605 esse instrumento vem, quando que essa informação vem. E outra coisa
2606 também: a gente precisa do aceite dos convidados, pensar nos convidados. E
2607 como teve essa dificuldade da companheira, então a gente não tem como
2608 definir, falar assim: “Olha, a primeira capacitação vai ser no mês tal”, porque a
2609 gente precisa de duas informações. Mas a gente se compromete. Solimar, os
2610 colegas que vão estar aqui, se comprometem a compartilhar o planejamento,
2611 para todo mundo poder ficar ciente e até mesmo se organizar um pouco
2612 melhor. **Nelson, Sedese:** Acho que a Secretaria Executiva anotou os
2613 encaminhamentos, acho que principalmente com relação a essas datas e
2614 prazos das matérias orçamentárias. A Carol está pedindo para fazer a leitura
2615 do encaminhamento. Então, a SEDESE deve indicar as datas e meses que as
2616 matérias orçamentárias são tratadas, e essa informação deve chegar ao CEAS
2617 e à Comissão de Orçamento para inclusão no planejamento. O cronograma
2618 deve chegar ao CEAS e garantir a participação do Conselho, por exemplo, na

2619 discussão da LOA e das outras matérias. A proposta da capacitação de
2620 Comissão precisa do apoio da Secretaria Executiva, identificar datas em que
2621 sejam próximos às datas da pauta de análise do documento e a sugestão dos
2622 nomes. Mais alguma observação? A gente pode seguir para o próximo. Agora,
2623 sim, para o próximo ponto, que é a apresentação da Comissão de Apoio, com
2624 relação às reuniões descentralizadas. **Flávio, CMAS de Ipatinga:** Nós fizemos
2625 uma reunião, a Comissão de Apoio se reuniu, e fez uma análise de municípios
2626 com a fragilidades no CMAS de Minas Gerais. O objetivo era atuar de forma
2627 próxima e efetiva ao CMAS mineiros e o CEAS-MG 293ª Plenária, deliberou
2628 que a Comissão de Apoio identificasse quais as regiões seriam prioritárias para
2629 iniciar as reuniões descentralizadas do CEAS-MG. Qual foi o contexto? Após
2630 a análise dos dados do PEAS 2024, em reunião realizada em fevereiro de
2631 2024, a Comissão de Apoio do CEAS-MG identificou diversas fragilidades
2632 ainda existentes nos conselhos municipais de existência social de Minas
2633 Gerais, e em consonância com a deliberação da última plenária,
2634 apresentaremos o diagnóstico de municípios que caminham a passos lentos
2635 para a efetivação do controle social. E o escopo dessa análise técnica foi a
2636 identificação de 184 municípios Mineiros, de acordo com o Censo SUAS 2022.
2637 Não possui a Lei Municipal de Regulamentação da Política de Assistência
2638 Social, atualizada conforme os parâmetros do SUAS. 408 municípios, que de
2639 acordo com o gráfico 38 do PEAS 2024, dinâmica de funcionamento, apresenta
2640 o pior desempenho, com notas inferiores, entre 1 e 2. Municípios que de acordo
2641 com o IB Conselhos, tem valor menor que 3, e quais com nota de 1 e 2,
2642 municípios no IB do Conselho estão na dimensão composição do conselho,
2643 possui nota 1 e 2. Quais os municípios que informaram não possuem
2644 secretaria executiva, quais os municípios que informaram não possuir
2645 Regimento Interno. 64 municípios não possuem paridade entre representantes
2646 governamentais e sociedade civil. 160 municípios que não possuem
2647 participação de usuários, 95 municípios que não possuem trabalhadores em
2648 sua composição, 77 municípios que não possuem entidades em sua
2649 composição. Isso foi o que foi analisado pela comissão. E qual foi a conclusão?
2650 Em análise dos dados e planilhas da vigilância socioassistencial, que
2651 identificou que seriam analisados, inicialmente, o maior número de municípios
2652 com pelo menos um item de fragilidade que os municípios teriam para ser

2653 trabalhado. E através dessa análise, nós optamos pelas regionais, e foi
2654 solicitado que fossem indicados duas para serem trabalhados este ano, que
2655 seria a regional de Teófilo Otoni, que tem 31 municípios, e apesar de ser uma
2656 regional pequena, a proporção de municípios fragilizados foi grande. Município
2657 de porte 1, e são 27 municípios que possui algum tipo dessas fragilidades que
2658 nós citamos aqui. E o segundo seria a regional de São João Del-Rei, que são
2659 58 municípios. É uma regional grande, e são vários municípios de porte 1
2660 também, com 50 municípios, apontando uma dessas fragilidades que nós
2661 elencamos aqui. E qual foi a sugestão que a equipe chegou? Reunião
2662 descentralizada, capacitação e apoio técnico. Alternativa. Primeiramente, a
2663 reunião descentralizada, a capacitação e o apoio técnico. Ontem, em reunião,
2664 nós chegamos à conclusão de que não seria é viável à plenária descentralizada
2665 lá. Que seria melhor essa questão de ter a capacitação para esse CMAS que
2666 estão lá. Talvez, a primeiro momento, a sugestão foi ter uma reunião com os
2667 representantes do Conselho que estariam ali para apoiar, para dar essa
2668 capacitação, para ouvir desses conselhos as fragilidades, ouvindo as
2669 demandas deles, e a partir do segundo momento, que seriam dois dias, a parte
2670 da tarde e o dia seguinte seriam de capacitações dentro dessas fragilidades
2671 que nós encontramos e que foram analisadas aqui. E nós fizemos uma
2672 sugestão de calendário, que a primeira reunião da comissão foi em fevereiro,
2673 a identificação das fragilidades do controle social dos municípios. A segunda
2674 foi a deliberação da plenária, que também foi em fevereiro, o diagnóstico dos
2675 municípios com a fragilidade do controle social. Terceiro. Reunião virtual com
2676 a Comissão para alinhamento de análises, que ocorreu agora em março, que
2677 foi a formulação do diagnóstico. Apresentação do diagnóstico agora em março
2678 também, e nós estamos fazendo, apresentando a plenária com as regiões
2679 mineiras com maior número de municípios fragilizados. E a ação da execução,
2680 a proposta agora em março, na deliberação da plenária, que fosse início a
2681 primeira execução em maio, na regional de Teófilo Otoni. E a segunda
2682 execução em outubro, na regional de São João Del-Rei. E apresentação dos
2683 resultados do projeto em dezembro, aqui na plenária. **Nelson, Sedese:** Eu
2684 tenho uma consideração, e depois vou abrir para os demais, quem tiver alguma
2685 consideração. Que é com relação aos meses já indicados para que essas
2686 reuniões descentralizadas aconteçam, de que a gente tenha a possibilidade

2687 de, em alguma medida, ter alguma alteração, porque realizar reunião na
2688 regional implica em um processo de organização e também de negociação com
2689 as diretorias regionais. Então, para a gente entender se, por exemplo, no mês
2690 de maio, se a diretoria, regional lá em Teófilo Otoni, teria disponibilidade, como
2691 está a agenda de ações presenciais daquela regional, para a gente não ter
2692 agendas conflitantes. E, com isso, a impossibilidade, por exemplo, da
2693 participação dos municípios que precisam estar ali nesse momento. É só essa
2694 observação. Os demais itens, eu estou de acordo. **João Paulo, Sedese:** Esse
2695 era um dos pontos, a questão da data, que eu ia sugerir dessa data ser
2696 construída, porque a gente já tem um calendário de qualificações, e vamos ter
2697 vários encontros regionais. Então é isso que o Nelson falou, de não sobrepor
2698 agendas, porque, muitas vezes, o público é o mesmo, inclusive. Às vezes é o
2699 conselheiro que está lá, vai participar, e ele já vai participar de outra
2700 capacitação. Então, não criar agendas concorrentes. O segundo ponto é com
2701 relação à metodologia. Vocês pensaram quantos dias de capacitação, se vai
2702 ser um, dois? Quem que vai fazer a capacitação? Ou não chegou nesse nível,
2703 ainda, de planejamento? Porque isso também impacta na questão da
2704 organização, na questão operacional. **Flávio, CMAS Ipatinga:** A Comissão
2705 está fazendo um planejamento para apresentar logo após fosse deliberado, se
2706 seria mesmo a reunião descentralizada ou se iria ficar a questão da
2707 capacitação, porque isso ficou muito em aberto na plenária passada, porque a
2708 gente estava falando de uma reunião descentralizada, e falou da capacitação.
2709 E a Comissão de Apoio traz, como parecer dela, que é mais viável ser a
2710 capacitação do que a reunião descentralizada. E é aberto, sim, João. É para a
2711 gente fazer, junto com a Sedese, esse alinhamento. Ali, foi um calendário de
2712 sugestão de ações. **Grazielle, PSIND:** Eu tenho alguma questão, porque eu
2713 tenho alguma lembrança de que a gente fez algum encaminhamento para esse
2714 planejamento de vocês, mas eu não lembro o que é exatamente. Se a
2715 Secretária Executiva puder abrir o documento que vocês fazem da plenária
2716 passada, só para eu poder refrescar a minha memória. Pode até ser no canto.
2717 Mas, primeiro, parabenizar a Comissão, o empenho que vocês estão de fazer
2718 esse apoio. E os municípios em conversa. Na própria Conferência e em outros
2719 espaços, eles se queixam muito do afastamento do CEAS. E em relação à
2720 capacitação, em 2022, o CEAS fez algumas capacitações online. E não só o

2721 pessoal da Comissão de Apoio, não só os conselheiros da Comissão de Apoio.
2722 O Conselho Estadual participava dessa capacitação. Então, talvez, uma
2723 sugestão para vocês, para às vezes pedirem suporte de outros conselheiros.
2724 Mas eu acho que o encaminhamento, se não estiver enganada, Flávio,
2725 encaminhamento era justamente fazer esse planejamento, não era? Está
2726 falando e estou lembrando. Era justamente fazer isso. Era justamente
2727 organizar isso. Eles fizeram até mais organizado. Mas é isso, é parabenizar. E
2728 também colocar, falar, pedir. Se vocês precisarem do suporte do Conselho, eu
2729 acho que é importante. **Nelson, Sedese:** A gente tem mais alguma
2730 observação, gente? **Isaac Comissão de Quilombolas do Rio Doce:** A
2731 discussão foi grande na comissão, com vários pontos interessantes, mas uma
2732 coisa lá, que também não ficou fechada, e que eu até levantei, que talvez
2733 poderia ser também um espaço para que a gente fomentasse a organização
2734 dos fóruns nessa reunião descentralizada. Só que aí isso dependeria do tempo
2735 que fosse, ainda não está amadurecido na comissão, e fica também para a
2736 colaboração de vocês com ideias que ajudem a encorpar melhor essa proposta
2737 da comissão. **Nelson, Sedese:** Eu acho que vai mais ou menos de encontro
2738 com o que o João trouxe a respeito da metodologia do encontro. Eu acho que
2739 é isso também, é um amadurecimento dessa metodologia, a gente não precisa
2740 fixar agora. Então, acho que a comissão pode pensar nessa metodologia. E
2741 todos estão de acordo? Fica combinado de a comissão pensar, talvez, nessa
2742 metodologia. A gente precisa validar se é isso, se seriam essas duas regionais.
2743 Inclusive, também para poder encaminhar essas informações para a Sedese,
2744 porque tem uma organização desses encontros, e a negociação dessas datas
2745 também. **Flávio, CMAS de Ipatinga:** Presidente, uma das coisas que a gente
2746 estava trazendo hoje seria essa questão da deliberação, se seria a capacitação
2747 ou se seria a reunião. A comissão trouxe a proposta de ser a capacitação, não
2748 a reunião ampliada, descentralizada. Eu acho que a partir daí é que a gente
2749 vai concluir o planejamento de como vai ser a metodologia de trabalho, para
2750 encaminhar e trabalhar junto à Sedese. Então, a gente precisa dessa definição
2751 do conselho, se o conselho está de acordo, que seja a capacitação em vez da
2752 reunião descentralizada. **João Paulo, Sedese:** Para tentar ajudar, para
2753 esclarecer, para a gente encaminhar e caminhar. São 33 deliberações. Vai ser
2754 capacitação e não reunião descentralizada. Vão ser aquelas duas regionais de

2755 acordo com o critério que vocês estabeleceram. Então, a sugestão de ser
2756 Teófilo Otoni e São João Del-Rei, e um dia de capacitação em cada uma. Que
2757 aí tem a questão, que é a questão do contrato que a gente tem das
2758 capacitações. Que quando a proposta surgiu, se a Gabi puder ajudar a gente
2759 aqui a entender isso, porque tem o contrato de capacitações para os encontros
2760 regionais, que a sugestão da Mariana, quando ela colocou, foi isso. A Sedese
2761 já vai realizar encontros regionais. Então, vão ser 19 encontros, se eu não me
2762 engano. E para as 22 diretorias regionais. E no contato já está estabelecido
2763 que é um dia de evento. E a proposta foi de aumentar mais dois encontros
2764 nesses. Então, teria que ser uma capacitação de um dia. É isso mesmo, certo?
2765 Então tem essa questão que a gente precisa avaliar. Se o encaminhamento vai
2766 ser esse mesmo, de 12, e a gente tem que avaliar como poderia
2767 operacionalizar, porque no contrato só tem um dia de encontro. **Flávio, CMAS**
2768 **de Ipatinga.** Se eu não me engano, e a gente pode olhar, a Mariana tinha
2769 deixado aberto até dois dias. A plenária tinha pedido três dias para acontecer
2770 a reunião, e ela tinha deixado em aberto dois dias, se eu não me engano. Até
2771 confirmei com Isaac e eram dois dias. **João Paulo, Sedese:** A Gabi está me
2772 ajudando aqui. Teria que recuperar para ver exatamente, mas parece que são
2773 dois encontros de um dia ou um de dois dias. Eu não me recordo também e
2774 teria que recuperar para a gente ver. Mas aí seriam essas três deliberações,
2775 correto? **Nelson, Sedese:** Então, acho que o primeiro ponto é a gente entender
2776 se estão todos de acordo com o formato de capacitação ou reunião. Vocês
2777 querem votar? Será que a gente vota separado? Então, quem opta pelo
2778 formato de capacitação. Quem é opta pela plenária ou reunião
2779 descentralizada? Então, todos estão de acordo com a capacitação, certo? O
2780 segundo ponto que a gente precisa definir é com relação a essa estrutura de
2781 dias. **João Paulo, Sedese:** Eu acho que acaba que uma coisa impacta na
2782 outra. Porque se for duas em um dia, aí seria São Joao Del-Rei e Teófilo Otoni.
2783 Se for uma capacitação de dois dias, aí teria que escolher entre uma das duas.
2784 Então eu acho que é melhor votar primeiro o número de dias da capacitação,
2785 e depois quais. **Flávio, CMAS IPATINGA.** Mas conseguiu recuperar a fala?
2786 **Ana Carolina, Secretária Executiva.** Ontem, vocês da comissão, a gente, da
2787 comissão, vocês já tinham feito um cronograma. Seria um dia em cada
2788 regional, e na parte da manhã, seria um momento de ouvir os conselhos, as

2789 demandas, e à tarde, vir com as atividades da capacitação, não foi isso?
2790 **Flávio, CMAS IPATINGA:** Não tinha ficado fechado dessa forma, não. **Nelson,**
2791 **Sedese:** Gente, só para a gente tentar ser prático. Estão todos de acordo de
2792 a gente fazer um dia de capacitação em cada uma das duas regionais? E eu
2793 estou pensando, inclusive, na lógica do contrato que já está sendo elaborado
2794 para os encontros regionais, que é de um dia em cada uma das regionais.
2795 Então, é um dia todo de capacitação. O formato dessa capacitação, se a gente
2796 vai ter um espaço para pensar nos fóruns, qual é a temática que vai se levar,
2797 toda essa metodologia, a comissão vai trabalhar em cima disso, nesse período
2798 em que a gente tem para poder organizar a capacitação. **Luiz Carlos, ARMI:**
2799 Tranquilo. A gente pode, sim, tentar trabalhar um dia, mesmo porque, a
2800 Sedese, de repente, tem uma proposta diferente lá na frente, e pode se
2801 estender para dois, mas não tem problema. A gente consegue manter em um
2802 dia. Mas manter as duas regionais neste ano, que nós tínhamos acertado, que
2803 foram as duas regionais neste ano. **Nelson, Sedese:** Todos de acordo? Um
2804 dia em cada uma das regionais, São João Del-Rei e Teófilo Otoni. E só com a
2805 ressalva de que as datas, a gente precisa acordar com essas regionais.
2806 **Grazielle, PSIND:** Só fazer um comentário, porque eu acho que também
2807 deveria ter a metodologia organizada, para pensar se essa metodologia cabe
2808 em um dia ou dois. Então, tem essa questão. **Nelson, Sedese:** A gente pode
2809 recuperar a ata, mas é só porque na minha memória, e a minha memória pode
2810 falhar, mas a gente pode recuperar a ata caso alguém queira. É porque eu
2811 lembro de a Mariana mencionar a necessidade de que naquela plenária, a
2812 gente definisse que seriam dois dias, ou em uma regional ou em duas
2813 regionais, porque o contrato já está sendo elaborado, e o contrato, a gente tem
2814 prazo para que isso aconteça. Então para a gente ter, por exemplo, uma
2815 capacitação em maio, esse contrato já está em andamento. E se a gente fizer
2816 uma mudança nessa estrutura, isso implica em iniciar um novo processo. E
2817 iniciar um novo processo, a gente perde com o tempo, e a gente não tem uma
2818 garantia nesse sentido. Então é por isso que a minha defesa é de a gente
2819 manter, sim, um dia em cada uma das duas regionais, São Joao Del-Rei e
2820 Teófilo Otoni. Então, todos de acordo? A gente tem alguma objeção? Então, a
2821 gente pode votar? Pela aprovação. Reprovação. Abstenções. Então, aprovado
2822 por unanimidade. O próximo ponto da nossa pauta é o informe com relação à

2823 audiência pública. E acho que Isaac, Simone, Sandra, que estavam presente,
2824 se quiserem se manifestar. **Grazielle, PSIND:** Só para fazer um contexto. O
2825 Isaac esteve presente na audiência. Só para contextualizar um pouquinho em
2826 relação a esse processo. Foi criada a comissão aqui no CEAS, mas paralelo a
2827 isso, as organizações se mobilizaram, FOSC, que é o Fórum de Entidades,
2828 Fórum de Trabalhadores, outros atores do SUAS, Fórum Estadual, Frente
2829 Mineira em Defesa do SUAS. Então um coletivo foi formado e uma organização
2830 foi criada para a gente poder pensar estratégias para poder atuar na derrubada
2831 desse veto. O pessoal tem conseguido se reunir em forma de reuniões
2832 híbridas, que são reuniões presenciais e virtuais, para pensar o que fazer.
2833 Então, a gente tem feito atividades, principalmente de mídia, divulgar mídia.
2834 Também teve um movimento, e acho que a Letícia pode dizer melhor, de uma
2835 articulação com os prefeitos porque isso intercede diretamente no orçamento
2836 dos municípios. Então, foi uma mobilização muito expressiva e muito bacana.
2837 E eu vou passar a palavra para o Isaac, porque ele pode dizer da audiência do
2838 dia 19. Então, foram pensados dois momentos: uma audiência no dia 12 e no
2839 dia 19, e essa primeira audiência era com os prefeitos. Inclusive, dona Maria
2840 Baião puxou nossa orelha, porque, naquele momento, não tinha ninguém do
2841 CEAS, e eu até já tinha dito para a Ju, e dito para vocês também, que às vezes
2842 as coisas acontecem de uma hora para outra. Então, muitos de nós, de outros
2843 municípios, não conseguimos nos organizar para estar aqui. Inclusive, a
2844 assessora da Bela me mandou isso hoje, que na própria segunda-feira, dia 25,
2845 às 15h, na Assembleia, será votado o parecer da Comissão do Veto. E o Isaac
2846 vai também dizer, eu vou pedir para ele também fazer o relato desse parecer,
2847 que ele está lá no grupo também e sabe informar sobre isso. **Isaac, Comissão**
2848 **de Quilombolas do Rio Doce:** Vocês têm acompanhado um pouquinho, e eu,
2849 Grazi, Letícia e Leon tem acompanhado um pouquinho mais de perto, mas teve
2850 um percurso em que várias pessoas e vários segmentos estão participando até
2851 chegar na audiência que teve essa semana. Além disso, tiveram pessoas que
2852 passaram em gabinete, conversaram com deputados. A audiência foi bacana
2853 na terça-feira. Teve uma participação muito grande, tanto em termos de
2854 segmentos, a gente teve representação de entidades com o Fórum Estadual,
2855 com outras entidades. Teve a representação de usuários, de trabalhadores, de
2856 gestores. Todos os segmentos, defendendo o recurso para a assistência

2857 social. Então, foi positivo. Mas apesar disso, a gente teve acesso, ontem à
2858 noite, à primeira reunião da comissão. Já deu indicativo para a manutenção do
2859 voto. Eu mandei para vocês, acho que o documento. A indicação, eu mandei
2860 no grupo do conselho. E houve uma análise de que essa indicação para a
2861 manutenção do veto se deu, em partes disso, por a maioria dos deputados da
2862 comissão serem da base governista. Então, estão sugerindo validar o
2863 argumento do governador, de manter o controle dos recursos do FEM sobre o
2864 Seplag, Segov, principalmente com aquela ideia de que existe o grupo de
2865 gestão do fundo, que o CEAS tem direito de participar nele. Basicamente é
2866 isso, e a gente entendeu. Só que entre as pessoas que estão no grupo, na
2867 mobilização, há o entendimento que é possível, sim, fazer um trabalho ainda
2868 com os deputados de centro, de direita, para dar a sensibilização da
2869 importância do recurso ser gerido pelo controle social da assistência social.
2870 Sempre como as coisas acontecem bem rápido, essa votação que acontecerá
2871 interna, da comissão, para tirar de fato um indicativo da comissão, que será na
2872 próxima segunda-feira, dia 25, às 15h, essa votação seria ontem, só que a
2873 deputada pediu vista para que tivesse mais um prazo para dialogar. E após a
2874 votação de segunda-feira, que seria importante se o CEAS puder a participar
2875 desse encontro, estará presente, outros segmentos vão participar também,
2876 após essa votação, vai tirar, sim, o indicativo definitivo da comissão do veto
2877 para levar para o plenário, que provavelmente será no início de abril, onde será
2878 a votação, de fato, que vai decidir se mantém veto ou não. E o que a gente
2879 entende também que seria importante se o CEAS entender que é importante
2880 manter o recurso para assistência social, que a gente continue fazendo a
2881 incidência na discussão e, se possível, participar da votação. Lembrando que
2882 o indicativo é de discutir, principalmente com os deputados que não têm muito
2883 conhecimento sobre a assistência social, e que não entenderam o porquê
2884 desse recurso ser vinculado com a assistência social. Acho que é um pouco
2885 disso. Se o pessoal quiser completar um pouco, fica à disposição. **Letícia,**
2886 **CMAS de Coronel Fabriciano.** Então, como Isaac estava dizendo, a gente
2887 teve acesso ao parecer da mensagem da comissão, que indica... Vou ler só
2888 um parágrafo, que é o parágrafo mais importante, que diz que a locação da
2889 totalidade dos recursos do FEM na unidade orçamentária do FEAS gera um
2890 conflito normativo quanto à governança dos dois fundos. Uma vez que o FEAS

2891 é regido pela Lei 12.227, que determina que seus recursos sejam gerenciados
2892 pela Sedese, sob a orientação dos CEAS, e o FEM é regido pelo 19.990, que
2893 atribui sua gestão financeira à Seplag. E a aprovação anual do plano de
2894 trabalho, contendo a discriminação das dotações orçamentárias ao grupo
2895 coordenador do FEM, que é formado por diversas secretarias, conselhos e até
2896 um representante desta casa. E ao final dessa mensagem, desse parecer
2897 sobre o veto, a comissão diz assim também: entendemos que os argumentos
2898 apresentados pelo governador procedem, e a inserção dos recursos do FEM
2899 no orçamento do estado pode ser resolvida em sede de crédito suplementar.
2900 Então, acaba que a mensagem do veto nos dá outros indicativos de outras
2901 articulações também. Paralelo a isso, a gente teve o apoio da Frente Mineira
2902 de Prefeitos, que esteve nas audiências públicas e está fazendo um movimento
2903 junto aos prefeitos. E via Associação Mineira de Municípios, a gente conseguiu
2904 uma reunião com o Secretário de Governo. E eu queria sugerir, para que a
2905 gente fosse... Comissão do CEAS, convidasse o colegiado também para estar
2906 com o Gustavo Valadares para negociar. Porque se o governo está aberto a
2907 isso, ou está aberto a nos ouvir, acho que é a hora de a gente propor uma
2908 estratégia e ir lá apresentar. Então, a gente precisa definir primeiro, e pedir
2909 para AMM marcar conosco. Mas foi o que eles se disponibilizaram a fazer.
2910 **Nelson, Sedese:** Só para registrar, que acho que é importante, inclusive com
2911 essa... **Letícia, CMAS de Coronel Fabriciano:** Mas o veto ainda vai ser
2912 apreciado pela Assembleia. Os deputados ainda podem derrubar. A chance é
2913 pequena, porque a base governista é muito maior, mas ele ainda vai ser
2914 apreciado em abril, como o Isaac disse. **Nelson, Sedese:** Acho que é só para
2915 deixar registrado, porque acho que é importante, inclusive com a indicação do
2916 que vocês já trouxeram, que esse conselho já encaminhou a denúncia ao
2917 Ministério Público acerca da participação e da efetivação do grupo
2918 coordenador do FEM. Então, a gente tem já tem um encaminhamento nesse
2919 sentido, e que foi feito. E com base nos relatos, a gente tem uma proposta de
2920 encaminhamento, que é retirar normas para participar dessa reunião que está
2921 sendo articulada pela AMM. E acho que a indicação é de que a comissão que
2922 foi formada já no período anterior, faça a participação, é isso? **Letícia, CMAS**
2923 **de Coronel Fabriciano:** Eu acho que é, não é? Eu só queria, Nelson, que
2924 antes, a gente tivesse a oportunidade de dialogar com a Sedese e com

2925 Cogemas, para a gente definir uma estratégia. Porque se a gente for, e eu até
2926 tive a oportunidade de conversar, semana passada, com o André Quintão, que
2927 participou da audiência, também de forma remota, perguntando para ele se
2928 seria inteligente a gente propor vinculação dos 15%. E ele me trouxe que os
2929 15% já eram vinculados, enfim. Então eu acho que a gente precisa ver uma
2930 estratégia junto com a Sedese, com a Roberta, com a Mariana, para a gente ir
2931 conversar com o Gustavo, porque eu acho que é de interesse, inclusive da
2932 Sedese, essa articulação. **Nelson, Sedese:** Então, são dois
2933 encaminhamentos. Um, é a participação dos CEAS na reunião articulada pela
2934 AMM; e um, a gente chamar para uma reunião o Sedese, Cogemas e CEAS,
2935 composta por esta comissão, para uma definição de estratégia, inclusive para
2936 a reunião com a AMM. Acho que são encaminhamentos, e se a gente não tiver
2937 nenhuma sugestão ou objeção, para a gente poder votar em cada um deles.
2938 **Grazielle, PSIND:** E como o Isac fez a convocação, o convite, vai ter essa
2939 reunião da comissão no dia 25, na segunda-feira. Eu já tenho agenda já
2940 programada, e eu não consigo ficar aqui em Belo Horizonte para poder
2941 participar dessa atividade. Não consigo ficar e não consigo voltar em Belo
2942 Horizonte para poder participar. E verificar com os conselheiros se alguém
2943 consegue participar dessa reunião da comissão, no dia 25, que eu também
2944 acho que é estratégico alguém do CEAS estar lá. O ideal é que fosse um
2945 número expressivo. E dizer também que o grupo da mobilização já está
2946 tentando fazer estratégias para essa participação. Mas o tempo é curtinho.
2947 **Nelson, Sedese:** Com relação ao convite que o Isaac trouxe, e a Grazi
2948 sinalizou, a respeito do dia 25. Alguém tem disponibilidade de participação?
2949 **Cassirlene, Cogemas(CONVIDADA).** Só lembrando que nesse dia 25, mais
2950 ou menos nesse mesmo horário, vai ter reunião da CIB. Está marcada para
2951 14h. E muito possivelmente pode prejudicar a participação de representantes,
2952 possivelmente do Cogemas, imagino que Sedese também, mas seria de total
2953 importância, sim, porque o Cogemas está alinhado com essa pauta. Só que
2954 em virtude dessa agenda da CIB, muito possivelmente não vai ter
2955 representante lá, eu imagino, presencialmente. Talvez vá acompanhar de
2956 longe, mas não vai poder estar junto, eu imagino. **Isac, Comissão de**
2957 **Quilombolas do Rio Doce:** Eu queria participar, mas não consigo também.
2958 Estou voltando para casa amanhã, não consigo ficar e nem consigo voltar em

2959 tempo de participar. Mas seria interessante se tivesse alguém mais de perto
2960 que tivesse a disponibilidade. Lembrando que a votação de segunda-feira é
2961 interna da comissão. A votação oficial, que vai decidir mesmo, não foi marcada
2962 ainda, e provavelmente será marcada após segunda-feira. Mas seria
2963 importante o CEAS estar, senão a gente vai ter puxão de orelha da Baião de
2964 novo, porque vai estar sozinha assim. Mas é isso, gente. **Nelson, Sedese:** É
2965 isso, gente. Se alguém tiver disponibilidade, porque nós estamos tratando aqui,
2966 mas pode ser que alguém tenha, em algum momento, depois entender que
2967 tem essa disponibilidade, depois sinalize para a gente. Mas é importante deixar
2968 registrado que a presença do CEAS é importante. E os dois encaminhamentos
2969 que a gente tem, vocês acham que a gente pode votar em bloco, com os dois
2970 encaminhamentos, que é a proposta de manter essa comissão, que é formada
2971 pela Letícia, Grazi, Isaac e Leon? Em participar da reunião, articulada pela MM,
2972 com o Secretário de Governo. E essa mesma comissão, convocar uma reunião
2973 com a Sedese e o Cogemas para articular uma estratégia para essa reunião.
2974 **Rosilaine, Cogemas:** Com certeza, pode contar com o Wellington, presidente
2975 do Cogemas, que ele já tem articulado, até anteriormente, já com o Secretário
2976 Gustavo. Então eu acredito que ele participa. Como ele está aqui ao lado, então
2977 acredito que o dia que der certo, o dia agendar, ele participa. **Grazielle, PSIND:**
2978 Na fala da Letícia, o veto vai ser em abril, não é isso, Isaac? A votação do veto.
2979 **Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce:** É possível que seja no início
2980 de abril. Início de abril. **Grazielle, PSIND.** Então pensando nisso, Letícia,
2981 porque semana que vem a gente tem feriado. São três dias. Porque,
2982 provavelmente, dia 28 também não vai ter. Então, a sugestão talvez na quarta-
2983 feira, porque na segunda também está muito próximo. Ah, não. Então,
2984 tranquilo. Ah, ok. Então, a reunião com Sedese, online, aí é tranquilo, só
2985 organizar o horário, e o primeiro encaminhamento com a AMM e o Gustavo
2986 Valadares. **Nelson, Sedese:** Eu acho que a gente não consegue definir essas
2987 datas, porque a gente está falando da participação de outras pessoas para
2988 além do CEAS. Então, acho que a gente não pode definir uma data, inclusive
2989 um formato. A gente pode ser preferencialmente online, e definir uma data de
2990 encaminhamento para a solicitação dessa reunião. A gente pode até fazer
2991 alguma sugestão. E também pedir para colocar na convocação da reunião da
2992 comissão do CEAS com a Sedese, e fazer isso na pessoa da secretária, do

2993 Cogemas, na pessoa do presidente. **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** O que
2994 acontece? Meu chefe é o presidente da MM, por isso que eu estou fazendo
2995 essa articulação. Na verdade, tem uma assessoria técnica, da assistência
2996 social, que é a Andrea, e ele só pediu para que fosse depois do dia 05 de abril,
2997 para que ele pudesse participar enquanto presidente, conosco, que é o dia que
2998 fecha as janelas partidárias, que eles estão mais tranquilos. E eu entendo que
2999 essa articulação com o estado é uma articulação que não é necessariamente,
3000 depende ou não de análise do veto, porque nós vamos... Eu estou entendendo
3001 que nós vamos negociar outros termos. **Nelson, Sedese:** Vocês querem definir
3002 um prazo para a comissão encaminhar essa solicitação das reuniões? É
3003 porque é isso, acho que não dá para colocar a data da reunião, mas um prazo
3004 para solicitar as reuniões. Eu tenho só uma objeção com relação a essas datas,
3005 muito já na sequência, porque a gente precisa solicitar a reunião, certo?
3006 **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** Nós estamos falando da nossa reunião, entre
3007 nós, para definir a estratégia, ou dar outra? Porque a outra já depende da
3008 agenda do secretário e do Presidente da AMM. **Nelson, Sedese:** Todas as
3009 duas. Todas as duas, a gente depende da agenda. Em uma reunião do CEAS
3010 com a Sedese e com o Cogemas, a gente depende da agenda do CEAS, da
3011 Sedese e do Cogemas. Então o CEAS e a Secretaria Executiva precisam fazer
3012 um ofício, solicitando uma reunião com o Cogemas e com a Sedese, na pessoa
3013 do presidente e na pessoa do secretário. E a outra reunião que está sendo
3014 articulada pela AMM, ela vai ser encaminhada para nós. A AMM vai articular
3015 uma data e vai encaminhar para nós, convocando esses representantes para
3016 a participação. **Grazielle, PSIND:** É isso que eu ia falar. A reunião ser segunda,
3017 ou o encaminhamento do pedido? Pois é. Então, eu sugiro que o
3018 encaminhamento seja segunda-feira, com uma data de sugestão, pra que essa
3019 reunião... E data e formato. Para que essa reunião aconteça lá no dia 27, de
3020 formato online. E também encaminhar o convite da AMM com a sugestão. Aí
3021 seria presencial, não é, Letícia? Presencial, com a sugestão do dia 9, porque
3022 é depois do dia 5. 8 ou 9. Sugestão. Eu sugiro que seja lá para o dia 9, porque
3023 aí dá tempo, dá prazo, que é depois do dia 5. Sugestão da reunião com a
3024 Seplag, com a Sedese e Cogemas. Dia 27. Sugestão, online. Sendo que o
3025 envio desse convite vai ser na segunda-feira. Sugestão da reunião com a AMM,
3026 encaminhando na segunda-feira, também no dia 9. **Nelson, Sedese:** Então a

3027 gente pode votar em bloco, com os dois encaminhamentos? Então, a proposta
3028 é que a comissão, formada por Letícia, Grazielle, Isaac e Leon participem de
3029 uma reunião articulada pela AMM, em reunião com o secretário de governo. E
3030 a data, vai verificar essa possibilidade, como sugestão do dia 09. E o segundo
3031 encaminhamento, que na verdade precisa anteceder esse, é convocar uma
3032 reunião desta mesma comissão, com a Sedese e com o Cogemas, para
3033 articulação de estratégia para essa reunião com o secretário, e a sugestão é
3034 que ela seja na modalidade online e no dia 27. Pela aprovação. **Grazielle,**
3035 **PSIND.** A Mira perguntou o horário. Tem sugestão de horário? Que a gente
3036 está definindo. Na parte da manhã. Ok, pode ser? Letícia, na parte da manhã?
3037 Ok? **Nelson, Sedese:** Então, incluído como sugestão, que a agenda seja
3038 realizada no período da manhã. Então, pela aprovação. Reprovações.
3039 Abstenções. Então, aprovado por unanimidade. A gente tem mais um informe
3040 da Secretaria Executiva. E eu só queria registrar, e se a gente consegue retirar
3041 o nome, porque na segunda-feira a gente tem reunião da CIB. O Cogemas até
3042 mencionou aqui, a secretaria-executiva do Cogemas mencionou. Esse convite
3043 já foi encaminhado pelo WhatsApp, pelo grupo do WhatsApp, para todos os
3044 conselheiros. Mas a última gestão do Conselho retirou o nome, para que essa
3045 pessoa ficasse responsável de participar em todas as reuniões, porque a gente
3046 precisa de um representante do conselho lá na reunião da CIB. Então, queria
3047 saber se alguém se dispõe a participar dessas reuniões, e se a gente pode
3048 retirar esse nome para a participação. E lembrando que Sedese e Cogemas já
3049 estão nessa reunião, então não faz sentido que esse nome seja um de nós.
3050 **Letícia, CMAS Coronel Fabriciano:** Nelson, eu queria saber uma coisa. É a
3051 indicação do representante do CEAS na CIB? Ou é para participar como
3052 convidado? **Nelson, Sedese:** É para participar como convidado. Porque, na
3053 competição da CIB, não tem um representante dos CEAS. Mas é importante
3054 que o CEAS esteja presente, participando das reuniões da CIB. **Grazielle,**
3055 **PSIND.** Na verdade, eu entendia que a gente tinha cadeira na CIB, que era o
3056 Rodrigo, não? O representante da sociedade civil era sempre convidado? É
3057 porque eu achava que era a cadeira do CEAS. **Rose, Sedese(CONVIDADA):**
3058 Na verdade, a CIB é composta por gestores. Gestores municipais e gestores
3059 estaduais. O CEAS participa das reuniões, porque, inclusive, no Pacto de
3060 Aprimoramento, uma das metas é que o CEAS esteja presente em todas as

3061 reuniões da CIB. Então, portanto, a gente envia o convite. Antigamente, nas
3062 gestões passadas, o convite vinha e um representante participava, mas nas
3063 últimas duas gestões, o CEAS retira o nome e essa pessoa fica responsável
3064 por participar e trazer os...**Graziele, PSIND:** Rose, me ajuda aqui. A maior
3065 parte das discussões da CIB engloba, também, a questão de orçamento e
3066 financiamento. **Rose, Sedese(CONVIDADA):** É. Exatamente. **Graziele, PSIN:**
3067 Então, se nenhum Conselheiro tiver o interesse de participar da CIB, eu já
3068 convido os conselheiros que estão na Comissão de Orçamento, que façam
3069 parte da CIB. Eu não tenho condições de indicar o PSIND, porque eu acho que
3070 é indelicado fazer isso com a pessoa que vai estar aqui. Mas se os conselheiros
3071 estiverem de acordo, e os conselheiros da Comissão de Orçamento e
3072 Financiamento, alguém que se colocar à disposição, Mateus, eu já faço passo
3073 o convite, porque são pautas muito parecidas, e colabora uma coisa com a
3074 outra. **Rose, SEDESE(convidada):** Na verdade, não só o orçamento. A
3075 maioria das pautas que vêm para o CEAS, de pactuação, aliás, de
3076 planejamento, de capacitações, de critérios de partilha, primeiro ela pactuada
3077 na CIB e depois que ela vem para o CEAS, para deliberação. Então muitas das
3078 pautas, primeiro são pactuadas na CIBs, e as mesmas pautas são deliberadas
3079 pelo CEAS. Por isso, essa importância da participação dos CEAS nas reuniões.
3080 **Nelson, Sedese:** A gente tem a manifestação de alguém com disponibilidade
3081 para participação? **Matheus, Movimento LGBTQIA+:** Matheus, Movimento
3082 LGBTQIA+ de Cláudio-MG. **Nelson, Sedese:** Podemos aprovar a indicação do
3083 Matheus como nosso representante na CIB? Pela aprovação? Reprovações,
3084 abstenções? Então, aprovado por unanimidade. Só para ficar registrado. As
3085 reuniões da CIB têm acontecido de forma online, e eu vou pedir para a
3086 Secretaria Executiva encaminhar para você, depois. Está lá no grupo, mas aí
3087 te encaminha as orientações para a participação. **Letícia, CMAS:** Letícia,
3088 CMAS, Coronel Fabriciano. Eu posso dar um informe ao final da reunião, sobre
3089 a PEC? Agora? **Nelson, SEDESE:** Podemos só passar pela último ponto de
3090 pauta? Tá. Então, agora, é a Secretaria Executiva, que vai apresentar um
3091 formulário, que foi criado por elas, para que todos os conselheiros que
3092 participem de capacitações, reuniões, alguma atividade externa representando
3093 esse Conselho, possam preencher. Isso é importante para que a gente possa
3094 ter, aqui, o registro dessas informações. **Ana Carolina, Secretaria Executiva.**

3095 Nós fizemos esse relatório. Já havia um histórico desse relatório no CEAS, nos
3096 arquivos da Secretaria Executiva, e gente resolveu apresentar para vocês, de
3097 novo, essa proposta, porque a gente percebeu que enquanto a gente fazia o
3098 relatório de 2023, nós tínhamos poucas informações das ações dos
3099 conselheiros, e a gente sabe que vocês participam de fóruns, vocês participam
3100 de reuniões, de participações, como foi agora, lá na Assembleia. Então, a gente
3101 queria ter esses registros, para a gente conseguir acompanhar, para a gente
3102 conseguir apresentar um relatório das atividades que vocês fizeram. Também
3103 para a gente alimentar o site, que às vezes o site só fica com as resoluções,
3104 às vezes o regimento interno, mas tem a parte no site que pode ser anexado
3105 fotos, que pode ser anexado notícias. Então, para que a população de Minas
3106 saiba que o CEAS é ativo, mais ainda, a gente apresenta esse relatório para
3107 vocês, para vocês darem esse retorno para a Secretarias Executiva, das
3108 participações de vocês para além das plenárias. Eu vou ler para vocês, é bem
3109 simples. É o relatório de participação de conselheiros ou servidores em eventos
3110 externos deliberados pelos CEAS. Prazo máximo de entrega na plenária
3111 posterior ao evento ou 30 dias após o evento. Identificação, nome completo,
3112 se é conselheiro ou trabalhador da Secretaria Executiva, representação, órgão,
3113 entidade, as condições, se é titular ou suplente, situação do participante, se foi
3114 ouvinte ou palestrante, informações sobre o evento, título do evento,
3115 organizador do evento, fórum, se foi conselho ou outros, data inicial do evento,
3116 data final, a modalidade, se foi presencial ou online, o local, o auxílio recebido,
3117 se foi com custo de diárias, passagens, ou se foi sem custeio. Aí vem o
3118 assunto. O objetivo, principais benefícios da participação, breve descrição,
3119 encaminhamento, se houver, aspectos relevantes, positivos e os desafios
3120 observados. E os anexos, se tiver, também, os trabalhadores podem
3121 apresentar. Apresentações, slides, resumo, certificados de participação e/ou
3122 apresentação do trabalho. Programação do evento. As passagens ou viagens,
3123 ida e volta, se houver. Data da entrega e a assinatura do Conselheiro do
3124 trabalhador da Secretaria Executiva. **Grazielle, PSIND:** Grazielle, PSIND. Sobe
3125 um pouquinho. Eu só acrescentaria, aqui, a situação do participante. Ouvinte
3126 ou palestrante. Eu colocaria representante, porque ele pode ir também como
3127 representante do CEAS. Aí tem voz também. Porque dependendo da atividade,
3128 do evento, também pode ir como representante. Foi representar. Acrescentar.

3129 Alguma atividade, ele vai como ouvinte. Por exemplo, do Cogemas, como a
3130 gente discutiu. Então, é ouvinte. Convidado. E quando também faço totalmente
3131 pequena, representada. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** E a gente
3132 também pede para os conselheiros que participaram, em janeiro e em
3133 fevereiro, de eventos, para preencherem. Nós vamos enviar para todos por e-
3134 mail. Essa também foi uma demanda da Conselheira Simone, desse registro.
3135 **Nelson, Sedese:** Alguém tem mais alguma observação? Então, esse foi o
3136 nosso último ponto que estava lá na pauta, mas a gente tem um informe que...
3137 Mateus, só um minuto. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio-MG:**
3138 Esse relatório, segundo a fala da Ana Carolina, alimentaria só o site. Não? Ele
3139 também seria apresentado na plenária? Ah, sim. Obrigado. **Luiz Carlos, ARMI:**
3140 Só lembrar à Secretaria Executiva sobre o ofício que eu trouxe. **Graziele,**
3141 **PSIND:** É porque, de modo geral, a gente tem que apresentar o relato da nossa
3142 representação. Então, a gente tem que trazer o relato para plenária. **Simone,**
3143 **Coletivo Flores de Resistência:** Simone, Coletivo. O prazo, antigamente, era
3144 de 30 dias. A gente fazia o exercício. Então aqui continua a mesma coisa. Na
3145 próxima plenária, tem que estar fazendo esse relatório. E eu quero relatar que
3146 eu tive na trimestral e fiz o pedido. Mas como o formulário ainda vai ser
3147 aprovada, é por isso que eu não trouxe o relatório dessa vez, está bom?
3148 **Nelson, Sedese:** Então, agora, a Letícia tem um informe também. **Letícia,**
3149 **CMAS Cel. Fabriciano:** Letícia, CMAS, Coronel Fabriciano. Na verdade, é
3150 uma informação que eu dei na reunião passada, sobre o IGDSUAS. Foi até pra
3151 Roberta, e falei: "Roberta, nós vamos ter reunião em Brasília e eu te retorno".
3152 Eu estou no Cogenas, que é o Colegiado Nacional de Gestores Municipais da
3153 Assistência Social, e semana passada a gente esteve em Brasília, em algumas
3154 agendas com o Presidente da Câmara, com o Ministro e com o vice-presidente
3155 da Câmara, sobre a PEC, e sobre alguns financiamentos. 383. É. Então, nosso
3156 retorno é de muita desesperança, porque a própria Câmara levanta que não é
3157 uma prioridade do governo, do ministro. O ministro afirma que o MDS, dentro
3158 do governo, sofre muito ataque por conta do tamanho do orçamento dele. Mas
3159 o orçamento dele é para transferência de renda, BPC e bolsa família, como a
3160 gente já sabe. Então, eles não conseguem tencionar para que a PEC seja
3161 votada, como a gente deseja. Para além disso, para este ano, a gente não
3162 continua sem o financiamento do IGDSUAS, sem perspectiva do PET e sem

3163 financiamento para o CSUAS. É isso. Notícias de desesperança. Porque é o
3164 seguinte. Agora, o colegiado vai retomar a estratégia, porque foram prometidas
3165 algumas coisas. Então, a gente ainda estava tencionando o governo para
3166 cumprir. E agora nós vamos mudar a rota. **Mariana, SEDESE:** É só porque a
3167 Letícia tocou nesse assunto. O fundo nacional, que está com um projeto, que
3168 é o FMAS Pelo Brasil, e eu acho que os municípios já estão sabendo, eles vão
3169 estar em Minas na segunda semana de julho. Então, a equipe do fundo
3170 nacional vai ficar uma semana aqui, e a gente vai fazer cinco dias de encontro
3171 lá na Cidade Administrativa. Só que esses vão ser para grupos de municípios
3172 separados, para atender o estado de Minas, que são 853 municípios. Mas é
3173 óbvio também, importante da presença do CEAS estar lá, só trazendo esse
3174 ponto de que eles vão estar aqui, e isso que ela falou também já está sendo
3175 pautado. Segunda semana de julho, cinco dias que eles vão ficar aqui. Os 853
3176 municípios serão convidados, convocados a estar em um dia inteiro, onde o
3177 fundo nacional vai falar de sistemas, de repasse, de cofinanciamento, de
3178 prestação de contas. Ok? **Nelson, SEDESE:** Informes dados. Temos mais
3179 alguma manifestação? Grazi. **Grazielle, PSIND:** Grazielle, PSIND. Eu até estou
3180 colocando aqui na comissão, para a gente colocar no nosso radar, e eu peço
3181 para também colocar no encaminhamento para avaliar com o fundo, nessa
3182 data, se a gente pode entrar nesse... Eu imagino que ele já tem toda uma
3183 organização, mas se a gente pode aproveitar a vinda deles para fazer uma
3184 capacitação para o CEAS sobre orçamento. Pois é. **Mariana, SEDESE:** O
3185 CEAS participar da capacitação, isso é importantíssimo. Mas não vai ter
3186 separado, porque já tem a programação montada. A mesma programação no
3187 Brasil inteiro. **Grazielle, PSIND:** Ah, entendi. Então, de qualquer forma, fazer
3188 um encaminhamento, para que o CEAS participe, todos os conselheiros
3189 participem dessas atividades. **Letícia, CMAS:** Letícia, CMAS, Coronel
3190 Fabriciano. É só para dizer, Presidente, do desconforto que foi essa reunião,
3191 hoje, por conta do calor. Eu estou acostumada com calor de 45° do Valo do
3192 Aço e foi muito difícil. Então, a gente tem que resolver essa questão de alguma
3193 forma. **Nelson, SEDESE:** Nelson, SEDESE. Com relação ao calor, eu acho
3194 que é a estrutura, algo que a gente já discutiu em outros momentos. Esse
3195 Conselho teve a possibilidade de realizar a reunião plenária, inclusive em
3196 outros locais, mas a gente não teve a aprovação do próprio Conselho para

3197 realizar. Então, a gente teve reuniões na Cidade Administrativa e onde hoje
3198 funciona o Conselho da Educação. E a gente teve uma sinalização de que o
3199 Conselho queria realizar as reuniões na Casa de Direitos Humanos. Neste
3200 momento, nas estruturas que o estado tem, hoje, para a oferta dessa reunião,
3201 com capacidade para a oferta dessa reunião. Para além disso, a gente tem
3202 articulado com a subsecretaria responsável na SEDESE pela gestão desses
3203 espaços para pensar em uma estrutura melhor para que as reuniões sejam
3204 realizadas. Mas, hoje, acho que os espaços que a gente teria são esses, e dois
3205 foram sinalizados pelo Conselho que as reuniões não poderiam acontecer
3206 neles. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio-MG.** A minha solicitação,
3207 posso entrar em contato, depois, com a Secretaria Executiva? É. Eu preciso
3208 logo do meu retorno. Ok. **Nelson, SEDESE:** Nelson, SEDESE. A gente
3209 providencia o retorno da sua solicitação ainda na segunda-feira. **Simone,**
3210 **Coletivo Flores de Resistência:**. Eu queria deixar de sugestão também, que
3211 a gente tirasse um tempo, na próxima plenária, já para a mesa de diretora, para
3212 a gente tratar desses casos aqui, da situação. Primeiro, porque aqui no espaço.
3213 Hoje são outros conselheiros, outros atores que estão em outra realidade,
3214 então acho que a gente tem que retomar essa conversa, porque a demanda é
3215 ser central. A gente diz que a demanda seria central, no mandato anterior.
3216 Então, acho que a gente precisa de tratar isso de novo. Então, acho que a
3217 gente podia deixar um tempo na plenária, para que a gente fizesse a retomada
3218 da conversa lá atrás, e apresentasse para os novos conselheiros e a gente
3219 tirasse as definições. **Mariana, SEDESE:** Mariana, SEDESE. Só como um
3220 informe, porque eu acho que isso que a Simone trouxe é importante, que os
3221 conselheiros que estão aqui, este ano, não estavam nos anos anteriores e não
3222 sabem do histórico. O que acontece? Tem uma diretriz do governo de Minas,
3223 de que todos os serviços públicos, prédios alugados, fossem devolvidos, e que
3224 os serviços fossem remanejados para a Cidade Administrativa. Isso vem
3225 acontecendo já há vários anos. Recentemente, este ano, do ano passado para
3226 cá, teve a desativação do DER, salvo engano até de parte do Detran, Ipsemg
3227 já foi há muito tempo. Então, vários órgãos públicos que funcionavam na região
3228 central, foram remanejados para a Cidade Administrativa. O estado não tem
3229 tantos imóveis e espaços disponíveis aqui na região central, que comporte
3230 esse espaço que a gente precisa. Nós chegamos a discutir com a

3231 Subsecretaria de Planejamento a reforma de um imóvel aqui no Centro. Só que
3232 essa discussão não avançou. Esse imóvel é alugado. Então, a SEDESE paga
3233 aluguel de dois andares, que é o terceiro e o quarto andar, para o CEAS e para
3234 alguns setores da Casa de Direitos Humanos. Todos os outros conselhos do
3235 estado, acho que o Conselho de Educação tem sede própria, que é no bairro
3236 de Lourdes, onde a gente já teve oportunidade de fazer reunião uma vez, e o
3237 Conselho de Saúde, que parece que funciona aqui, mas eu acho que a maioria
3238 dos conselhos funcionam em regime híbrido ou virtual. Então, não tem, porque
3239 a gente já sondou, a gente já viu imóveis na região do Horto, eu não lembro o
3240 nome dos órgãos. Mas, enfim. Temos uma dificuldade, porque, hoje, a diretriz,
3241 a prioridade do governo é que tudo fique concentrado na Cidade
3242 Administrativa. Porque na cidade administrativa já tem toda uma logística de
3243 estrutura para funcionar tudo. Então, lá é como uma cidade, mesmo. Lá existe
3244 uma gerência dos prédios, dos materiais, para tudo funcionar lá. Então, essa
3245 dificuldade, para esse ano, a gente não tem no planejamento da SEDESE a
3246 reforma ou até de um outro imóvel, porque a gente já olhou, e a gente sempre
3247 esbarra na questão de custo, de local disponível, de estrutura, o tanto que a
3248 gente precisa, que é uma sala de plenária, grande, com salas de reunião.
3249 Então, é isso? **ARMI, Serra dos Aimorés:** Armie, Serra dos Aimorés. É só
3250 para deixar registrado que eu trouxe o ofício do Conselho Municipal de
3251 Assistência Social lá de Serra dos Amores, solicitando a participação de um
3252 representante do Conselho Municipal de Assistência Social e uma plenária
3253 aqui, como ouvinte, para que possa entender essa dinâmica. Mesmo falando
3254 que ela é aberta e coisa, mas eu queria deixar registrado, já que eu trouxe o
3255 ofício, encaminhado ao Conselho Estadual de Assistência Social. Se pudesse
3256 responder esse ofício, seria bacana, para eles saberem que eu cumpri o meu
3257 papel, de fazer com que esse documento chegasse até aqui. **Nelson,**
3258 **SEDESE:** Nelson, SEDESE. A Secretaria Executiva vai providenciar a
3259 resposta do ofício. Com relação ao local, a gente até conversou aqui, que a
3260 gente vai trazer isso de novo na mesa diretora para a gente definir como a
3261 gente dá andamento à situação. Bom, acho que a gente cumpriu com a nossa
3262 pauta de hoje. Agradecer a presença de todo mundo, e reunião encerrada.